

PROMESTRE

**MESTRADO PROFISSIONAL
EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Educação

Mestrado Profissional em Educação e Docência

Maria do Socorro Lages Figueiredo

**A POLÍTICA DE DIGNIDADE MENSTRUAL NA REDE MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE:
um estudo sobre o acesso a direitos menstruais em três escolas**

Belo Horizonte

2024

Maria do Socorro Lages Figueiredo

**A POLÍTICA DE DIGNIDADE MENSTRUAL NA REDE MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE:
um estudo sobre o acesso a direitos menstruais em três escolas**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação e Docência – PROMESTRE – do Departamento de Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – FaE/UFMG, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Dr^a. Conceição Clarete Xavier Travalha

Belo Horizonte

2024

F475p
T

Figueiredo, Maria do Socorro Lages, 1965-

A política de dignidade menstrual na rede municipal de educação de Belo Horizonte [manuscrito] : um estudo sobre o acesso a direitos menstruais em três escolas da cidade / Maria do Socorro Lages Figueiredo. -- Belo Horizonte, 2024.
134 f. : enc, il., color.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

[Inclui apêndice com recurso educacional, com o título: Ciclo da dignidade [recurso eletrônico] : promovendo a educação menstrual nas escolas / Maria do Socorro Lages Figueiredo.-- Belo Horizonte : UFMG / FaE, 2024.-- 47 p. : il., color.].

Orientadora: Conceição Clarete Xavier Travalha.

Bibliografia: f. 67-70.

Apêndices: f. 71-134.

1. Belo Horizonte (MG) -- [Lei n. 11.407, de 20 de setembro de 2022] -- Teses.
2. Educação -- Teses. 3. Educação -- Políticas públicas -- Belo Horizonte (MG) -- Teses.
4. Educação e Estado -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 5. Menstruação -- Aspectos educacionais -- Teses. 6. Mulheres -- Dignidade -- Políticas públicas -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 7. Promoção da saúde -- Aspectos educacionais -- Teses. 8. Serviços de saúde para mulheres -- Aspectos educacionais -- Teses. 9. Belo Horizonte (MG) -- Educação -- Teses.
I. Título. II. Travalha, Conceição Clarete Xavier. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 372.37

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROMESTRE - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA/MP

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

MARIA DO SOCORRO LAGES FIGUEIREDO

Realizou-se, no dia 26 de julho de 2024, às 14:30 horas, na Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, a 552ª defesa de dissertação, intitulada A POLÍTICA DE DIGNIDADE MENSTRUAL NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE: UM ESTUDO SOBRE O ACESSO A DIREITOS MENSTRUAIS EM TRÊS ESCOLAS, apresentada por Maria do Socorro Lages Figueiredo, número de registro 2022658250, graduada no curso de Normal Superior, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Conceição Clarete Xavier Travalha - Orientador (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof(a). Paulo Henrique de Queiroz Nogueira (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof(a). Rita Cristina Lima Lages e Silva (Universidade Federal de Minas Gerais).

A Comissão considerou a dissertação:

- (X) Aprovada.
- () Reprovada.
- () Aprovada com indicação de correções.

A Banca sugeriu e o candidato acatou a mudança do título da dissertação para:

A POLÍTICA DE DIGNIDADE MENSTRUAL NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE: UM ESTUDO SOBRE O ACESSO A DIREITOS MENSTRUAIS EM TRÊS ESCOLAS.

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 26 de julho de 2024.

Prof(a). Conceição Clarete Xavier Travalha (Doutora)

Prof(a). Paulo Henrique de Queiroz Nogueira (Doutor)

Prof(a). Rita Cristina Lima Lages e Silva (Doutora)



Documento assinado eletronicamente por **Rita Cristina Lima Lages, Usuária Externa**, em 02/09/2024, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Conceição Clarete Xavier Travalha, Professora do Magistério Superior**, em 05/09/2024, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique de Queiroz Nogueira, Coordenador(a) de curso**, em 05/09/2024, às 20:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3421167** e o código CRC **F003B511**.

Referência: Processo nº 23072.241563/2024-93

SEI nº 3421167

Dedico a presente pesquisa, com amor, à minha mãe Mariita; às minhas filhas, Lórenn e Lettícia; às minhas netas, Laura e Beatriz; às minhas noras, Gabriela e Rafaela. E, também, a meninas, mulheres e demais corpos que menstruam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, energia suprema do universo.

A minha mãe, Mariita, por ser o meu grande exemplo de amor, força e coragem e por compartilhar a sororidade feminina desde sempre.

Ao meu pai, Manoel, pelo esforço soberano de mover o mundo em prol da educação dos filhos.

As minhas filhas, Lórenn e Lettícia, por serem a razão da minha busca constante de evolução.

As minhas netas, Laura e Beatriz, fontes de alegria e renovação em minha vida.

As minhas noras, Gabriela e Rafaela, por agregarem valores e me ensinarem a ser uma pessoa melhor diante das adversidades da vida.

À São, minha sobrinha e afilhada, que reafirma com ações uma frase que carrego em mim: “As mulheres são como as águas, crescem quando se juntam.”.

À Cristina, minha sobrinha, presença marcante em minha vida e na vida das minhas meninas.

À professora doutora Rita Lages, sobrinha querida, por ser uma inspiração no caminho do conhecimento.

Aos meus irmãos, irmãs, sobrinhos, primos e a todos que compõem minha grande família, sou imensamente grata por sermos laços de uma mesma rede, que me molda e me sustenta como pessoa. Obrigada, por cada momento compartilhado e por fazerem parte do meu caminho.

Ao Eduardo, pela presença, apoio e amor em todos os momentos.

À orientadora, professora doutora Conceição Clarete Travalha, minha querida Teca, pelos momentos que passamos juntas e que contribuíram para a minha formação como pesquisadora e, sobretudo, como uma pessoa que valoriza os princípios éticos de justiça e da ação coletiva em prol dos direitos humanos.

Ao professor doutor Paulo Nogueira, cuja orientação foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, para minha formação acadêmica, profissional e pessoal. Suas críticas construtivas e, às vezes, desconstrutivas foram indispensáveis para a minha evolução, servindo como um catalisador necessário para a minha re-construção.

À Rebeca Lloyd, por fortalecer o poder feminino que existe em cada companheira.

À professora mestra Magna Angélica Oliveira Rodrigues, pela sua excepcional leitura, paciência e companheirismo ao longo deste processo. Sua contribuição foi fundamental para o

desenvolvimento e para a qualidade deste trabalho.

À Universidade Federal de Minas Gerais, em especial, à Faculdade de Educação, pela oportunidade de crescimento intelectual e pessoal que me foi concedida e por um proporcionar um ambiente acadêmico inspirador e o apoio indispensável ao longo desta jornada.

Aos amigos e às amigas que se fizeram presentes nos momentos de ausências e souberam viver o momento da presença com intensidade na medida certa.

À Secretaria de Educação (Smed), pela valiosa contribuição para a minha formação e por ser uma fonte essencial de pesquisa.

À professora doutora Ângela Dalben, pelo incentivo e pelo exemplo inspirador, fundamentais para a minha jornada profissional e acadêmica.

À ativista Duda Salabert, pelo exemplo de força e de determinação que tanto admiro e que serviu de inspiração em momentos desafiadores.

Às diretoras das escolas pesquisadas, pela disponibilidade com que me acolheram e por terem contribuído com a pesquisa. Os momentos vividos constituíram-se em mais um aprendizado.

Às meninas estudantes participantes do estudo, que me permitiram conhecê-las mais de perto por meio de questionário e roda de conversa. As mulheres têm o poder de renovar umas às outras e, nesse sentido, o contato com essas meninas foi uma renovação: sonhar é possível, mesmo diante das diferentes adversidades sociais, raciais e econômicas vividas por elas no período menstrual.

A Elisângela, Cida, Bréscia, Adriana Kelly, Moniquinha, Erik, Flávia Luz, Lucilene, Rui e Valéria. Vocês são fios de uma mesma tessitura que constitui essa rede que me fortalece e me sustenta nesta cidade grande.

A todas as mulheres. Acredito profundamente no poder da força de cada uma, fundamentais para a construção de um projeto humano mais justo e compassivo. Com resiliência e capacidade inata para a sororidade e a empatia, essenciais para transformar sonhos em realidades tangíveis, sigamos sonhando e construindo um mundo melhor para viver, onde a solidariedade e a compreensão mútua prevaleçam, impulsionando a sociedade rumo a um futuro mais harmonioso e inclusivo.

Ao poder curativo da natureza, especialmente às águas, pela fonte inesgotável de renovação e proteção divina.

RESUMO

Este estudo apresenta uma proposta de estudo vinculada ao Programa de Mestrado em Educação e Docência (Promestre) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que busca compreender a política de dignidade menstrual na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME-BH). Ao adotar o conceito de integridade do ser humano, de Röhr (2013), que insiste no reconhecimento da importância de cada dimensão básica que constitui nossa humanidade, esta pesquisa conta com a participação de estudantes em idade menstrual matriculadas em três escolas municipais localizadas em territórios da cidade considerados de vulnerabilidade social. A investigação voltada à atuação das(os) gestoras(es) das instituições, objeto da pesquisa, pretende identificar as ações implementadas para a promoção da dignidade menstrual, a fim de acompanhar a implementação da Lei nº 11.407/2022 nas escolas municipais participantes do estudo, além de avaliar se houve mudanças relacionadas à implementação da política de dignidade menstrual. O presente estudo justifica-se tendo em vista que o desconhecimento sobre o cuidado da saúde menstrual pode afetar as estudantes em condições de vulnerabilidade, pois a falta de produtos para a adequada higiene impede que elas tenham acesso à dignidade menstrual e vivenciem esse período de forma saudável. A discussão busca compreender até que ponto a lei sancionada passou a ser ou não incorporada a um comportamento coletivo de proteção, criando uma mentalidade de valorização da saúde da mulher. A abordagem metodológica adotada será a quali e quantitativa e o estudo será efetivado por meio de instrumentos como questionários e rodas de conversa, aplicados a estudantes em idade menstrual matriculadas nas referidas escolas e a gestoras dessas instituições de ensino. Como recurso educacional, este estudo proposto favorecerá a elaboração de um e-book para auxiliar os gestoras(es) e a comunidade escolar na efetivação da promoção da dignidade menstrual nas escolas.

Palavras-chave: dignidade menstrual; Lei nº 11.407/2022; saúde da mulher; integralidade do ser humano.

ABSTRACT

This study presents a study proposal linked to the Master's Program in Education and Teaching (Promestre) of the Faculty of Education of the Federal University of Minas Gerais (UFMG), which seeks to understand the policy of menstrual dignity in the Municipal Education Network of Belo Horizonte (RME-BH). Adopting Röhr's (2013) concept of the integrity of the human being, which insists on recognizing the importance of each basic dimension that constitutes our humanity, this research involves students of menstrual age enrolled in three municipal schools located in areas of the city considered to be socially vulnerable. The investigation into the actions of the managers of the institutions, which are the subject of the research, aims to identify the actions implemented to promote menstrual dignity, in order to monitor the implementation of Law No. 11.407/2022 in the municipal schools participating in the study, in addition to assessing whether there have been any changes related to the implementation of the menstrual dignity policy. This study is justified in view of the fact that lack of knowledge about menstrual health care can affect students in vulnerable conditions, since the lack of products for proper hygiene prevents them from having access to menstrual dignity and experiencing this period in a healthy way. The discussion seeks to understand the extent to which the law has been passed and whether or not it has been incorporated into a collective behavior of protection, creating a mentality of valuing women's health. The methodological approach adopted will be qualitative and quantitative and the study will be carried out using instruments such as questionnaires and conversation circles, applied to students of menstrual age enrolled in the aforementioned schools and to the managers of these educational institutions. As an educational resource, this proposed study will lead to the creation of an e-book to help managers and the school community to promote menstrual dignity in schools.

Keywords: menstrual dignity; Law no. 11,407/2022; women's health; integrity of the human being.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Ecos da identidade: declaração racial.....	47
Gráfico 2 – Beneficiários de programa de transferência de renda: Bolsa Família	48
Gráfico 3 - Impacto das dificuldades menstruais nos afazeres diários.....	49
Gráfico 4 - Impacto emocional da menstruação.....	49
Gráfico 5 - Recebeu orientação sobre o ciclo menstrual na escola	50
Gráfico 6 - Não tive acesso a itens de higiene adequados na escola	51
Gráfico 7 - Já deixou de ir à escola porque estava menstruada.....	51
Gráfico 8 - Utilização de produtos inadequados para conter o fluxo menstrual	52
Gráfico 9 – A menstruação é um problema para mim.....	84
Gráfico 10 – A escola está preparada para me apoiar caso fique menstruada na sala de aula .	84
Gráfico 11– Utilizei absorventes oferecidos pela escola.....	85
Gráfico 12– Prefiro ficar em casa nos dias em que estou menstruada	85
Gráfico 13 – Sinto efeitos relacionados à menstruação que me aborrecem (cólica, ânsia de vômito, dores no corpo, diarreia etc.	85
Gráfico 14 – Participei de palestras e atividades na escola relacionadas ao ciclo menstrual ...	86
Gráfico 15 – Faço todas as coisas normalmente quando estou menstruada.....	86

LISTA DE SIGLAS

BH	Belo Horizonte
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CEP	Conselho de Ética em Pesquisa
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMBH	Câmara Municipal de Belo Horizonte
COVID-19	<i>Corona virus disease – 2019</i>
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DOM	Diário Oficial do Município
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FaE	Faculdade de Educação
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PEI	Programa Escola Integrada
Promestre	Mestrado Profissional em Educação e Docência
PSD	Partido Social Democrático
RME-BH	Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte
RS	Rio Grande do Sul
SGE	Sistema de Gestão Escolar
Smed	Secretaria Municipal de Educação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 A trajetória profissional e a compreensão da escola como um espaço de transformação social.....	14
1.2 A dignidade menstrual, ponto de partida e de chegada	18
1.3 A proposta de investigação.....	20
2 REFLEXÕES SOBRE ADOLESCÊNCIA E DIGNIDADE MENSTRUAL.....	22
2.1 A dignidade menstrual em debate	26
2.2 O que significa pobreza menstrual.....	29
2.3 Políticas públicas em favor da dignidade menstrual	30
2.4 A Lei nº 11.407/2022 e o contexto de sua criação	33
3 A PESQUISA: DESAFIOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	36
3.1 As escolas	37
<i>3.1.1 Escola Municipal Professora Afrodite.....</i>	<i>37</i>
<i>3.1.2 Escola Municipal Doutora Atena.....</i>	<i>39</i>
<i>3.1.3 Escola Municipal Dona Gaia.....</i>	<i>43</i>
4 APROXIMANDO-SE DA REALIDADE: ANÁLISE DOS DADOS.....	45
4.1 As estudantes e a promoção da dignidade menstrual.....	46
<i>4.1.1 As impressões: a conversa com as estudantes</i>	<i>53</i>
4.2 As gestoras e a promoção da dignidade menstrual: realidade e desafios	56
<i>4.2.1 As impressões: a conversa com as gestoras.....</i>	<i>58</i>
5 O RECURSO EDUCACIONAL	60
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	67
APÊNDICES	71

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação faz parte de um exercício acadêmico das experiências vivenciadas na minha trajetória de formação e profissionalização, que me conduziram para a formulação do problema investigado e para traçar e alcançar os objetivos propostos. Esta introdução apresenta a minha trajetória profissional e a compreensão da escola como um espaço de transformação social. Sendo assim, para esta narrativa de um estudo científico e acadêmico, trarei, inicialmente, meu percurso de vida até o momento da escrita desta dissertação. Percurso que tem a docência, o trabalho, as identidades e os pertencimentos como fios que me conduziram até este ponto de chegada. Por meio desses fios, posso continuar a tecer a trama do escrito: de vida e de trabalho na educação.

O presente estudo buscou compreender a implementação da Política de Dignidade Menstrual na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME-BH) e identificar as ações desenvolvidas para a promoção da dignidade menstrual, de modo a acompanhar a implementação da Lei nº 11.407/2022, sancionada e publicada no Diário Oficial do Município (DOM) de Belo Horizonte do dia 21 de setembro de 2022, que instituiu o Programa de Dignidade Menstrual na rede pública municipal de ensino. Além de avaliar se houve mudanças relacionadas com a implementação da política de dignidade, buscou-se elaborar um e-book com orientações às(aos) gestoras(es) e demais profissionais da educação sobre dignidade menstrual.

A importância das políticas públicas e ações educacionais referentes à dignidade menstrual também foi abordada, uma vez que seus reflexos na vida das pessoas que menstruam¹ matriculadas na rede municipal de ensino, além de afetarem a saúde física e psíquica, fazem perdurar a desigualdade entre homens e mulheres, pois, por não conseguirem lidar de forma adequada com a menstruação, esses corpos que menstruam podem deixar de ir à escola, tornarem-se infrequentes, o que evidentemente prejudica o seu desempenho escolar.

Para tal, esta dissertação está organizada em cinco capítulos, além desta introdução, que corresponde ao primeiro capítulo. O capítulo dois apresenta o referencial teórico, com reflexões acerca dos temas adolescência, dignidade menstrual, pobreza menstrual, políticas públicas em favor da dignidade menstrual, a Lei nº 11.407/2022 e o contexto de sua criação. O capítulo três apresenta os desafios e os procedimentos metodológicos da pesquisa. Já o capítulo quatro expõe

¹ Utilizo as expressões “pessoas que menstruam” e “corpos que menstruam” por acreditar que elas dão conta de uma maior diversidade de realidades e vivências em relação à menstruação, visto que não apenas mulheres cisgênero menstruam, mas homens trans também — mulheres cisgênero que não menstruam mais, por qualquer motivo, também se encontram nessa categoria. A utilização desses termos também se baseia na discussão que problematiza a generalização e a universalização da categoria mulher e do que significa ser mulher.

a análise de dados e apresenta o recurso pedagógico, uma das exigências do Programa de Mestrado Profissional em Educação e Docência (Promestre), seguido pelas considerações finais referências e apêndices.

1.1 A trajetória profissional e a compreensão da escola como um espaço de transformação social

A minha história com a educação começou de uma forma marcante. Minha irmã era professora e dava aulas para crianças que viviam em comunidades rurais. Ela estudou somente até a antiga quarta série primária, sendo que, naquela época, não era necessário ser formada no curso de magistério para lecionar. No meio rural em que morávamos, não havia escola, e as aulas eram dadas na própria casa da professora. Mas, como a sala da casa era pequena, minha irmã levava os alunos para estudarem embaixo de uma árvore, que ficava próxima a uma parede pintada de barro branco, onde ela usava carvão para passar as lições.

Foi assim que, com apenas cinco anos, tive o primeiro contato com a escrita. Estava lá diariamente e, então, comecei a conhecer as letras, os números e, com minhas brincadeiras, fui juntando as letras e formando as palavras. Já no início do meu processo de alfabetização, meus olhares foram abertos para muitas perspectivas.

Com o passar dos tempos, meu pai, vendo-se privado da companhia dos filhos, pois os mais velhos tinham que migrar para outras cidades onde havia escolas e trabalho, decidiu vender tudo que tinha e deixar o “Vale”, nosso Vale do Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais, tão seco e tão precário de políticas públicas e, ao mesmo tempo, tão encantador pelas histórias do seu povo festeiro, trabalhador e cheio de coragem.

Frente à coragem dos meus pais, pude ser matriculada numa escola grande, com muitos professores. O trajeto até a escola exigia a caminhada diária de oito quilômetros a pé, mas isso fazia parte da rotina dos moradores da zona rural, principalmente da maioria dos habitantes do município. Ainda na infância, fui adquirindo o hábito de ler por prazer, curiosidade e, principalmente, por lazer, pois não existia televisão na minha casa e um aparelho de rádio era o único meio de comunicação e conexão com a cidade grande, sendo disputado por quase trinta pessoas, na sua maioria crianças.

Mais tarde, deparei-me com outro tipo de leitura e escrita, a leitura de mundo dos adultos não alfabetizados, que desconheciam o mundo letrado. Minha mãe, que também era professora, lecionava no “Projeto Mobral” e, mesmo antes da minha irmã, já inspirava esse amor pelo ensino. Segundo a Lei nº 5.379/1967, esse projeto tinha o objetivo de alfabetizar jovens e

adultos. Os trabalhadores rurais que, durante o dia, estavam na lavoura, à noite, tinham acesso à escola.

Naquela época, eu tinha a função de auxiliar minha mãe, ajudava os estudantes a desenharem as letras. Segurava nas suas mãos duras e calejadas pelo uso constante da enxada, da foice e do machado, das rédeas dos cavalos, instrumentos que manuseavam com grande destreza. Porém, para essas mãos, o lápis ainda era um grande desafio e, apesar do cansaço expresso nos rostos, que traziam as marcas da vida difícil que levavam no campo, esses estudantes resistiam, mostrando a força do homem e da mulher sertaneja, de modo que a vontade de aprender e se inserir no mundo letrado se firmavam como uma oportunidade única e necessária.

O ambiente era precário e um grande quarto foi transformado em sala de aula, iluminado por pequenos lampiões a querosene, de modo que era exigido considerável esforço para enxergar as letras e as ilustrações das cartilhas. Entretanto, a resiliência daquelas pessoas fazia com que levassem adiante o sonho de aprender a ler e a escrever.

Em um tempo mais adiante, em que eu cursava o último ano do curso de magistério, já lecionava em uma turma mista, com crianças de cinco a sete anos, na zona rural. Nesse período, já questionava a distância existente entre a prática e a teoria e constatava a divergência entre o que se aprendia no curso de magistério e o que os meus alunos demandavam de mim.

Interrompi o curso de magistério e a carreira de professora para me casar, também acabei me mudando para outras cidades e adiei por mais três anos a continuidade dos meus estudos. Posteriormente, tive duas filhas, continuei meus estudos, fiz o curso técnico em magistério, prestei vestibular para Direito e Administração e fiz a opção de ingressar no último curso. Sabia que me encontrava em um momento de investimento no comércio e acreditava que esse curso seria mais importante para a minha carreira profissional de comerciante. Porém acabei não concluindo o curso porque a minha filha caçula foi diagnosticada com câncer e tive de renunciar à minha vida profissional e acadêmica para me dedicar aos cuidados da maior prioridade da minha vida naquele momento.

Mudei-me para BH e, durante 10 anos, enquanto acompanhava as cirurgias e o tratamento de saúde da minha filha mais nova, cuidava da vida escolar dela e da minha primogênita, reinventei-me buscando alternativas de trabalho e de formação em áreas de comércio e gestão, mas sempre tentando buscar uma maneira de ingressar na Educação, porque acreditava que fazia parte da minha essência, dos meus ideais de vida. Prestei concurso RME-BH e fui aprovada para lecionar nos anos iniciais do ensino fundamental. Assim, iniciei uma nova e significativa trajetória profissional, mudando o curso da minha história em 2004.

Então, ingressei-me na Escola Municipal Professor Paulo Freire, como professora dos anos iniciais, passei pela coordenação pedagógica, por projetos especiais, pela coordenação do Programa Escola Integrada (PEI) e fui gestora desse estabelecimento escolar. O PEI foi criado pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) em 2007 e, desde então, foi coordenado por um(a) professor(a) concursado(a), que atende os alunos no contraturno em oficinas de arte, reforço escolar, dança, teatro e esporte, ministradas por profissionais terceirizados, denominados monitores, e por estagiários.

Durante os 14 anos em que trabalhei na escola, ouvi, de mulheres, histórias que eram marcadas por violências, agressões e abandonos. Mulheres retirantes, ex-presidiárias, desempregadas, solitárias, que faziam narrativas da luta e da resiliência ao longo da vida, mas o que me chamou a atenção foi o fato de elas falarem porque não tinham medo e nem vergonha. E foi nessas escutas que relembrei a imagem e a força da minha mãe. Resgatei a minha coragem, tomei as rédeas da vida e assumi a autoria da minha história.

A minha trajetória profissional na referida instituição permitiu que eu compreendesse a escola como um espaço de inclusão e transformação social e, hoje ainda, preservo a compreensão de que a educação transformadora se faz por meio de ações intersetoriais, sociais e integrais.

Ao término dos dois mandatos de gestão na Escola Municipal Professor Paulo Freire, fui convidada a integrar o quadro de gestoras(es) da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (Smed/BH).

Há seis anos na Smed/BH, onde atuei como Assessora da Educação Básica, Diretora da Educação Integral e, atualmente, como Gerente de Bibliotecas, procuro desenvolver um trabalho pautado na empatia, na gestão democrática, promovendo a escuta atenta das(os) gestores(as) escolares, na busca da promoção do diálogo com as(os) educadoras(es) que estão nas escolas, nas Diretorias Regionais, e trazem elementos fundamentais para as tomadas de decisões com a segurança necessária para propor projetos, parcerias, intercâmbios e outras ideias que surgem ao longo do processo.

Após ser aprovada no concurso para professor na RME-BH, percebi que era fundamental investir na minha formação acadêmica para melhor contribuir com a educação. Decidi, então, prestar vestibular e fui aceita no curso Normal Superior, um passo inicial na minha jornada de aprendizado contínuo. Posteriormente, busquei diversas oportunidades de aprimoramento, incluindo cursos de pós-graduação e de qualificação profissional, todos voltados para ampliar minhas habilidades e conhecimentos no campo educacional. Esses esforços não apenas me capacitaram para minha função como educadora, mas também me

permitiram participar ativamente de uma educação integral e transformadora, buscando sempre o desenvolvimento pleno dos estudantes e o fortalecimento do ambiente educacional como um todo.

Particpei de formações em: políticas para as juventudes; gestão escolar; educação em tempo integral; comunicação e informação educacional; psicopedagogia institucional; tutoria em educação à distância; educação em homofobia; literatura e letramento; entre outros.

Destaco que, quanto mais conheço do mundo acadêmico, mais afirmo os acessos à educação e aos modelos de competência profissional representados por minha mãe ou minha irmã, que me instigaram a continuar estudando, pesquisando, analisando, agindo sob perspectivas que me permitiram perceber a importância da gestão democrática, da formação integral dos sujeitos, por meio de práticas horizontais, dialógicas, da efetivação dos direitos de inserção de todas e todos na escola, por meio de experiências conectadas e transformadoras, que permitem a inclusão e a diminuição das desigualdades sociais.

A necessidade de formação continuada e a possibilidade do diálogo com a universidade me trouxeram ao Promestre, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde vivenciei uma experiência que moldou a minha perspectiva sobre a liberdade e o papel da educação em nossas vidas. Antes de relatá-la, é preciso dizer que, ao longo de minha escolarização e tendo em vista as expectativas da sociedade, que impunha os chamados "bons modos femininos", meu corpo foi, de certa forma, aprisionado. Fui ensinada a limitar meus gestos, minha voz e minha presença, meus giros em volta das fogueiras, minhas carreiras açoitadas pelos terreiros e estradas de terra vermelha. Prenderam-me a ponto de me desconectar da alegria e da liberdade que conheci na infância.

Compreendi que a busca por me encaixar em padrões preestabelecidos muitas vezes me afastava do meu verdadeiro eu, da criança cheia de curiosidade, energia e espontaneidade que eu costumava ser. Minha educação, embora valiosa em muitos aspectos, às vezes, parecia uma série de limitações bem-intencionadas, destinadas a me tornar uma "moça" respeitável aos olhos da sociedade.

No entanto, talvez um pouco tardiamente, em meio a uma aula do Promestre, um momento verdadeiramente transformador aconteceu. Lembro-me da aula ministrada pelo Professor Vinícius Liro, um professor verdadeiramente libertador. Sua abordagem era diferente de qualquer coisa que eu já tinha experimentado antes. Ele me encorajou a questionar, a explorar e a expressar minhas ideias sem medo do julgamento. Era uma atmosfera de aceitação e incentivo, que me fez lembrar da criança alegre e curiosa que eu costumava ser e me incentivou a fazer narrativas das experiências vividas, soltando os movimentos do corpo e da alma, livres.

Foi nessa aula que as amarras que aprisionavam meu corpo e minha mente começaram a se desfazer. Pude redescobrir a alegria de mover meu corpo sem preocupação com o que os outros pensariam, de expressar minha opinião sem receio e de abraçar minha autenticidade sem reservas. Foi uma experiência de reencontro com a liberdade da infância, um momento de verdadeira epifania.

Essa aula não apenas marcou uma mudança em minha perspectiva, mas também se tornou um lembrete constante de que a educação verdadeira deve nutrir nossa alma e nosso ser, permitindo-nos florescer como indivíduos completos. O professor libertador me mostrou que não há limites para a forma como podemos explorar o mundo, questionar as normas e abraçar quem somos em essência, genuinamente.

Hoje, compartilho essa história como uma lembrança da importância de educadores que vão além do ensino tradicional e nos incentivam a sermos nós mesmos, sem medo. É um tributo à liberdade que todos merecemos experimentar e à coragem de romper as amarras que nos prendem.

Desejosa de que possamos continuar a criar espaços de aprendizado que inspirem a liberdade, a autenticidade e o redescobrimto constante da nossa essência, ponho-me a dissertar, no próximo subcapítulo, sobre o tema dignidade menstrual.

1.2 A dignidade menstrual, ponto de partida e de chegada

O ideal de romper amarras e superar problemas que dificultam as pessoas que menstruam a acessarem um ensino de qualidade também remeteu a minha história em relação às dificuldades vividas na adolescência. Lembrei-me da convivência na escola e de um dos piores momentos para uma jovem aluna, o período menstrual. Por morar na zona rural, o trajeto até a escola era longo e eu precisava andar em média oito quilômetros e ficar um período muito grande com o absorvente higiênico, porque a escola não oferecia um lugar seguro e adequado para fazer a troca, o que gerava incômodo devido ao odor e ao desconforto. Nem sempre tinha o absorvente descartável e o mais comum era o absorvente de tecido, que gerava um constrangimento ainda maior pelo desconforto e pela insegurança.

Como o trajeto da minha casa para a escola era feito a pé, sob sol muito quente ou chuvas fortes, eu me sentia cada vez mais insegura em relação ao meu corpo, o que me causava angústia, de modo que comecei a faltar às aulas no período em que estava menstruada, prejudicando a minha aprendizagem. O que me favorecia era o fato de meu irmão ser da mesma sala e poder me emprestar os cadernos e explicar o conteúdo do jeito que ele entendia.

Durante os períodos do ensino fundamental e ensino médio, tive várias infecções urinárias, cólicas renais e menstruais, além de outros desconfortos que acredito estarem ligados à dificuldade com o período menstrual, ao constrangimento com o absorvente de tecido, à precariedade de espaços para fazer a higiene e à falta de orientação por parte da escola e da família sobre a saúde. Além disso, na época, não havia médicos, nem hospitais ou centros de saúde na cidade onde eu morava.

Essas memórias marcaram minha trajetória e contribuíram para que eu me alinhasse, cada vez mais aos princípios reguladores da educação em direitos humanos, que foram transformando meu percurso profissional, aguçando o interesse por práticas integrais e inclusivas para a comunidade escolar, sensibilizando meus olhares de professora, exatamente por compreender a educação como um direito social inalienável, cujo objetivo é garantir o acesso e a aprendizagem de todas as pessoas.

Durante 14 anos na Escola Municipal Professor Paulo Freire, busquei trabalhar na perspectiva inclusiva e reconhecer a diversidade humana como um valor. Por isso, percebo-me constituída nos exercícios cotidianos de vivenciá-la em todas as dimensões, principalmente no desenvolvimento deste trabalho. Essa experiência profissional permitiu que eu intensificasse a discussão sobre a educação integral e envolvesse toda a comunidade escolar e os equipamentos públicos existentes no território.

Nos diversos momentos de diálogo com os gestores das escolas, pude perceber que questões inter-relacionadas com os direitos humanos são fundamentais para a permanência dos estudantes nas escolas. E, dentre essas questões, chamou-me a atenção o direito à dignidade menstrual para estudantes da rede municipal. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), em seu artigo 205, reconheceu a educação como um direito fundamental de todos e dever do Estado e da família, considerando, em seu texto, a dignidade da pessoa humana, com pressupostos que apontam para políticas públicas que tenham objetivos como a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais, a fim de promover o bem comum de todas e de todos os estudantes que estão nas escolas.

Desse modo, este estudo, vinculado ao Promestre, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG), pretende analisar e compreender a implementação da Política de Dignidade Menstrual na RME-BH, com base no conceito de integridade do ser humano, de Ferdinand Röhr (2013), que insiste no reconhecimento da importância de cada dimensão básica que constitui nossa humanidade.

Esta pesquisa tomou como campo três escolas localizadas em territórios da cidade considerados de vulnerabilidade social e, portanto, com realidades semelhantes. Gestoras e

estudantes de escolas da RME-BH são os sujeitos participantes da pesquisa. Para a seleção das instituições, foram consideradas três regionais administrativas da cidade, sempre primando pelas áreas de maior vulnerabilidade social e com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)² em queda ou abaixo da meta.

Busquei analisar a atuação das gestoras dessas instituições, identificando as ações implementadas para a promoção da dignidade menstrual, a fim de compreender a implementação da Lei nº 11.407/2022, sancionada e publicada no Diário Oficial do Município (DOM) do dia 21 de setembro de 2022, instituindo o Programa de Dignidade Menstrual na rede pública municipal de ensino de BH. Também pretendi avaliar se houve mudanças relacionadas à implementação da política de dignidade menstrual, considerando principalmente o bem-estar das pessoas que menstruam e sua frequência escolar em período menstrual, para isso busquei dialogar com estudantes e as gestoras das três escolas selecionadas para a pesquisa.

O presente estudo justifica-se tendo em vista que a falta de conhecimento sobre o cuidado da saúde menstrual pode afetar pessoas que menstruam e estão em condições de vulnerabilidade, mas a falta de produtos para a adequada higiene, por sua vez, impede que elas tenham acesso à dignidade menstrual e vivenciem esse período de forma saudável.

A discussão aqui proposta buscou compreender: Até que ponto Lei nº 11.407/2022 passou a ser ou não incorporada a um comportamento coletivo de proteção das pessoas que menstruam, criando uma mentalidade de valorização da saúde e do bem estar na escola?

1.3 A proposta de investigação

Acredito que é importante comunicar alterações significativas no escopo da minha pesquisa de mestrado desde que iniciei essa jornada. Inicialmente, meu foco estava voltado para o estudo do impacto da frequência escolar durante o período menstrual e os reflexos no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, uma mudança importante no cenário local, ocorrida durante o desenvolvimento do mestrado, direcionou-me a reavaliar e a ajustar o objeto de estudo.

Em 20 de setembro de 2022, foi sancionada a Lei nº 11.407, uma legislação que estabelece a distribuição gratuita de absorventes para estudantes na RME-BH. Esse marco legal representa um avanço significativo na promoção da igualdade de gênero e no enfrentamento

² Conforme o site do governo federal, “O Ideb é um indicador que combina o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações, calculado a partir dos dados do Censo Escolar e do [Sistema de Avaliação da Educação Básica] Saeb. Ele varia de 0 a 10 e visa traçar metas de qualidade educacional para os sistemas de ensino” (Brasil, 2024).

dos desafios das pessoas que menstruam no ambiente escolar. Como resultado dessa importante mudança, decidi redirecionar a pesquisa para investigar as ações da gestão escolar diante da implementação dessa lei.

Assim, o objetivo da presente pesquisa é analisar como as(os) gestoras(es) escolares estão gerenciando esse processo e quais são os efeitos práticos da Lei nº 11.407/2022 na vida escolar das pessoas que menstruam. Pretendo examinar os desafios enfrentados pela gestão escolar, os benefícios observados na comunidade e como a implementação da lei contribui para a promoção de um ambiente mais inclusivo e equitativo.

Acredito que a análise da gestão escolar diante da implementação de políticas públicas tão relevantes pode fornecer valiosas contribuições para aprimorar a eficácia do sistema educacional. Assim, busquei conhecer como as(os) gestoras(es) escolares promovem a saúde menstrual, tendo em vista que a falta de cuidado nesse sentido que pode afetar principalmente estudantes em condições de vulnerabilidade, uma vez que o acesso a absorventes higiênicos é uma questão de saúde que precisa ser observada no ambiente escolar, sendo compreendida como um fenômeno multidimensional e transdisciplinar.

Para identificar as ações voltadas à promoção da dignidade menstrual realizadas pelas gestões de três escolas municipais situadas em territórios de vulnerabilidade da cidade, foram desenhados os seguintes objetivos específicos:

- a) verificar como a escola agia, organizava-se e tratava o tema e quais as ações têm sido desenvolvidas após a sanção da Lei nº Lei nº 11.407/ 2022;
- b) compreender, até que ponto, a Lei nº Lei nº 11.407/2022 passou a ser ou não incorporada a um comportamento coletivo de proteção, criando uma mentalidade de valorização da saúde e do bem das estudantes que menstruam.

Sendo assim, o próximo capítulo traz o referencial teórico para ampliar as discussões aqui introduzidas.

2 REFLEXÕES SOBRE ADOLESCÊNCIA E DIGNIDADE MENSTRUAL

A fim de estabelecer o estado da arte em relação ao tema dignidade menstrual, neste capítulo, apresento trabalhos científicos já realizados por outros pesquisadores sobre o tema investigado e os caminhos trilhados por esta investigação científica, além de explicitar a contribuição da presente pesquisa em relação ao tema e estabelecer correlações com outros autores convidados para o diálogo.

O levantamento do referencial teórico levou em conta a produção científica disponibilizada por meio do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Os descritores utilizados para as buscas foram "dignidade menstrual" e "saúde da mulher". Esse levantamento revelou uma significativa gama de estudos que abordam diferentes aspectos da dignidade menstrual e sua interseção com a saúde da mulher.

No portal da CAPES, a pesquisa com o descritor “saúde da mulher” revelou trinta publicações, que relacionavam o tema às questões: violência de gênero, fertilidade, higiene menstrual, tensão pré-menstrual, políticas públicas, sistema prisional, anticoncepcionais, violência no período gestacional, violência obstétrica, covid-19, ansiedade e depressão, câncer de colo de útero, saúde mental e parto normal. Entretanto, nenhuma publicação versou sobre dignidade menstrual, tampouco relacionou o tema à educação.

Na busca com o descritor “dignidade menstrual”, ainda no portal da CAPES, foram encontradas dezenove publicações, socializadas em renomadas revistas de saúde principalmente. Os artigos relacionavam dignidade menstrual aos temas: movimentos sociais, políticas públicas, saúde do adolescente, direito à saúde, mulheres em situação de rua e saúde da mulher. Apenas dois artigos relacionavam dignidade menstrual e educação.

No artigo *Pobreza menstrual entre adolescentes de uma escola estadual em Rio Verde – Goiás*, Lima *et al.* (2023) investigaram a prevalência e os efeitos da pobreza menstrual entre adolescentes de uma escola estadual na cidade de Rio Verde, no estado de Goiás (GO). O estudo transversal, observacional e descritivo foi desenvolvido a partir da análise de questionários respondidos por estudantes do Ensino fundamental e Ensino médio de um centro de ensino estadual da cidade. Assim, foi possível apurar as condições de acesso a materiais menstruais (22,6%) e a um local limpo para realizar as trocas (34,8%), comparando a realidade encontrada na escola e nos domicílios. Nos domicílios, o acesso a materiais menstruais (90,8%)

e a local adequado para realizar a troca (88,3%) foi significativamente maior, justificando o fato de as participantes do estudo relatarem ter faltado às aulas por estarem menstruadas. Elas demonstraram preocupação de que o fluxo menstrual vazasse (78,6%) e 61% das adolescentes muitas vezes se preocupavam se alguém veria o descarte dos seus absorventes. Nesse sentido, o estudo de Lima *et al.* (2023) revelou que a indisponibilidade de materiais de higiene menstrual no ambiente escolar, os tabus e a estigmatização acerca do ciclo menstrual configuram fatores determinantes na prevalência da pobreza menstrual em Rio Verde – GO.

Já o trabalho de Reyes, Silva e Jung (2023), *Reflexões sobre a pobreza menstrual de estudantes na educação básica brasileira*, teve como objetivo refletir sobre a pobreza menstrual entre jovens em idade escolar. Como um estudo de cunho teórico e qualitativo, o artigo apresentou a temática menstruação no currículo escolar brasileiro, além de localizar o tema na área das políticas públicas de combate à pobreza menstrual. Para os autores, a falta de informações precisas sobre a menstruação afeta significativamente a dignidade dos jovens estudantes. Além disso, eles puderam verificar que há lacunas na inclusão da educação menstrual no currículo escolar brasileiro, o que ressalta o papel fundamental da educação básica na promoção da igualdade de gênero e na garantia de uma educação de qualidade.

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, a busca com o descritor “saúde da mulher” revelou 18.120 resultados, entre dissertações e teses. Diante da quantidade de trabalhos revelados pela pesquisa, foi necessário incluir mais um termo para a apuração dos resultados. Assim, incluí o termo “menstruação”, o que levou à composição de uma amostra de 64 trabalhos. Dentre esses trabalhos, porém, não houve nenhum que tenha focalizado políticas de dignidade menstrual, que tenha levado em consideração a educação ou o contexto escolar. Ainda na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, a busca com o descritor “dignidade menstrual” revelou três publicações, entre elas, duas dissertações e uma tese. Uma das dissertações, *Cartografias menstruais: pensar a menstruação como um diálogo de saberes e manifestações de modos de vida na escola no município de São Sepé/RS*, dialoga diretamente com a presente pesquisa. Nesse estudo, Costa (2024) afirma que a precariedade menstrual é um caso de denúncia social, além de revelar uma cartografia societária que tem como prioridade o acúmulo de riquezas, com base na desigualdade social e na exploração de trabalhadoras. O objetivo geral da pesquisa foi analisar se o programa de fornecimento de absorventes higiênicos “Entre Nós”, em São Sepé, no estado do Rio Grande do Sul (RS), contribuiu para a permanência das estudantes nas aulas durante o período menstrual. Como recurso metodológico, a autora optou pela cartografia, engendrando processos dialógicos que envolvia diferentes agentes na negociação de sentidos e ações que buscavam apreender a complexidade

do tema em questão. O estudo revelou que o investimento em políticas públicas por meio de programas sociais como o de fornecimento de absorventes higiênicos nas escolas “Entre Nós”, em São Sepé, contribui para a permanência das estudantes menstruadas nas aulas, garantindo seu direito humano à educação. Costa (2024) recomendou a realização de mais pesquisas sobre políticas sociais e iniciativas de enfrentamento à precariedade menstrual nas escolas brasileiras, de modo que o presente estudo se configura em uma resposta a essa necessidade.

Assim, ficou evidente que apenas o trabalho de Costa (2024) dialoga diretamente com esta pesquisa. Os demais, embora lancem luz sobre o problema, não focalizam uma legislação específica sobre a dignidade menstrual ou o papel da escola na implementação de políticas de dignidade menstrual, como propõe o presente estudo, que tem foco na atuação do(a) gestor(a). Nesse sentido, podemos afirmar que esse precário panorama destacou a relevância do presente estudo e a importância crescente de uma abordagem holística da saúde feminina, reconhecendo a menstruação não apenas como um fenômeno biológico, mas também como uma questão de justiça social e direitos humanos, além de reconhecer o espaço escolar como território de direitos além da educação formal.

Como uma questão que fragiliza principalmente adolescentes, que estão em fase de entender seus corpos e os ciclos por eles vivenciados, a saúde menstrual precisa ser tema de debate nas escolas. São diversas as correntes de estudo que abordam o tema adolescência, de modo que há consensos e dissensos e várias concepções que tematizam essa significativa fase da vida, caracterizada como um período que envolve mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais que atravessam o processo de desenvolvimento de cada sujeito.

Doutor em Psicologia Social, Sergio Ozella (2002) discute a concepção de adolescência e ressalta sua pluralidade, defendendo o uso do termo no plural: adolescências. O autor afirma que a adolescência guarda um corpo em desenvolvimento com características próprias, mas refuta a ideia de que elementos biológicos ou fisiológicos tenham efeitos diretos na subjetividade. Acredito que seria arbitrário negar a força desses elementos na vida do adolescente em desenvolvimento. Entretanto, esses elementos podem atuar de modo distinto em sociedades culturalmente diferentes, o que significa dizer que as mudanças surgidas são significadas pela sociedade e só fazem sentido na relação com outras pessoas. Assim, as mudanças biológicas que acontecem nessa fase da vida também “são interpretadas nas relações sociais, assumindo significados sociais que serão parâmetros para o adolescente construir sua identidade”, segundo Ângela Cristina Fagundes Góes (2006, p. 33).

O sociólogo Alberto Melucci (2001), pesquisador da perspectiva temporal do adolescente, afirma que a adolescência é a fase da vida em que se começa a enfrentar o tempo

como uma dimensão significativa e contraditória da identidade. Nesse período, o futuro é visto como um conjunto de possibilidades que podem se tornar fantasmas, por não haver tempo para realizá-las. Já a também socióloga Angelina Peralva (1997) caracteriza a adolescência como uma fase do crescimento provindo da cristalização das “idades da vida”. Essas fases/idades aparecem hierarquizadas, pois o velho se impõe ao novo, o passado informa o futuro e essa definição cultural da ordem moderna define as relações entre adultos e jovens, estabelecendo o lugar no mundo para cada idade da vida.

Ao propor um recorte que considera as jovens adolescentes foco do presente estudo, a conceituação de gênero proposta pela historiadora norte-americana Joan Wallach Scott (1995) leva em conta a história das mulheres e dos homens, das relações dos homens entre si e, igualmente, das mulheres entre si, considerando o campo de análise das desigualdades e das hierarquias sociais. Assim, Scott (1995) afirma que as diferenças percebidas entre os sexos constituem um aspecto primário da organização social e se caracterizam por serem fundamentalmente culturais. A partir das diferenças percebidas entre os sexos e das significações que são atribuídas a essas diferenças, a sociedade vai funcionar de forma a naturalizar determinados papéis e atribuições sociais. Nesse contexto, a autora define gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo este um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 16), e aponta a necessidade emergente de um “contradiscorso feminino”, ou seja, uma epistemologia feminista, pois pensar gênero, a partir do discurso dominante, consolida narrativas que constroem uma identidade do feminino e do masculino, que encarcera homens e mulheres em seus limites.

Construídas culturalmente, as relações de gênero estão imersas num contexto social, econômico e político que Kimberle Crenshaw (1989), pesquisadora e ativista norte-americana nas áreas dos direitos civis, da teoria legal afro-americana e do feminismo, nomeia de interseccionalidade, por se tratar de um conceito que afirma a coexistência de diferentes fatores, como vulnerabilidades, violências e discriminações, também chamados de eixos de subordinação, que acontecem de modo simultâneo na vida das pessoas. A autora discute a discriminação racial e a discriminação de gênero, na tentativa de “compreender melhor como essas discriminações operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras” (Crenshaw, 1989, p. 8).

Assim, as formas de subordinação na construção temporal da identidade feminina reafirmam combinações e entrelaçamentos simbólicos que colocam a mulher em determinados lugares. Desse prisma, é possível identificar a existência de vantagens e desvantagens

produzidas pela sociedade desigual sobre as pessoas e os possíveis fatores que se combinam na caracterização da adolescente que falta às aulas devido à pobreza menstrual. Nesse sentido, compreender o conceito de interseccionalidade é importante, mas mais valoroso é perceber que é possível construir políticas afirmativas que excluam esse fator de desigualdade da vida das pessoas que menstruam, é disso que propomos tratar no presente estudo. O próximo subcapítulo traz a discussão a respeito desse tema.

2.1 A dignidade menstrual em debate

A CF/88, em seu artigo 205, reconheceu a educação como um direito fundamental de todos e dever do Estado e da família, considerando a dignidade da pessoa humana, com pressupostos que apontam para as políticas públicas que tenham como objetivos a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais, a fim de promover o bem comum de todas e todos os(as) estudantes que estão nas escolas.

O desconhecimento sobre o cuidado da saúde menstrual pode afetar pessoas que menstruam em condições de vulnerabilidade, pois a falta de produtos para a adequada higiene impede que elas tenham acesso à dignidade menstrual e vivenciem esse período de forma saudável. Nesse sentido, a fragilidade advinda da falta de políticas públicas que prezem pela dignidade menstrual fere a CF/88, pois coloca em risco o bem-estar das pessoas.

O acesso a absorventes higiênicos é uma questão de saúde que precisa ser observada no ambiente escolar. Nesse sentido, efetivar uma política dos direitos menstruais, sob a lente dos direitos humanos, permite planejar e executar ações educativas com foco na saúde. A garantia dos direitos menstruais pode ajudar a quebrar ciclos de desigualdades, contribuindo para a promoção da saúde e da equidade e gerando condições para que todas as pessoas que menstruam desenvolvam seu pleno potencial de aprendizagem.

O relatório desenvolvido pela Organização das Nações Unidas Mulheres – ONU Mulheres (2015) aponta a pobreza menstrual como fenômeno multidimensional e transdisciplinar, que exige estratégias de enfrentamento igualmente complexas e intersetoriais, relacionadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, da qual a PBH é signatária. Dezesete ODS foram estabelecidos pela ONU em 2015 e compõem uma agenda mundial para a construção e a implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030.

Dentre esses objetivos e para a presente reflexão, destacam-se:

Objetivo 1 – Erradicação da pobreza: possui como propósito acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, sendo, por isso, considerado o maior desafio global na busca do desenvolvimento sustentável.

Objetivo 3 – Saúde e bem-estar: tem como finalidade assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, independentemente de idade, considerando-os como essenciais ao fomento das capacidades humanas.

Objetivo 4 – Educação de qualidade: estabelece metas para assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade bem como promover oportunidades de aprendizagem, em todos os níveis de educação, ao longo da vida, para todos. A promoção da capacitação e do empoderamento dos indivíduos é o centro deste objetivo, que visa ampliar as oportunidades das pessoas mais vulneráveis no caminho do desenvolvimento.

Objetivo 5 – Igualdade de gênero: diz respeito a garantir condições mais equânimes e justas entre mulheres e homens, garantindo iguais oportunidades e o empoderamento de mulheres e meninas.

Tais objetivos dialogam intimamente com a questão da dignidade menstrual, visto que vivenciar com saúde e segurança os períodos menstruais favorecem o acesso a possibilidades de aprendizagem, de modo a garantir condições mais equânimes e justas entre homens e mulheres.

Essa relação íntima entre bem-estar pessoal e aprendizagem pode ser explicada pela interdependência entre as dimensões que constituem o ser humano. Para Röhr (2013), as dimensões básicas são aquelas que, sendo indispensáveis para a realização humana, constituem os sujeitos. O autor nos fala de cinco dimensões, a saber: física, sensorial, emocional, mental e espiritual. A dimensão física inclui a corporalidade físico-biológica, da qual temos percepção mais facilmente. A dimensão sensorial diz respeito à percepção que temos por meio dos nossos cinco sentidos. A dimensão emocional, por sua vez, corresponde à vida de nossa psique, diz respeito aos nossos estados emocionais, ao passo que a dimensão mental inclui o racional e o lógico, representando pensamentos universais como a lógica e a matemática, bem como nossa capacidade de reflexão, memória, imaginação, compreensão e intuição. Já a dimensão espiritual é a mais difícil de identificar, pois se trata de uma dimensão transcendental, que ultrapassa a realidade empiricamente verificável, embora se constitua realidade para quem se volta para ela. Conforme Röhr (2013), abrangem a dimensão espiritual os valores éticos e metafísicos que compõem a integralidade do ser humano.

O autor defende que as cinco dimensões básicas podem ser observadas considerando seu grau de densidade material, de modo que, da dimensão material, passando pela sensorial,

pela emocional, pela mental e chegando à espiritual, há uma redução contínua no grau de densidade material, o que faz com que a dimensão espiritual represente a matéria mais sutil. Entretanto, há um espaço de difícil identificação dos limites entre as dimensões. Isso porque há situações em que a emoção, por exemplo, pode ser tão intensa que se aproxima de uma sensação física.

Reconhecer a dimensão espiritual implica romper com a tradicional divisão imposta pela filosofia ocidental entre matéria e espírito. Röhr (2013) defende que todas as cinco dimensões são matéria, embora seja necessário distinguir entre as mais densas e as mais sutis, numa escala em que a matéria física é mais densa e a espiritual, mais sutil. Assim, podemos dizer que as realidades mais densas influenciam mais facilmente as mais sutis. Nesse sentido, sentir uma cólica forte no período menstrual, por exemplo, pode afetar nosso humor, de forma que nosso lado emocional seja modificado instantaneamente. Ao contrário, embora realidades mais sutis não deixem de influenciar as demais, estados emocionais desequilibrados podem levar anos para se manifestar como somatizados. O mais comum, de acordo com Röhr (2013), é que desarmonias e bloqueios em dimensões mais densas afetem manifestações de esferas mais sutis.

Assim, constata-se uma hierarquia e uma interdependência das dimensões entre si, de modo que não é possível interferir em uma dimensão sem levar em conta as outras. No que diz respeito à formação humana, Röhr (2013) acredita que podemos distinguir dois momentos: a hominização e a humanização. O primeiro corresponde a todos os desenvolvimentos biológicos, psíquico-emocionais e cognitivos que compreendem o amadurecimento natural do ser humano. O outro seria o trabalho de fazer valer o lado mais sutil do ser humano: o espiritual. Assim, o conceito de integralidade do ser humano insiste no reconhecimento da importância de cada dimensão e aqui vale lembrar o quanto a dimensão física das pessoas que menstruam interfere em todas as outras dimensões.

Conceição Clarete Xavier Travalha (2022), ao refletir sobre a proposta pedagógica de Röhr (2013), em suas abordagens inovadoras na obra *Veredas da Educação e da Espiritualidade*, oferece perspectivas enriquecedoras que dialogam com o tema desta dissertação, direitos humanos na política de dignidade menstrual. Röhr, conhecido por sua defesa de uma educação espiritualmente enraizada e holística, argumenta que a verdadeira educação vai além da mera instrução acadêmica, buscando integrar aspectos de autoconhecimento, conexão com o cosmos e respeito pela natureza humana. Suas ideias encontram ressonância em Travalha, pois a autora reforça a importância de reconhecer e respeitar os ritmos naturais do corpo feminino dentro do contexto educacional.

Ambos os autores desafiam paradigmas tradicionais ao enfatizarem a necessidade de práticas pedagógicas alternativas que não apenas transmitam conhecimento, mas também promovam a autoaceitação, a dignidade e o empoderamento pessoal. Para Röhr (2013), a espiritualidade se manifesta na educação como um caminho para a transcendência e a compreensão mais profunda do mundo. Travalha (2022) amplia essa visão ao incorporar a defesa pelos direitos humanos, destacando como as políticas educacionais inclusivas podem contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, a convergência entre os ensinamentos de Röhr (2013) e as pesquisas de Travalha (2022) enriquece o debate acadêmico sobre práticas pedagógicas e lança luz sobre a necessidade urgente de uma educação que não apenas instrua, mas também transforme e emancipe indivíduos em todas as suas dimensões físicas, emocionais e espirituais.

No próximo subcapítulo, busco compreender o que significa pobreza menstrual.

2.2 O que significa pobreza menstrual

É denominada pobreza menstrual — ou precariedade menstrual — a situação de precariedade e vulnerabilidade econômica e social à qual bilhões de pessoas que menstruam ao redor do mundo estão submetidas por não terem acesso adequado a saneamento básico, banheiros e itens de higiene pessoal, aí incluídos os protetores menstruais (Amaral, 2003).

Com o avanço da pandemia de covid-19 no Brasil e no mundo e o consequente empobrecimento da população, a situação da saúde menstrual, que já ficava relegada a segundo plano, conseqüentemente, piorou. O Relatório anual da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal, 2021) estima que o total de pessoas pobres aumentou para 209 milhões no final de 2020, 22 milhões de pessoas a mais do que no ano anterior. O documento informa que a pobreza e a extrema pobreza alcançaram, em 2020, na América Latina, níveis não observados nos últimos 12 e 20 anos, respectivamente, com a piora dos índices de desigualdade e das taxas de ocupação e participação no mercado de trabalho, sobretudo das mulheres.

Essa precariedade impede que as pessoas que menstruam passem por seus períodos menstruais de maneira digna, pois o elevado custo de absorventes descartáveis, por exemplo, pode levá-las a recorrerem a métodos ineficientes para conter o fluxo menstrual. A utilização de papéis, jornais, trapos, sacolas plásticas, meias, miolos de pão ou a reutilização de absorventes descartáveis coloca a saúde física dessas pessoas em risco (Queiroz, 2015).

Assim, o processo natural e biológico do corpo feminino, por meio do qual indivíduos férteis passam por um conjunto de mudanças fisiológicas cíclicas, é tomado como tabu, em

lugar de ser reconhecida sua relação não só com a gravidez, mas com a saúde do corpo que menstrua. A ginecologista e obstetra Maria Clara Amaral (2003), especialista em saúde da mulher, em pesquisa sobre a percepção de mulheres com vida sexual ativa sobre a menstruação, constatou que “a menstruação foi vista com ambiguidade: um “mal necessário”; ruim, mas parte da natureza da mulher, e sua marca” (Amaral, 2003, p. 14).

Entretanto, saber lidar com as mudanças que ocorrem nesses períodos ajuda a detectar eventuais anomalias no processo, como irregularidades que podem indicar problemas de saúde como endometriose, tumor na hipófise ou, até mesmo, câncer. Nesse sentido, a relação íntima da menstruação com a saúde aponta que o investimento público, considerado relativamente baixo, em produtos que serviriam para promover a saúde menstrual pode ser menor que aquele voltado para o tratamento das doenças advindas da pobreza menstrual.

Em um estudo que constata a dificuldade de acesso a produtos e condições dignas para menstruar em casa ou na escola, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) constatou que a pobreza menstrual é um empecilho ainda maior para quem se encontra em situação de vulnerabilidade (Unicef, 2021). Segundo estimativa da ONU, 10% das pessoas que menstruam perdem aula quando estão menstruadas (Amaral, 2003). Em 2014, a ONU reconheceu que o direito à higiene menstrual é uma questão de saúde pública mundial e de direitos humanos. Desde então, muito se tem discutido e estudado a respeito do tema na esfera internacional.

O próximo subcapítulo discute esse direito na esfera das políticas públicas no Brasil.

2.3 Políticas públicas em favor da dignidade menstrual

As políticas públicas “constituem um meio de concretização dos direitos que estão codificados nas leis de um país” (Dias; Matos, 2017, p. 15), pois implicam o estabelecimento de uma ou mais estratégias orientadas para a solução de problemas públicos e/ou para a obtenção de maiores níveis de bem-estar social.

Nesse sentido, estabelecer um programa de políticas públicas para combater a pobreza menstrual é uma necessidade que se apresenta como uma demanda nacional, pois, de acordo com a projeção populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) para 2021, o Brasil, dentre os 213,3 milhões de brasileiros, tem uma população de 57,2 milhões de meninas e mulheres entre 10 e 49 anos.

A jornalista Renata Rusky (2020), responsável pelo monitoramento de redes sociais e de imprensa, afirma que uma pesquisa de 2018, realizada pela marca de absorventes “Sempre Livre”, ouviu 1.500 mulheres, de 14 a 24 anos, em cinco países: Brasil, Índia, África do Sul,

Filipinas e Argentina. O estudo apontou que 22% das meninas de 12 a 14 anos no Brasil não têm acesso a produtos higiênicos adequados durante o período menstrual. Com o aumento da pobreza e da extrema pobreza decorrente da pandemia de covid-19³, o desafio da pobreza menstrual deve se agravar.

Estima-se que uma em cada quatro jovens brasileiras não tem acesso a absorventes e uma em cada 10 meninas já faltou à escola pela mesma razão (Bahia, 2021). Além da impossibilidade da compra de absorventes, o absenteísmo escolar atrelado à menstruação pode se dar por outras razões, como cólicas, cefaleia e outros mal-estares ligados ao período menstrual, bem como à falta de infraestrutura para o adequado cuidado com a higiene menstrual, incluindo acesso a instalações seguras e convenientes para descartar materiais utilizados.

Essa grave realidade mereceu atenção, de modo especial no período pandêmico, entre os anos 2020 e 2022, uma vez que, em função do necessário isolamento social para combater a disseminação do coronavírus, principalmente adolescentes ficaram mais expostos, pois estiveram mais distantes dos olhares das instituições públicas que compõem a rede de proteção da criança e do adolescente, inclusive da escola.

No Brasil, o papel fundamental das escolas nas questões relacionadas à dignidade menstrual tem sido levado em consideração, com propostas de projetos de lei e promulgação de leis que visam minimizar os agravos da pobreza menstrual com a distribuição de absorventes descartáveis e melhoria das condições de infraestrutura de banheiros nessas instituições. Em Minas Gerais, essa já é a realidade de alguns municípios, de modo que alguns estão debatendo o tema e outros já aprovaram leis nesse sentido, como São João Del-Rey (Lei nº 5771/2021), Formiga (Lei nº. 5671/2021) e Divinópolis (Lei nº 8.848/2021), por exemplo.

Não se pode negar que a RME-BH ainda precisa investir no sentido de contribuir para a superação da pobreza menstrual na cidade. Os dados do Sistema de Gestão Escolar (SGE) da Smed/BH, apurados em junho de 2014, apontam que a RME-BH possui 35.110 estudantes do sexo feminino entre as faixas etárias de 9 a 15 anos, e 2.322 estudantes matriculadas na

³ A pandemia de covid-19 (Corona virus disease – 2019), também conhecida como pandemia de coronavírus, foi causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2). O vírus foi identificado pela primeira vez a partir de um surto na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019. Ele se espalhou rapidamente para outras áreas da China e, posteriormente, para todo o mundo. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou o surto como emergência de saúde pública de âmbito internacional e, em 11 de março de 2020, como pandemia. No Brasil, a pandemia de covid-19 teve início em 26 de fevereiro de 2020, com a confirmação do primeiro caso na cidade de São Paulo. Menos de um mês depois, o Ministério da Saúde (MS) declarou o estado de transmissão comunitária em todo o território nacional. A covid-19 emergiu rapidamente como a terceira maior causa de mortalidade no mundo em 2020 e a segunda em 2021. Quase 13 milhões de vidas foram perdidas durante esse período (OPAS, 2024).

Educação de Jovens e Adultos Ensino fundamental (EJA) em idade reprodutiva. Isso significa que cerca de 37.432 estudantes, possivelmente, experimentem os desafios de todas as emoções e vivências típicas inerentes a seus ciclos menstruais.

O tabu sobre a menstruação é o principal exemplo do estigma sobre esse tema. Ao analisar dois programas de televisão em que profissionais da saúde respondem às questões do público, Leonor Graciela Natansohn (2005), pesquisadora cujos estudos concentram-se na intersecção entre comunicação e feminismo, verificou como a menstruação é representada na mídia, estando vinculada à ideia de impureza, sujeira ou tomada como uma patologia. A estudiosa também discutiu como essas estratégias representacionais operam sobre a criação de identidades de gênero, além de criarem tabus que afetam a relação das mulheres com seu próprio corpo.

O termo tabu (*tapu*) é oriundo da Polinésia e significa algo proibido, perigoso ou pouco limpo. Essas características relacionadas à menstruação são facilmente percebidas quando identificamos a necessidade de esconder o sangue e a forma como período é representado por uma série de expressões existentes para substituir o termo “menstruação”. Podemos citar “a regra”, o “período”, o “estar naqueles dias”, e o “estar de chico”. Segundo Graciela L. Natansohn (2005), esse último termo demonstra a visão de sujeira sobre a menstruação, uma vez que sua origem remete a Portugal, onde a palavra “chico” é sinônimo de “porco”, originando “chiqueiro”. A autora reforça que, em inglês, também se faz referência ao caráter maligno da menstruação, visto que “*the curse*”, quer dizer “a maldição”. O tabu da menstruação se manifesta de diversas formas, sendo comuns “as condutas interditas e as proibições diversas, como a de não poder lavar a cabeça ou não tomar banhos, não tocar as plantas e flores, não preparar certos alimentos [...]” (Natansohn, 2005, p. 293). Diante do exposto, é necessário reforçar que o ambiente escolar é um lugar privilegiado para a desconstrução de tabus (Natansohn, 2005). Além disso, acredito que a pobreza menstrual impacta negativamente não só na saúde dos corpos que menstruam quanto nos processos de ensino-aprendizagem.

Assim, a partir do pressuposto de que as ações pontuais realizadas em instituições escolares do município de BH são relevantes e podem apontar caminhos para a efetivação de políticas públicas municipais nesse sentido, como a implementação da Lei nº 11.407, cujo projeto tramitou pela Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) e foi aprovado em agosto de 2022, no próximo subcapítulo, apresento a referida Lei e o contexto de sua criação.

2.4 A Lei nº 11.407/2022 e o contexto de sua criação

Embora a menstruação seja um fenômeno biológico natural e saudável, ainda há milhões de pessoas que menstruam que não têm acesso a itens básicos de higiene menstrual. Um estudo lançado em maio de 2021 pela Unicef e pelo UNFPA afirmou que 4 milhões de pessoas não têm acesso a itens mínimos de cuidados menstruais nas escolas e 713 mil vivem em lares sem banheiro ou chuveiro no Brasil. O estudo também apurou que meninas e mulheres negras são as mais afetadas pela pobreza menstrual, reforçando questões raciais como marcadores da desigualdade que impactam a vida da população negra também em outras esferas. Assim, a pobreza menstrual tem forte impacto negativo no desempenho escolar, o que, por sua vez, limita as oportunidades futuras tanto acadêmicas quanto profissionais das pessoas que menstruam.

É sabido que, diante da falta de recursos, pessoas de baixa renda, em situação de rua, cumprindo medidas socioeducativas em meio fechado ou em regime carcerário, ao lidarem com a menstruação, utilizam itens como papel higiênico, jornal, panos e roupas e até mesmo miolo de pão, como já foi dito. Essa realidade fez com que, em março de 2021, a Comissão de Mulheres da Câmara Municipal de Belo Horizonte realizasse audiência pública sobre o impacto da pobreza na dignidade menstrual. Na ocasião, as parlamentares decidiram pela aprovação da inclusão de absorventes íntimos nas cestas básicas distribuídas a pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e/ou famílias que tiveram acesso à renda prejudicadas durante a pandemia de covid-19.

A ampliação do debate seguiu o que já se tornava realidade em cidades vizinhas, conforme já explicitado, de modo que a ideia foi amplamente debatida na Câmara Municipal. Ao tramitar nesse espaço legislativo, o Projeto de Lei nº 196/2021, que deu origem à Lei da Dignidade Menstrual em Belo Horizonte, recebeu três emendas. De autoria de Fernanda Pereira Altoé (Novo), a emenda substitutiva 1 pretendia que a Prefeitura se responsabilizasse não apenas por distribuir absorventes na rede pública municipal, como também na rede estadual, já que, de acordo com a parlamentar, há 32.521 alunas que menstruam matriculadas na nessas unidades em BH. Já a emenda 2, assinada por Marcela Trópia (Novo) determinava que receberiam o benefício estudantes matriculadas na rede cujas famílias estivessem inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico). Também de Marcela Trópia, a emenda 3 autorizava o poder público a estabelecer parcerias com entidades privadas para execução do Programa de Dignidade Menstrual. A emenda 1 foi retirada de tramitação e, no plenário as emendas 2 e 3 foram rejeitadas.

O papel pioneiro da vereadora Duda Salabert na publicação da Lei da Dignidade Menstrual em Belo Horizonte foi essencial. Sua determinação e sua capacidade de articulação foram essenciais para a concepção e a implementação da legislação, assegurando que a voz das mulheres fosse ouvida nos corredores do poder municipal. Duda Salabert não apenas compreendeu a urgência de abordar a questão da menstruação de forma aberta e inclusiva, mas também reconheceu a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, que envolvesse não apenas a educação, mas também a saúde e a assistência social. Duda Salabert foi uma verdadeira ponte entre a pasta da educação e as demais áreas governamentais, favorecendo que diferentes setores do governo trabalhassem em conjunto na formulação de políticas que visavam não apenas mitigar os desafios enfrentados pelos corpos menstruantes mas também promover uma cultura de respeito e inclusão em toda a Rede Municipal de Educação. A Lei da Dignidade Menstrual em Belo Horizonte, concebida sob a liderança de Duda Salabert, reflete uma visão progressista da então vereadora e o poder da mobilização popular e da colaboração entre diferentes esferas do governo. A referida lei estabelece diretrizes para garantir o acesso a produtos de higiene menstrual nas escolas, bem como desenvolver programas educacionais que buscam desmistificar tabus relacionados à menstruação e promover uma compreensão saudável e positiva desse processo natural do corpo.

Por fim, a Lei nº 11.407 foi sancionada e publicada no DOM do dia 21 de setembro de 2022, instituindo o Programa de Dignidade Menstrual na rede pública municipal de ensino de BH. Trata-se de uma política que afeta um público volumoso e diverso, uma vez que a RME-BH, de acordo com dados do SGE, de junho de 2024, possui 323 escolas, atende 161.654 estudantes e possui um quadro docente composto por 8.194 professores do Ensino fundamental e 6.083 professores da Educação infantil. Nesse universo, conforme já salientado, há cerca de 37 mil estudantes em fase reprodutiva que menstruam. Com o objetivo de proteger e promover a saúde menstrual e combater a evasão escolar, a Lei nº 11.407 é regida por algumas orientações. Conforme a proposição, a adesão ao programa é voluntária e cabe ao poder público criar mecanismos para incentivá-la, sendo vedadas a comprovação vexatória de necessidade e a exposição do público-alvo a constrangimento, em atenção à dignidade da pessoa humana. De autoria do Executivo, a norma tramitou na forma projeto de lei no Legislativo e foi objeto de debate em audiência pública e de apresentação de emendas por parte dos parlamentares. O programa consiste no fornecimento gratuito de absorventes higiênicos e na orientação sobre cuidados básicos para pessoas que menstruam. No ano de 2022, foram atendidas cerca de 36 mil estudantes de 9 a 15 anos e 4,9 mil, da EJA.

O próximo capítulo apresenta o percurso metodológico e os atores sociais que

constituíram o contexto, os procedimentos de pesquisa e os sujeitos que contribuíram para as análises propostas.

3 A PESQUISA: DESAFIOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No intuito de alcançar os objetivos propostos, este estudo adotou a pesquisa qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa busca conhecer a vida do coletivo na sua diversidade qualitativa, assumindo uma intervenção de caráter socioanalítico (Rocha; Aguiar, 2003, p. 67). Nessa modalidade de pesquisa, a relação pesquisador/sujeito pesquisado é dinâmica, determinando os próprios caminhos da pesquisa, que pode ser considerada uma produção do grupo envolvido. Esse tipo de pesquisa recorta o cotidiano em suas tarefas, em sua funcionalidade, em sua pragmática, variáveis imprescindíveis à manutenção do campo de trabalho, que se configura como eficiente e produtivo no paradigma do mundo moderno (Rocha; Aguiar, 2003).

Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2017) são referências importantes quando discutimos pesquisa qualitativa. Elas desenvolveram uma abordagem metodológica que valoriza a profundidade e a contextualização dos dados coletados. As autoras enfatizam a importância da interpretação dos fenômenos estudados e da flexibilidade metodológica para capturar a complexidade das experiências humanas. Assim, ao usar sua abordagem, pesquisadores têm a oportunidade de explorar as nuances e os significados subjacentes aos dados, proporcionando uma compreensão rica e detalhada de seus objetos de estudo.

Para Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa de campo quantitativo-descritiva compreende investigações empíricas, que objetivam o delineamento ou a análise das características principais ou decisivas de um fenômeno, a avaliação de programas ou ainda o isolamento ou chave. Além da busca qualitativa, constatei e correlacionei dados quantitativos por meio da aplicação de questionário voltado para as estudantes (Apêndice F).

Gestoras e estudantes das escolas da RME-BH são os sujeitos participantes do estudo. Foram consideradas três regionais administrativas da cidade, sempre primando pelas áreas de maior vulnerabilidade social. As escolas receberam nomes fictícios, para resguardar a privacidade dos sujeitos pesquisados. Fizeram parte da pesquisa apresentada: a Escola Municipal Professora Afrodite, situada na Regional Nordeste; a Escola Municipal Doutora Atena, situada na Regional Leste; e a Escola Municipal Dona Gaia, situada na Regional Norte. Compreendo que as(os) gestoras(es) de escolas inseridas em territórios de maior vulnerabilidade lidam com um público que está mais exposto à pobreza menstrual. Vale lembrar que vulnerabilidade social é um conceito multidimensional, que diz respeito a uma condição de fragilidade material ou moral de indivíduos ou grupos diante de riscos produzidos pelo contexto econômico-social. O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é um indicador composto pela

média aritmética de dezesseis indicadores, divididos em três dimensões, a saber: infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho, conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015). Para ouvir as estudantes e as gestoras participantes, apliquei questionários (Apêndices F; H) e promovi rodas de conversa que me ajudaram a compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais desse grupo. Maria Cecília de Souza Minayo (2010) utiliza o verbo “compreender” para designar a principal ação em pesquisa qualitativa, em que questões como a singularidade do indivíduo, sua experiência e sua vivência no âmbito do grupo e da coletividade aos quais pertencem são fundamentais para contextualizar a realidade na qual está inserido. Nesse sentido, a observação direta é uma maneira de identificar formas de comunicação utilizadas, bem como as interações estabelecidas com os outros sujeitos pesquisados (Lakatos; Marconi, 2017), de modo que se configura como um excelente instrumento para aproximação do campo de estudo.

A seguir, caracterizei o campo pesquisado, as escolas em que se encontram as gestoras e as estudantes participantes deste estudo. Posteriormente, apresento seus perfis e os dados coletados para análise.

3.1 As escolas

Conforme mencionadas neste capítulo, a seguir apresento a Escola Municipal Professora Afrodite, a Escola Municipal Doutora Atena Soares e a Escola Municipal Dona Gaia.

3.1.1 Escola Municipal Professora Afrodite

A Escola Municipal Professora Afrodite, situada na Regional Nordeste de Belo Horizonte, atende 821 estudantes, sendo 762 do ensino fundamental e 59 na modalidade EJA. Tem 64 professores no total, distribuídos em cargo de diretor, vice-diretor, coordenador geral, coordenador do Programa Escola Integrada, coordenador de turno, professor referência de turma e professor apoio, além de 36 profissionais terceirizados, dentre eles, monitor do Programa Escola Integrada, monitor de apoio à inclusão, cantineiros, porteiros e faxineiros⁴.

Essa escola surgiu em 2001, na Regional Nordeste, região marcada por extrema vulnerabilidade social na periferia de BH-MG. Pela carência de oportunidades, muitas crianças da comunidade estavam expostas à violência e excluídas da educação básica. O sonho de verum

⁴ Dados relativos ao ano letivo de 2023.

espaço de formação para crianças e jovens mobilizou lideranças locais e, após o empenho de diferentes atores, a escola nasceu.

O poder de articulação tornou-se marca expressiva do programa político-pedagógico adotado. Há uma aposta permanente no acolhimento e respeito ao outro e na valorização da escola como ambiente democrático produzido e cuidado por todos. O prédio da escola conta com sala audiovisual, biblioteca, informática, laboratório, quadra poliesportiva e horta, e todos são responsáveis por sua manutenção.

Com o intuito de favorecer uma formação humana para alunos e professores e construir um saber coletivo, a escola articula-se a diversas instâncias, como as igrejas locais, as secretarias de educação e de saúde, universidades, o Centro de Referência de Assistência Social (Cras), a Patrulha Escolar (que faz a segurança pública) e uma escola de samba local. Com cada uma dessas parcerias, a escola busca ações para o bem comum, seja para a promoção de palestras e/ou seminários que promovam uma reflexão segundo a demanda escolar, seja para a formação dos professores.

Desde a sua fundação, a escola é aberta à comunidade. Nos finais de semana, funciona como um espaço social e cultural para receber famílias, estreitando laços e permitindo que crianças e jovens ocupem o local de forma integral e saudável.

Reconhecida como Escola Integrada desde 2006, a Escola Municipal Professora Afrodite estende o tempo e as oportunidades de aprendizagem para crianças e adolescentes. São nove horas diárias de atendimento aos estudantes, que estão presentes também no contraturno escolar, período em que participam de oficinas de dança, artesanato, culinária, capoeira, brincadeiras populares, taekwondo, musicalização, jogos, leitura, teatro e estudo.

Na modalidade EJA, a escola recebe cerca de 120 alunos, divididos nas categorias Juvenil (15 a 18 anos) e Múltiplas Idades (acima de 18 anos). A pedagogia por projetos e a construção coletiva do saber também são o centro do trabalho desenvolvido na escola.

Em 2004, a escola abriu as portas para a inclusão de alunos com deficiência. Atualmente recebe por volta de 140 estudantes, que são acompanhados diariamente por 12 monitores de inclusão e um intérprete de Libras, que não substituem o trabalho da equipe docente, já que o processo de inclusão ocorre de forma integral. Para tanto, a escola pratica e promove o reconhecimento e o respeito à diversidade, promovendo a harmonia do clima escolar, em que todos têm voz.

A Escola Municipal Professora Afrodite é reconhecida como escola transformadora, porque acredita na educação significativa para o aluno e supõe o reconhecimento e a valorização do indivíduo como um ser único, e isso é sinal de respeito pela criança e pelo jovem. Desde a

sua fundação, sua equipe propõe-se a trabalhar em torno da pedagogia de projetos, de modo que o conhecimento desperte a curiosidade e o entusiasmo dos estudantes.

Ainda que, atualmente, nem toda a equipe docente disponha-se a trabalhar exclusivamente por projetos, há uma unidade de pensamento e reflexão para a formação integral do aluno.

O espaço democrático da escola pode ser ilustrado por diversos exemplos em que os alunos se expressam espontaneamente. Nas assembleias, que acontecem pelo menos uma vez por mês, eles expõem suas ideias frente às propostas dos professores e também sugerem demandas para a reflexão coletiva do grupo. Assim, a escola exercita a cidadania na medida em que diversas opiniões são consideradas e pontuadas, e as decisões são eleitas em votação para, posteriormente, constituírem documentos.

As questões são debatidas entre estudantes, pais, funcionários e professores, em igualdade de direitos e deveres. Eles discutem, por exemplo, a qualidade da merenda escolar, a necessidade de revitalização da praça e a despoluição do córrego. A necessidade de criar uma identidade com a comunidade é fundamental para o trabalho e, assim, as deliberações da assembleia guiam o funcionamento da escola.

Além do trabalho do corpo docente, a gestão abriu espaço para a interlocução de oficinairos. A partir da parceria da escola com as universidades, estagiários de diversas áreas passaram a gerir as oficinas sob a supervisão de professores. Valorizando os saberes e habilidades da própria comunidade, os moradores também foram convidados a intermediar essas atividades.

Perante os fatores exemplificados, fica evidente que os diversos leques de opções são um trabalho de reconhecimento de inteligências múltiplas, que não se encerra no interior da escola. Justamente para assumir essa vocação de interlocução, a prática escolar se abriu para o entorno da unidade. A mudança na dinâmica das aulas só foi possível graças à abertura escolar para uma rearticulação com agentes da comunidade. Ao “derrubar” seus muros, a Escola Municipal Professora Afrodite ampliou o relacionamento com atores de diferentes territórios e, por conta disso, diversificou a gama de possibilidades educativas para os estudantes.

No próximo subcapítulo, apresentaremos a Escola Municipal Doutora Atena.

3.1.2 Escola Municipal Doutora Atena

A Escola Municipal Doutora Atena, situada na Regional Leste de Belo Horizonte, atende 739 estudantes, sendo 666 do Ensino fundamental e 53 na modalidade EJA . Tem 57

professores no total, sendo distribuídos em cargo de diretor, vice-diretor, coordenador geral, coordenador do Programa Escola Integrada, coordenador de turno, professor referência de turma e professor apoio, além de 29 profissionais terceirizados, dentre eles, monitor do Programa Escola Integrada, monitor de apoio à inclusão, cantineiros, porteiros e faxineiros⁵.

A comunidade da Escola Municipal Doutora Atena acaba por fazer parte da história desse lugar. Conhecer uma dessas histórias, de certo modo, leva ao conhecimento da outra. Desse modo, compreende-se, igualmente, que todo o bairro tem a sua história, que comporta uma dimensão transformativa, assim como a da cidade.

O bairro nem sempre foi da mesma forma que é atualmente. Ele é o resultado da ação dos seres humanos sobre a natureza e essa ação, esse ato de modificar, construir uma determinada localidade, não se dá de uma só vez. Um bairro, assim como uma cidade, é construído e reconstruído ao longo de sua existência. O bairro em que a escola está inserida faz divisa com outros três bairros e, de acordo com os moradores, a sua história acompanha os trilhos da estrada de ferro e o curso do Rio Arrudas, elementos importantes para compreender a ocupação desse espaço na cidade. A origem do bairro tem como principal característica os movimentos comunitários de luta, resistência e conquistas, nos quais destacaram-se a presença e a atuação de mulheres que se empenharam na luta por moradia. De ruas sem calçamento e inundadas por causa das chuvas, sem postos de saúde, escolas, água encanada, energia elétrica ou rede de esgotos, formaram-se bairros e, a partir da década de 1980, todos eles nasceram numa região acidentada e de difícil ocupação, localizada na saída de Belo Horizonte para outras cidades. Além disso, eles têm em comum o fato de serem bairros de ocupação tardia, que aconteceu sem muito planejamento anterior, a partir de áreas rurais.

Somando-se a essas características, há também o fato de não possuírem uma rede de comércio e serviços que atenda às necessidades de seus moradores. Nesse cenário, a população desses bairros enfrentou — e ainda enfrenta — muitas dificuldades. Porém, segue superando preconceitos da sociedade e resistindo ao descaso da cidade em relação a ela. Especificamente em relação à comunidade em que a Escola Municipal Doutora Atena está inserida, até o final da década de 1990, pertencia ao município de Sabará, por ser pouco povoado, a PBH, em convênio com os governos estaduais e federais, e atendendo às reivindicações da comunidade, iniciou, naquele período, uma política de habitação. Lotes na região da antiga Fazenda Vale do Sol foram desapropriados, gerando a construção de conjuntos habitacionais, os quais passaram a abrigar diversas famílias de baixa renda. Já no ano de 2010, para seguir com o processo

⁵ Dados relativos ao ano letivo de 2023.

construção e reconstrução do bairro e de ampliação das moradias, o governo federal implementou o “Programa Vila Viva”. O bairro passou, então, a contar com seis conjuntos habitacionais, cujos moradores(as) eram oriundos das mais diversas regiões de Belo Horizonte. Havia também alguns equipamentos públicos, tais como escolas de educação infantil, centro de saúde e o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Algumas obras do “Programa BH Cidadania” também foram iniciadas e uma nova escola — a atual sede da Escola Municipal Doutora Atena — foi construída a partir do Orçamento Participativo. Então, foi nessa ambiência que surgiu a escola.

Em 2010, essa escola atendeu estudantes do 1º e do 2º ciclo do Ensino fundamental e estudantes do Projeto EJA – BH ; sendo nove turmas do 1º ciclo e sete do 2º, e três turmas da EJA, totalizando 475 estudantes. Passada uma década, no ano de 2020, a escola atendeu 10 turmas no 1º e 10 turmas no 2º ciclo do ensino fundamental; oito turmas no 3º ciclo; e três turmas na EJA, totalizando 828 estudantes. Atualmente, em 2021, atende nove turmas no 1º e nove turmas no 2º ciclo; 10 turmas no 3º ciclo; e três turmas na EJA, totalizando 837 estudantes.

A cultura local que caracteriza a comunidade é constituída por tranças com fitas coloridas, por diferentes cortes de cabelos, diversos corpos e distintas representações, diversas narrativas, histórias, sonoridades e ritmos que adentram a escola, que, por sua vez, busca acolher e valorizar todos esses aspectos, por meio de projetos e práticas que valorizam e reconhecem as características e ações locais, impactando, dessa maneira, as interações entre a escola e a comunidade local. Porém, ainda assim, é fundamental que cada vez mais esse diálogo e essa parceria se intensifiquem e sejam feitos de forma constante e horizontal. A escola é, portanto, um espaço colorido pela pluralidade. Já a comunidade de seu entorno possui grupos comunitários ativos e organizados, voltados para ações de cultura, esporte e lazer. Há uma diversidade de movimentos culturais na comunidade, portanto, diversas possibilidades de convivência social, numa teia de relações humanas responsável pela pluralidade local.

A escola, ao abrir o seu espaço institucional ao diálogo e às parcerias com esses grupos artísticos e moradores(as) locais, participa diretamente das demandas e propostas da comunidade, o que lhe permite também se forjar como um espaço rico, dialógico e plural. O bairro, ambiente com características mescladas do urbano e do rural, traz em seus moradores características híbridas, de influências locais, de preservação do trabalho artesanal, do aspecto singular local, que podem ter semelhanças, mas não são iguais por completo a nenhum outro bairro de Belo Horizonte ou de Sabará. Moradores, trabalhadores e estudantes preservam determinados modos de vida, como andar a cavalo pela estradinha de chegada ao CRAS, treinar danças nos espaços públicos, andar de bicicleta, criar animais no quintal, cultivar uma horta e

ocupar moradias verticalizadas (traço urbano do local). Além disso, ao se deslocarem para o centro da cidade ou para outros locais, seja pelo trabalho ou por lazer, acabam por trazer para a sua comunidade outras referências. Também a singularidade de cada estudante, em si, representa um espectro de diferentes identidades e são elas que influenciam a construção de suas identidades, conferindo a cada um desses sujeitos a sua singularidade. Ao mesmo tempo, essas identidades são compartilhadas com os pares ao longo da permanência em diversos espaços e no contato com diferentes movimentos culturais e no ambiente escolar. Logo, é possível imaginar um tecido social que desenha a pluralidade desses locais e encontros, atravessados por hibridismos identitários, culturais e teias de relações, inclusive, afetivas, que constituem essa comunidade.

Todavia, vale destacar que os estudantes transitam em diferentes espaços e culturas, que impactam nos seus processos de socialização e na conformação de suas identidades. Com isso, no momento da pandemia covid-19, em que as relações se estabeleceram, prioritariamente, por meio virtual, as desigualdades se explicitaram. A falta de acesso tecnológico de muitas famílias não pôde ser negligenciada pela escola. Para tanto, foram articulados outros meios de acesso às atividades, como a criação de apostilas (materialidade física) para atender aos(às) estudantes que não possuíam acesso à internet e nem materialidade adequada (computador, tablet, celular etc.). A escola, nesse sentido, reforçou o seu papel social, que visa minimizar as dificuldades causadas pelas diferenças econômicas, sobretudo buscando envolver seus sujeitos no elo da equidade. A comunidade, por sua vez, valida, reconhece e valoriza esse esforço, possivelmente porque ela se constitui também por uma geração da cultura do papel, desse fazer tradicional, do uso do lápis e da borracha que se torna a forma documental de um “aprendizado” que visava sanar algumas das dificuldades impostas pelo distanciamento.

Nesse sentido, o acesso para a grande maioria foi ampliado de forma efetiva, persistente e incansável, de diferentes maneiras, a fim de amenizar as desigualdades e garantir o direito à educação, além de estreitar os laços de afeto e cuidado, apesar do distanciamento físico/social daquele momento. No que se refere, especificamente, às desigualdades, que também são permeadas pelo hibridismo, deparei-me com novos conceitos de territórios, de redes multiconectadas, precarização do trabalho e outros aspectos que envolvem não somente a comunidade, mas também se considerar uma perspectiva macropolítica da sociedade atual. Os sujeitos dessa comunidade estão sob o efeito de interesses econômicos e políticos e, quando eles estão distantes e/ou sem acesso a essas conexões e configurações, não preenchem os quesitos mínimos necessários para serem inseridos na esfera do capital e do consumo. Desse modo, acabam ocupando vagas no trabalho informal, o que se desdobra em rupturas nos

percursos de suas vidas.

Essa escola, portanto, busca, cada vez mais, incorporar e valorizar as práticas e os movimentos culturais diversos e plurais, organizados pelos moradores. Abrindo o ambiente escolar ao diálogo e reconhecimento da comunidade, a escola faz com que a comunidade se identifique e zele pelo espaço que ela mesma lutou para conquistar, bem como oferece práticas e projetos que reconhecem e valorizam as múltiplas ações e vozes dessa comunidade tão ávida pelos seus direitos e tão rica em suas pluralidades.

O próximo subcapítulo apresenta a caracterização da Escola Municipal Dona Gaia.

3.1.3 Escola Municipal Dona Gaia

A Escola Municipal Dona Gaia, situada Regional Norte de Belo Horizonte, atende 615 estudantes, sendo 527 do ensino fundamental e 88 na modalidade EJA. Ela tem 60 professores no total, sendo distribuídos em cargo de diretor, vice-diretor, coordenador geral, coordenador do Programa Escola Integrada, coordenador de turno, professor referência de turma e professor apoio, além de 30 profissionais terceirizados, dentre eles monitor do Programa Escola Integrada, monitor de apoio à inclusão, cantineiros, porteiros e faxineiros⁶.

A escola foi inaugurada e municipalizada em 1992. Foi construída no padrão das escolas estaduais da época, com tijolinhos à vista, dois pavilhões, quinze salas de aula, uma quadra, uma biblioteca, salas para coordenação, direção, professores, secretaria, banheiros, cantina e um grande pátio

Buscava atender a demanda da população, oferecendo vagas para os anos que hoje são denominados 1º e 2º ciclos do Ensino fundamental. Os primeiros anos de funcionamento da escola foram bastante difíceis, pois faltava funcionários, professores, materialidade, energia elétrica e telefone, e o acesso à escola era muito precário. Em períodos de chuva, a precariedade aumentava, porque o córrego enchia, impedindo os estudantes de chegarem à escola.

Até 1997, a Biblioteca “Menino Maluquinho” (biblioteca da escola) funcionava com uma professora, que organizava o acervo e recebia estudantes e professores para consultas internas. Em 1997, a biblioteca recebeu um auxiliar de biblioteca concursado e a coordenação de um bibliotecário. O acervo foi classificado e recebeu uma nova organização. Estudantes e funcionários foram inscritos como usuários que adquiriram o direito de fazer empréstimos domiciliares de livros. Foram desenvolvidos vários projetos de incentivo à leitura e à pesquisa.

⁶ Dados relativos ao ano letivo de 2023.

Atualmente a biblioteca conta com dois auxiliares de biblioteca, que mantêm os trabalhos e orientam pesquisas escolares pela internet. A comunidade tem um computador disponível para consulta, pesquisa e inscrições em concursos.

De 2000 a 2004, a escola passou por um processo de reforma e foram construídos uma quadra adicional, um parquinho, a sala de multimeios, uma nova biblioteca, uma rampa para melhor acessibilidade, foi coberta a quadra principal, reformada a cantina e realizada a ampliação da sala dos professores. Nesse período, a escola atendeu também crianças de cinco anos e iniciou a oferta de vagas para a modalidade EJA, que teve início em 2001, com o projeto Acolher. Esse projeto funcionava com apenas uma turma bastante heterogênea, que serviu de ponto de partida para as primeiras enturmações da EJA em 2002, quando foram formadas seis turmas. Em 2003, a escola recebeu duas novas turmas, perfazendo oito no total. Em 2004, iniciaram com oito turmas já previstas. Em junho, a escola recebeu autorização para abertura da nona turma. Em 2006, a escola passou por algumas mudanças no espaço físico, como construção da brinquedoteca ligada à biblioteca, substituição da rampa de acessibilidade (de metal para alvenaria), construção dos vestiários, cobertura da quadra adicional e adequação da sala de multimeios para instalação do laboratório de informática. Nesse período, teve início o trabalho proposto pela PBH, o Programa Escola Integrada, atendendo estudantes com grande vulnerabilidade social.

Atualmente o espaço físico da escola está se adequando a novas demandas, a secretaria, os banheiros de professores, as salas de direção, de coordenação, de mecanografia e depósito de materiais se transformaram em cozinha e refeitório. O espaço administrativo ocupou o local em que funcionava a cantina. A sala 32 (de vídeo) passou a acolher os funcionários e suas demandas. Foi construída também uma escola de educação infantil no espaço do Projeto Curumim que, em 2007, foi entregue à PBH pelo Estado.

No próximo capítulo, apresentamos o perfil das estudantes participantes da pesquisa, os dados coletados e as análises realizadas. Os dados das três escolas foram reunidos devido às questões já apresentadas, pois aproximam as realidades em foco.

4 APROXIMANDO-SE DA REALIDADE: ANÁLISE DOS DADOS

A proposta do projeto de pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UFMG, conforme exigência das pesquisas com seres humanos. A Smed/BH recebeu a “Carta de apresentação do(a) pesquisador(a) à escola à Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte” (Apêndice A). As gestoras das escolas pesquisadas receberam “Carta de apresentação da pesquisadora à escola” (Apêndice B). As gestoras participantes manifestaram estar de acordo em participar da pesquisa através do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para gestor/a” (Apêndices C), o “Termo de Assentimento Livre e Esclarecido” aos responsáveis legais das estudantes (Apêndices D) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido às participantes (Apêndice E). Já o questionário e o roteiro de conversa aplicados às estudantes se encontram nos Apêndices F e G. Também o questionário aplicado às gestoras se encontra no Apêndice H.

Sendo assim, este tópico se constitui de dados coletados nas instituições de ensino Escola Municipal Professora Afrodite, Escola Municipal Doutora Atena e Escola Municipal Dona Gaia, referentes a estudantes e gestoras. Estas receberam nomes fictícios Ana, Sílvia e Elza respectivamente, para assegurar o anonimato dos sujeitos entrevistados durante a pesquisa. O questionário (Apêndice H) e a roda de conversa com as gestoras foram os procedimentos considerados mais adequados para a implementação do estudo, porque permitiram coletar informações para identificar as ações voltadas para a promoção da dignidade menstrual realizadas pelas gestões das três escolas municipais. Também permitiram compreender até que ponto a Lei nº Lei nº 11.407/2022 passou a promover um comportamento coletivo de proteção, criando uma mentalidade de valorização da saúde e do bem estar de todos.

É importante destacar que, na busca por uma educação verdadeiramente inclusiva, integral e transformadora, é essencial considerar a importância da escuta ativa e amorosa como uma ferramenta fundamental para promover a dignidade menstrual. Ao explorar esse tema, adotei a perspectiva dos princípios apresentados por Leonardo Boff (2024), para quem a humanidade corre risco de extinção. Como um pensador que enfatiza a conexão entre ética, diálogo e cuidado com a vida, Boff (2024) compreende o valor da escuta ativa e amorosa, que pode transformar o ambiente educacional e promover uma abordagem mais compassiva e humana em relação à menstruação. Para Boff (2024), uma escuta afetiva e amorosa vai além de simplesmente ouvir as palavras pronunciadas pelo outro. Ela envolve uma disposição genuína para se conectar emocional e espiritualmente com o outro, demonstrando empatia, respeito e compaixão. Trata-se de um ato de generosidade e humildade, por meio do qual nos colocamos

de lado para verdadeiramente compreender a experiência e a perspectiva do outro.

A dignidade menstrual é uma questão profundamente ligada aos direitos humanos e à dignidade humana. No entanto, por séculos, a menstruação tem sido estigmatizada, considerada tabu em muitas sociedades, resultando em consequências negativas para a saúde física, emocional e social das pessoas que menstruam. Ao praticarmos a escuta ativa, reconhecemos e validamos as experiências das pessoas que menstruam, oferecendo-lhes um espaço seguro para expressar suas necessidades e desafios. Ao incorporar os princípios de Boff (2024), por meio da prática da escuta ativa e amorosa na educação, podemos criar um ambiente escolar verdadeiramente empoderador e inclusivo para todas as pessoas, independentemente de seu ciclo menstrual. Ao ouvirmos atentamente as experiências e preocupações das pessoas que menstruam, podemos desenvolver políticas e práticas que promovam o acesso equitativo a produtos de higiene menstrual, educação menstrual abrangente e espaços seguros para discussão e suporte. A escuta ativa e amorosa também é uma ferramenta poderosa para fomentar o diálogo e a consciência coletiva em relação à dignidade menstrual. Ao praticarmos essa escuta, convidamos educadoras(es), estudantes e toda a comunidade escolar a se envolver em conversas significativas sobre a menstruação, desafiando estereótipos de gênero, desconstruindo tabus e promovendo uma cultura de respeito mútuo e inclusão.

Por fim, ao integrarmos os princípios de Boff (2024) e a prática da escuta ativa na abordagem da dignidade menstrual na educação, estamos contribuindo para uma transformação social e cultural mais ampla. Estamos desafiando as normas sociais e culturais que perpetuam o estigma em torno da menstruação e defendendo uma visão mais igualitária e compassiva da experiência humana. Em conclusão, a escuta ativa na educação é mais do que uma técnica pedagógica, configura-se como uma postura ética e moral que nos convida a reconhecer a dignidade e o valor intrínseco de cada indivíduo. Ao praticarmos a escuta ativa em relação à dignidade menstrual, estamos não apenas promovendo uma abordagem mais inclusiva e compassiva da menstruação na educação, mas também contribuindo para a construção de um mundo onde todos possam viver com dignidade, igualdade e respeito mútuo.

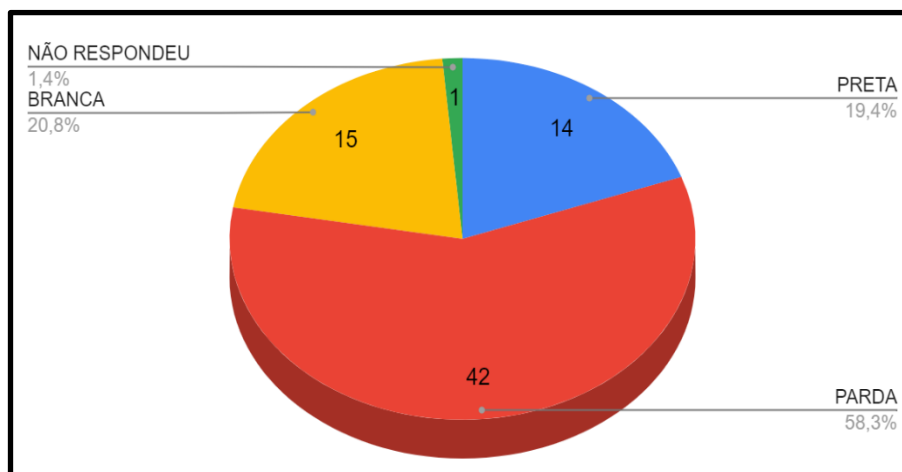
4.1 As estudantes e a promoção da dignidade menstrual

Após aplicação do questionário, os dados foram apurados por meio do programa de computador Excel. O questionário aplicado foi constituído de 16 perguntas e, em uma roda de conversa, foram discutidas 12 perguntas (Apêndices F; G) com 73 estudantes respondentes das três escolas que fizeram parte da pesquisa.

Inicialmente, trago, como uma lente para a análise dos dados, as reflexões sobre os problemas de exclusão social em relação à raça/cor profundamente examinados por Natalino Neves da Silva (2009), que enfatiza como essas questões perpetuam desigualdades estruturais e injustiças sociais. Silva (2009) argumenta que a discriminação racial não se limita a manifestações individuais de preconceito, mas está enraizada em instituições e práticas que sistematicamente marginalizam e excluem grupos minoritários. Ele destaca que políticas públicas e ações afirmativas são essenciais para enfrentar essas disparidades e promover uma sociedade mais justa e igualitária. Ao destacar as interseções entre raça, cor e exclusão social, Silva (2009) oferece *insights* importantes sobre como desafiar e transformar estruturas que perpetuam a discriminação racial, buscando uma inclusão verdadeira e equitativa para todos os indivíduos.

Analisar os dados a partir dos ensinamentos de Silva (2009) fez com que eu pudesse problematizar algumas questões apresentadas pelo estudo. Foi possível constatar que a maioria das estudantes pesquisadas se autodeclaram pardas (58,3%), sendo uma minoria branca (20,8%), e uma pequena parcela se considerando preta (19,4%), conforme o Gráfico 1 a seguir. Esses dados causam estranhamento, uma vez que, na minha percepção, elas seriam negras. Vários estudos socioculturais relatam a dificuldade das pessoas de se reconhecerem como negras.

Gráfico 1– Ecos da identidade: declaração racial



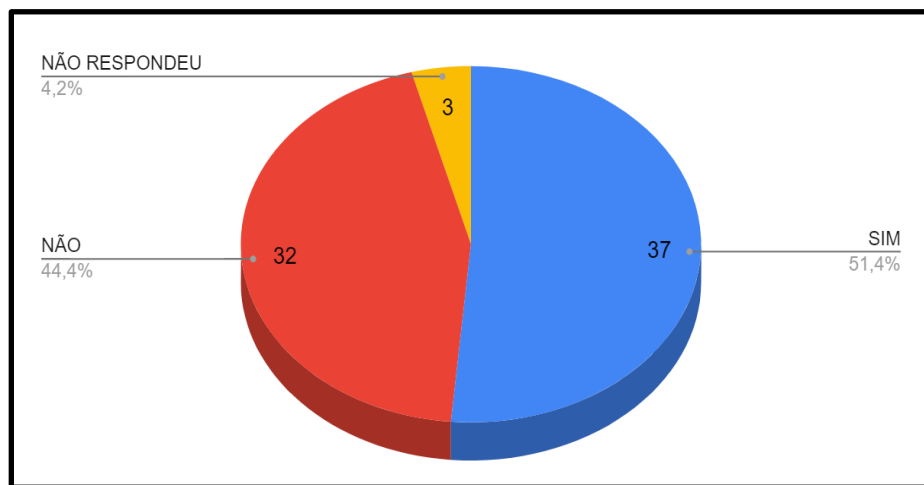
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Djamila Ribeiro (2019) nos oferece outra possibilidade de análise da questão, pois, de forma incisiva e perspicaz, discute o não se reconhecer como negro na sociedade brasileira. Para a autora, esse fenômeno não é apenas uma escolha individual, mas uma consequência do

racismo estrutural, que molda as identidades e limita a autoaceitação de muitos negros. Ribeiro (2019) argumenta que negar a própria negritude muitas vezes representa uma tentativa de escapar do estigma e da marginalização associados à cor da pele, mas ressalta que essa negação não elimina as injustiças raciais enfrentadas cotidianamente. Para ela, é importante reconhecer e afirmar a negritude como um ato de resistência e empoderamento frente a um sistema que historicamente tenta silenciar e diminuir a importância da identidade negra na construção da sociedade brasileira.

No universo da pesquisa, a maioria das estudantes são beneficiárias do Programa Bolsa Família, 51,4%, conforme o Gráfico 2. Esses dados nos levam a refletir sobre a articulação entre pobreza menstrual, estrato socioeconômico e raça, uma vez que 44,4% das estudantes responderem que a menstruação é um problema para elas e, ainda, que já se ausentaram das atividades escolares devido a questões ligadas às dificuldades do período menstrual, 55,7%.

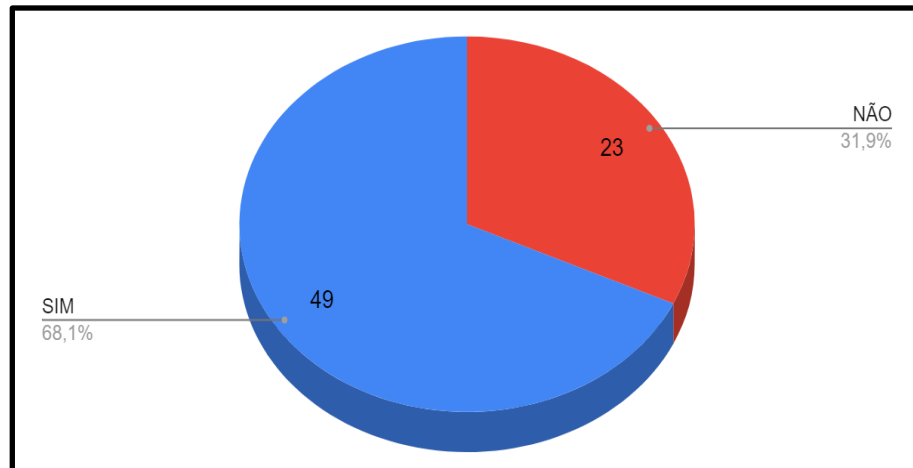
Gráfico 2 – Beneficiários de programa de transferência de renda: Bolsa Família



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Ademais, um número significativo de estudantes revelou que deixou de cumprir seus afazeres diários devido às dificuldades no período, 68,1%, conforme o Gráfico 3. Assim, 73,7% das estudantes escolheram permanecer em casa quando estavam menstruadas.

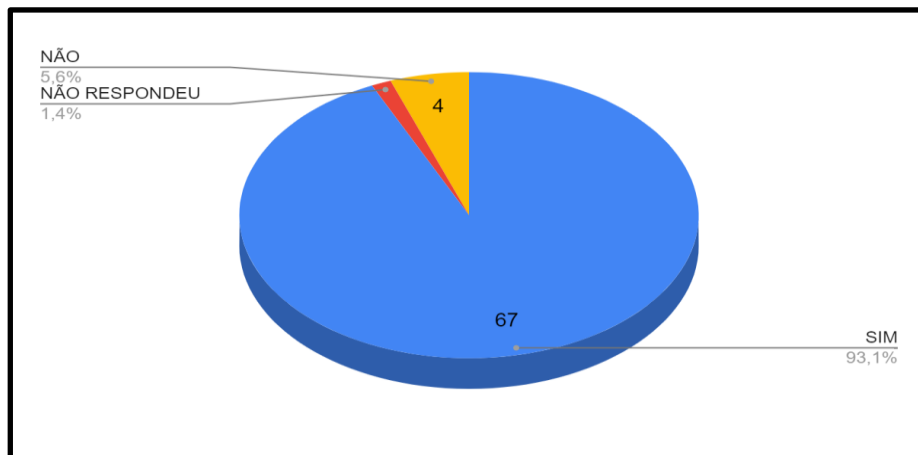
Gráfico 3 - Impacto das dificuldades menstruais nos afazeres diários



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Num primeiro momento, os resultados mensurados nos mostram que a menstruação afeta as estudantes, prejudicando-as nas atividades nos contextos familiar e escolar. Segundo a psicóloga Jennifer Weiss-Wolf (2017), as adolescentes enfrentam uma montanha-russa emocional durante o período menstrual, que pode ter repercussões significativas em suas vidas sociais e escolares. A combinação de sintomas físicos como cólicas e fadiga, juntamente com flutuações hormonais, pode desencadear mudanças de humor intensas, sensibilidade aumentada e até mesmo sentimento de isolamento. Essas questões emocionais não apenas afetam o bem-estar individual das jovens, mas também podem impactar sua interação com colegas e seu desempenho acadêmico.

Gráfico 4 - Impacto emocional da menstruação



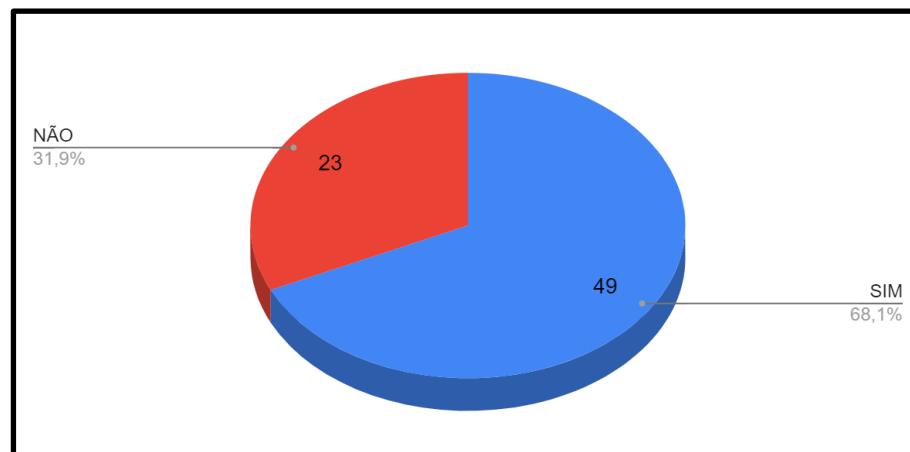
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Weiss-Wolf (2017) enfatiza a importância de abordar essas experiências de forma aberta e empática, criando um ambiente em que as adolescentes possam expressar suas preocupações e receber o apoio necessário para enfrentar esse período de maneira mais equilibrada e positiva. Conforme o Gráfico 4, sobre a menstruação afetar o lado emocional, 93,1% das estudantes responderam sim, identificando efeitos relacionados à menstruação que aborrecem, como cólicas, ânsia de vômito, dores no corpo, diarreia etc. A maioria das participantes da pesquisa, 89,3%, afirmou que sofre com esses incômodos e 77,6% disseram não fazer as coisas normalmente no período da menstruação.

O estudo também permitiu averiguar se as estudantes receberam informações na escola sobre o tema e se tiveram acesso a material adequado para lidar com a menstruação. A falta de materiais de higiene adequados e a ausência de estrutura nas escolas, para apoiar adolescentes durante o período menstrual, têm repercussões significativas na saúde e no bem-estar das jovens. Segundo a ativista e autora Jennifer Weiss-Wolf (2017), a falta de acesso a absorventes e a outros produtos de higiene menstrual não só compromete a dignidade das adolescentes, mas também pode impactar sua frequência escolar e seu desempenho acadêmico. A ausência de políticas escolares que garantam a disponibilidade desses materiais contribui para um ambiente que não é acolhedor nem inclusivo para as pessoas que menstruam e enfrentam esse desafio mensalmente. Além disso, a falta de informação e educação sobre saúde menstrual perpetua estigmas e tabus, dificultando ainda mais a experiência das pessoas que menstruam nesse período sensível de suas vidas.

No contexto escolar, a questão do ciclo menstrual é um tema significativo. De acordo com as respostas das estudantes, 68,1% das estudantes afirmaram ter recebido orientação sobre o ciclo menstrual na escola, conforme o Gráfico 5.

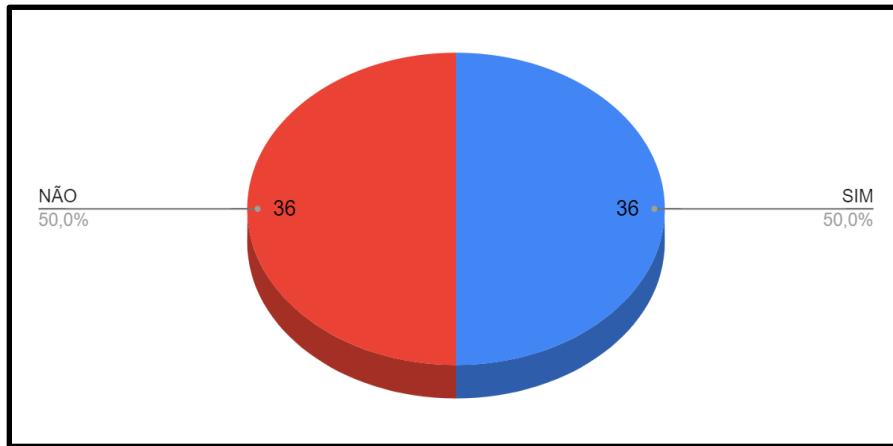
Gráfico 5 - Recebeu orientação sobre o ciclo menstrual na escola



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No entanto, para muitas estudantes, o fato de ficarem menstruadas durante o horário escolar ainda é uma experiência constrangedora. 56,9% delas admitiram já ter passado por isso. Mesmo que 63,9% das entrevistadas acreditem que a escola está preparada para apoiá-las nessa situação, o estudo constatou que 50%% delas já ficaram menstruadas na escola e enfrentaram a falta de itens de higiene adequados, conforme o Gráfico 6.

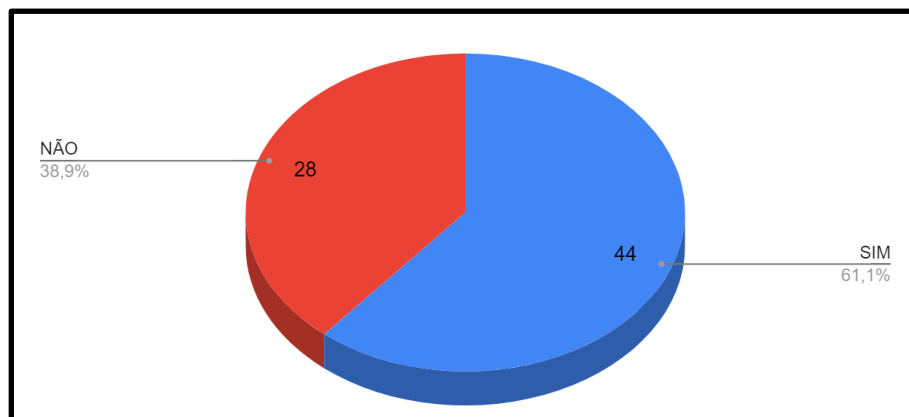
Gráfico 6 - Não tive acesso a itens de higiene adequados na escola



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Levando em conta a questão da frequência escolas e sua relação com os períodos menstruais, é importante destacar que a maioria das estudantes, 68,8%, teve indisposição para ir à escola durante o ciclo menstrual, como dores no corpo e cólicas, o que justifica o fato de 61,1% delas dizer que faltaram à escola porque estavam menstruadas, conforme o Gráfico 7. Aquelas que já foram para a escola menstruadas, 29,2%, afirmaram que já passaram por alguma situação constrangedora em seu período menstrual e sentiram vergonha disso.

Gráfico 7 - Já deixou de ir à escola porque estava menstruada

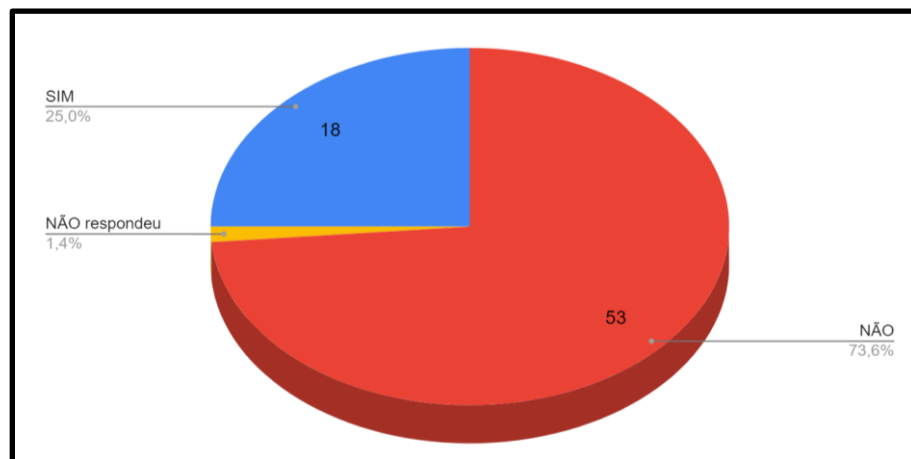


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Esses dados sublinham a necessidade de políticas mais eficazes e recursos disponíveis para garantir que todas as pessoas que menstruam possam enfrentar esse desafio de maneira digna e sem interrupções em sua trajetória escolar. As questões sociais e as políticas públicas que abordam a saúde menstrual podem fazer uma diferença significativa nas vidas dessas estudantes. Segundo pesquisadores como Bobel e Fahs (2019), políticas que garantem acesso gratuito a produtos de higiene menstrual nas escolas promovem a igualdade de oportunidades educacionais e reduzem o estigma associado ao período menstrual. Além disso, iniciativas que incluem educação menstrual nas escolas ajudam a naturalizar o diálogo sobre saúde reprodutiva e capacitam as pessoas que menstruam a gerenciar sua saúde menstrual com confiança. Essas medidas melhoram a frequência escolar e o desempenho acadêmico e contribuem para um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor, onde todas as pessoas que menstruam podem se desenvolver plenamente, independentemente do ciclo menstrual.

Segundo os dados coletados, a pesquisa revelou que 25% das meninas já utilizaram produtos inadequados para conter a menstruação, enquanto 1,4% optaram por não responder, conforme Gráfico 8. Embora pareça um número pequeno, isso significa que 18 meninas colocaram em risco sua saúde menstrual e seu bem-estar.

Gráfico 8 - Utilização de produtos inadequados para conter o fluxo menstrual



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Sobre utilizar absorventes oferecidos pela escola, uma expressiva maioria, 94,4%, respondeu positivamente. Quanto às iniciativas educativas da escola, 48,6% disseram ter participado de palestras e atividades sobre ciclo menstrual, sugerindo uma adesão considerável às atividades promovidas pelas instituições sobre esse tema.

Ao serem indagadas sobre com qual idade ficaram menstruadas pela primeira vez, a

faixa etária variou entre 8 e 14 anos, entretanto, a maioria, 81%, menstruou entre 11 e 14 anos. 64,6% das estudantes afirmaram que houve alguma mudança significativa na sua vida após ficar menstruada pela primeira vez. Sobre a relação com a menstruação, 47,9% das estudantes consideraram esse período ruim e outra parte, 6%, considerou o período péssimo. Assim, podemos afirmar que a maioria, 54,2%, das participantes do estudo têm problemas ao vivenciar o período menstrual.

37,5% das estudantes afirmaram que ficaram menstruadas na escola e tiveram a ajuda de uma amiga, enquanto 37,5% das participantes afirmaram que, ao ficarem menstruadas na escola, resolveram a situação sozinhas. Uma parcela menor, 16,7%, afirmou que nunca ficou menstruada na escola, e 8,3% não responderam à questão. Essa realidade aponta a importância de uma rede estabelecida entre as próprias estudantes, que se apoiam mutuamente e seguem juntas enfrentando os desafios e estigmas da menstruação.

A questão da menstruação entre estudantes adolescentes revela uma complexidade cultural frequentemente negligenciada pelas escolas. A falta de preparação das instituições para lidar com esse aspecto natural da vida das pessoas que menstruam pode representar um desafio significativo. Desde a falta de infraestrutura adequada, como banheiros higienizados e disponibilidade de produtos menstruais, até a ausência de educação sobre saúde menstrual, há aspectos em que as escolas falham por não proporcionarem um ambiente inclusivo e acolhedor para as pessoas que menstruam. Esse cenário não apenas impacta o bem-estar físico e emocional das estudantes, mas também reflete uma lacuna cultural e educacional que necessita de urgente atenção e sensibilidade por parte das instituições educacionais.

Os demais gráficos analisados nesta pesquisa se encontram no Apêndice I desta dissertação.

4.1.1 As impressões: a conversa com as estudantes

Após a conversa com as estudantes das três escolas sobre a Lei da Dignidade Menstrual em Belo Horizonte e considerando as perguntas feitas no questionário, algumas impressões importantes emergiram.

Primeiramente, confirmou-se que a menstruação ainda é um tema relevante e muitas vezes problemático para as estudantes. Um número significativo respondeu afirmativamente a perguntas: "A menstruação é um problema para mim", "Deixei de ir à escola porque estava menstruada" e "A menstruação prejudica meus afazeres diários". Isso destaca a necessidade de abordar melhor essa questão e oferecer mais suporte às estudantes.

Além disso, a falta de preparo das escolas para lidar com situações relacionadas à menstruação é preocupante. Muitas estudantes relataram constrangimento ao menstruar na escola, falta de itens de higiene adequados e ausência de orientação sobre o ciclo menstrual. Isso indica a urgência de políticas e práticas escolares mais inclusivas e sensíveis às necessidades das estudantes menstruadas.

É encorajador notar que algumas estudantes receberam orientação sobre o ciclo menstrual e participaram de palestras e atividades sobre o tema. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir que todas tenham acesso a essas informações e se sintam confortáveis e apoiadas durante o período menstrual.

Finalmente, é importante reconhecer a diversidade das estudantes e considerar como isso pode influenciar suas experiências com a menstruação. Questões como raça e participação no Programa Bolsa Família podem impactar as condições em que as estudantes lidam com a menstruação e devem ser levadas em conta ao desenvolver políticas e programas para promover a dignidade menstrual, pois esses fatores refletem as condições sociais das estudantes no ambiente familiar.

Essas impressões ressaltam a importância da Lei da Dignidade Menstrual em Belo Horizonte e a necessidade contínua de garantir que as necessidades e as experiências das estudantes sejam reconhecidas e atendidas de forma adequada.

No segundo momento da conversa com as estudantes das três escolas sobre a lei em Belo Horizonte, foi possível perceber outras impressões importantes, tendo em vista o roteiro de entrevistas utilizado.

Primeiramente, é notável que a menstruação é um assunto que desperta diversas experiências e emoções nas estudantes. Muitas estudantes relataram ter vivenciado mudanças significativas em suas vidas após o início da menstruação, o que destaca a importância de abordar essa transição de forma sensível e informativa.

A relação das estudantes com a menstruação varia, mas é evidente que, para algumas delas, esse período pode representar um problema, seja devido a sintomas físicos como cólicas e dores, seja por situações constrangedoras vivenciadas na escola. Essas questões ressaltam a necessidade de oferecer suporte adequado às estudantes menstruadas, tanto em termos de saúde física quanto emocional.

A experiência de menstruar na escola foi relatada por algumas estudantes e muitas enfrentaram dificuldades para contornar o problema, seja por falta de itens de higiene adequados ou por constrangimento em lidar com a situação. Isso destaca a importância de garantir que as escolas estejam preparadas para oferecer apoio às estudantes menstruadas e que

elas se sintam confortáveis e seguras durante esse período.

Além disso, é interessante notar que algumas estudantes expressaram a necessidade de receber mais orientação e suporte durante o período menstrual, sugerindo que a educação sobre o ciclo menstrual e o uso de produtos menstruais adequados são aspectos importantes para promover o bem-estar das estudantes na escola.

Por fim, a questão sobre a importância de os meninos também terem conhecimento sobre o ciclo menstrual foi levantada, destacando a necessidade de a educação menstrual ser inclusiva e abrangente, para que todos os estudantes tenham uma compreensão holística desse aspecto da saúde do corpo que menstrua.

Essas impressões ressaltam a relevância da Lei nº 11.407 em BH e a importância de continuar promovendo discussões e iniciativas que visem garantir o respeito e a dignidade de pessoas menstruadas nas escolas.

É importante destacar que, entre o grupo de estudantes da Escola Professora Afrodite, havia uma estudante trans, que manifestou interesse em participar da conversa e responder ao questionário sobre a Lei nº 11.407, porém, apenas recebeu as folhas com as perguntas e não preencheu nenhuma resposta. Apesar disso, participou efetivamente da discussão e trouxe à tona questões relevantes sobre os desafios enfrentados pela comunidade escolar, especialmente no que diz respeito à gestão da escola frente aos desafios do enfrentamento aos abusos e à violência que vivencia na escola.

Durante a conversa, a estudante trans demonstrou preocupação com a falta de abertura ao diálogo por parte da gestão da escola, assim como a ausência de uma escuta individualizada das necessidades dos estudantes, incluindo questões relacionadas à saúde física e mental dos adolescentes. Ela ressaltou a importância de palestras e atividades que promovam a saúde integral dos estudantes, considerando suas especificidades e diversidade.

Os apontamentos feitos pela estudante trans podem ser interpretados como uma forma de expressar suas experiências e sentimentos, mesmo sem condições de participar plenamente da atividade proposta. Sua presença e sua contribuição na conversa são exemplos de como é fundamental incluir as vozes e as perspectivas de todos os estudantes, independentemente de sua identidade de gênero, para promover um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

Essa situação resalta a necessidade de sensibilidade e adaptação por parte das instituições educacionais para garantir que todos os estudantes se sintam respeitados e representados, especialmente no que diz respeito às questões que envolvem sua saúde e bem-estar.

O próximo subcapítulo apresenta os resultados da pesquisa realizada com as respondentes gestoras das três escolas em estudo.

4.2 As gestoras e a promoção da dignidade menstrual: realidade e desafios

Foi aplicado um questionário (Apêndice H) com seis perguntas para serem respondidas por três gestoras. A primeira a responder foi a gestora Ana, da Escola Municipal Professora Afrodite; a segunda, foi a gestora Sílvia, da Escola Municipal Doutora Atena; e a terceira, foi a gestora Elza, da Escola Municipal Dona Gaia.

A primeira pergunta foi sobre o que mudou na prática da escola a partir da promulgação da Lei nº 11.407/2022. As gestoras responderam que as estudantes se sentem mais seguras em frequentar as aulas nos dias delicados porque, embora já houvesse a prática da distribuição de absorventes para estudantes que procuravam. Com a lei, passaram a atender um número maior de meninas, com uma quantidade maior de absorventes entregues para cada estudante. Atualmente, a distribuição dos absorventes é prática mensal nas escolas. A gestora Sílvia afirma que: “Já tínhamos a prática da distribuição de absorventes para estudantes que nos procuravam. Com a lei, passamos a atender um número maior de meninas com uma quantidade maior de absorventes entregue para cada estudante”. A gestora Elza, por sua vez, revela que: “Hoje a distribuição dos absorventes é prática mensal na escola. Na falta do absorvente, as meninas se dirigem à coordenação para pedir, com menos timidez e constrangimentos. Antigamente as meninas tinham uma maior timidez”.

Assim, é possível observar um avanço, pois as meninas se dirigem aos responsáveis para pedir absorvente com menos timidez e constrangimentos que em outros tempos, em que havia maior timidez. As gestoras afirmaram que a entrega dos absorventes para as estudantes passou a fazer parte da rotina da escola. Sem colocar em evidência a necessidade das estudantes, a prática de distribuição dos absorventes passou a ser constante e coletiva.

As gestoras foram questionadas sobre o fato de terem ou não reunido a comunidade escolar (estudantes, professores, funcionários, coordenadores) para informar sobre a lei. As respostas variaram, e duas diretoras afirmaram ter feito a reunião, enquanto uma disse que apenas informou as pessoas sobre a lei e que a prática agora é fundamentada e institucionalizada. Apenas uma diretora, a gestora Elza, afirmou que as estudantes se sentem mais seguras em frequentar as aulas no período menstrual e que participam efetivamente de um projeto sobre o assunto: “Sim. Além disso, fizemos um projeto sobre o assunto. Acrescentamos que, conforme narrado, todo o coletivo tomou conhecimento da lei por meio de um comunicado,

de forma simples ou de forma mais elaborada, com a proposta de um projeto educativo”.

Sobre a divulgação da Lei nº 11.407/2022, as três diretoras disseram que todo o coletivo tomou conhecimento por meio de um comunicado, de forma simples ou de forma mais elaborada, com a proposta de um projeto educativo.

Em relação à orientação e à distribuição dos absorventes e quem é referência para essa ação na escola, todas responderam que a distribuição é feita pelas coordenações, mensalmente, para todas as estudantes, exceto nas turmas do 5º ano, em que as estudantes recebem o absorvente da própria professora, uma vez que poucas meninas passaram pela menarca. A decisão de ter uma referência se deu após reuniões com as estudantes na quadra da escola para entrega dos absorventes e foi possível constatar que seria necessário disponibilizar uma pessoa referência para a ação.

Sobre a estrutura física dos banheiros, se houve modificação após a implementação da lei, apenas uma diretora afirmou que existe uma estrutura excelente, uma vez que a escola é administrada por meio de Parceria Público-Privada (PPP)⁷. As outras duas gestoras, porém, informaram que os banheiros continuam com sua estrutura anterior e que têm ciência da necessidade de melhoria do espaço para maior segurança das meninas.

Em relação ao quantitativo de absorventes distribuídos e ao controle dessa distribuição, de acordo com a necessidade do público-alvo, todas as três as gestoras têm conhecimento de quantos absorventes foram distribuídos e informam que é distribuída uma unidade para cada aluna mensalmente. Foram distribuídos, no mínimo, quatro mil pacotes, contendo 16 absorventes cada e totalizando 64.000 absorventes no ano de 2023. Esses números comprovam que a distribuição foi colocada em prática.

Sobre a existência de um projeto com o tema dignidade menstrual em desenvolvimento na escola, apenas uma diretora afirma promover a discussão, bem como apoiar a iniciativa da secretária da escola, que faz encontros, busca profissionais da área da saúde e tenta envolver as estudantes, os professores e demais profissionais que atuam na escola, tendo inclusive organizado uma palestra com a temática para a primeira entrega de absorventes. Uma das diretoras respondeu que não existe nenhum projeto, mas afirmou que abriu uma discussão com algumas estudantes do 8º e 9º ano ao detectar dificuldade em relação ao período menstrual e a outra ainda não fez nenhuma discussão, tem a intenção de fazer um projeto para o ano de 2024.

5 A Parceria Público-Privada (PPP) é um contrato de colaboração entre o setor público e o privado para gerir obras e serviços de interesse público. A empresa assume investimento, financiamento e operação do serviço. Atualmente, 52 escolas da Rede Municipal de Educação são administradas por meio desse tipo de contrato.

4.2.1 As impressões: a conversa com as gestoras

Também foram realizadas conversas com as gestoras das três escolas, que revelaram uma perspectiva interessante sobre a implementação da Lei nº 11.407/2022 e as práticas relacionadas à dignidade menstrual.

Durante a conversa com as diretoras das três escolas envolvidas sobre dignidade menstrual após a promulgação da Lei nº 11.407/2022, ficou evidente que houve avanços importantes na distribuição de absorventes e no apoio às estudantes. No entanto, algumas observações apontaram para desafios burocráticos que ainda precisam ser superados.

Na Escola Municipal Professora Afrodite, a gestora Ana compartilhou que, desde a promulgação da lei, a distribuição mensal de absorventes se tornou uma prática regular na escola. Ela notou uma mudança notável no comportamento das meninas, que agora solicitam absorventes com menos timidez e constrangimento. Anteriormente, a timidez era mais evidente entre as alunas.

No entanto, Ana reconheceu que o processo ainda é bastante burocrático, dificultando o diálogo fluido na escola, e que a entrega é feita pela coordenadora pedagógica geral, em alguns horários determinados para as turmas. Essa distribuição ocorre em filas de um corredor e as meninas vão recebendo o pacote de absorvente, porém, algumas relataram não receber por se sentirem constrangidas com os olhares dos meninos, além de escutarem os comentários e as piadas que eles fazem depois. A gestora expressou interesse em tornar o processo mais dinâmico para promover uma maior autonomia entre as alunas, mas afirma que as meninas têm uma soberba “natural daquela comunidade”.

A falta de empatia da diretora se evidencia na sua interpretação superficial da situação. Ao rotular as meninas como “soberbas”, por não quererem participar na distribuição de absorventes, ela negligencia a complexidade emocional que pode estar por trás dessa recusa. A timidez das meninas pode não ter sido levada em consideração, assim como a metodologia de exposição, que pode ter sido inadequada. A abordagem para incentivar a participação deveria ter sido mais sensível às necessidades individuais das alunas, reconhecendo e respeitando suas emoções e privacidade. A metodologia utilizada pela Escola Municipal Professora Afrodite não apenas desconsidera a diversidade emocional das meninas, mas também prejudica a construção de um ambiente educacional empático e inclusivo.

Na Escola Municipal Dona Gaia, a gestora Elza informou que a lei foi divulgada de maneira informativa para todos os envolvidos na escola, embora não tenha havido uma reunião formal. A distribuição mensal de absorventes é supervisionada pela direção e pela coordenação

da escola.

Elza mencionou que estão planejando um projeto abrangente sobre saúde menstrual para este ano, visando educar e empoderar os alunos. Ela concordou que uma abordagem mais envolvente, como a iniciativa da funcionária na outra escola, poderia beneficiar a autonomia das meninas, mas parece que tais propostas ainda se encontram no campo das ideias, pois essa pauta não foi priorizada pela equipe gestora Sílvia, da Escola Municipal Doutora Atena.

Na Escola Municipal Doutora Atena, a gestora Sílvia enfatizou que sua escola já possuía excelentes instalações de banheiro, o que não precisou ser modificado. Ela revelou que mais de mil pacotes de absorventes foram distribuídos em 2023, garantindo uma unidade a cada aluna mensalmente. No entanto, Sílvia também expressou interesse em implementar um projeto mais dinâmico em sua escola para promover uma discussão mais aberta e interseccional sobre saúde menstrual, inspirada pelo exemplo de uma colega, que envolve as meninas com mais autonomia.

O próximo subcapítulo apresenta o recurso pedagógico e-book elaborado com base no referencial teórico e na análise de dados.

5 O RECURSO EDUCACIONAL

O reconhecimento e as vivências da sexualidade na adolescência e a educação menstrual devem ser amplamente difundidos como uma ferramenta para que as pessoas que menstruam conheçam seu próprio corpo e seu ciclo menstrual, por meio de ações de promoção de bem-estar. É fundamental que a educação menstrual ocorra de maneira apropriada para cada idade e é esperado que adquirir noções sobre o corpo e entendimentos básicos sobre o ciclo menstrual contribua para a desmistificação de tabus estabelecidos, para a diminuição do constrangimento e do estresse das estudantes, além de favorecer o empoderamento das meninas.

Em uma sociedade patriarcal, sob o jugo da colonialidade de gênero (Lugones, 2008), as informações disponibilizadas sobre menstruação cumprem o papel de ensinar como esse fenômeno é vergonhoso e prejudicial. Nesse contexto, o descaso sobre o assunto atua como um fator impeditivo da equidade de gênero, conferindo lugar de relevância à educação menstrual, definida como o amplo acesso à informação sobre o ciclo menstrual, contemplando-se a perspectiva biológica, emocional, social e as questões de sustentabilidade (Herself, 2021).

A educação menstrual deve ser oferecida a todos, mas é de suma importância que as meninas sejam apresentadas ao tema antes da primeira menstruação, por meio do diálogo livre de estigmas e a partir de informações baseadas em evidências científicas. Por vezes, a primeira menstruação acontece na ausência de uma pessoa que seja referência afetiva para a estudante. Dessa forma, é fundamental que toda a comunidade escolar esteja preparada para realizar o acolhimento das alunas, a fim de auxiliá-las respeitosamente, nesse momento, que pode ser assustador para elas, mesmo quando munidas de alguma informação. Meninos e homens também precisam ter acesso ao conhecimento sobre educação menstrual, para que possam desenvolver um comportamento respeitoso com as pessoas que menstruam. Nesse sentido, o presente estudo propõe a elaboração de um produto educacional, ou seja, trata-se da elaboração do recurso educacional *e-book* sobre educação e dignidade menstrual para gestoras(es) escolares e demais profissionais da educação, a fim de que possam ter subsídios para a implementação de ações educativas e formativas.

Gabriel Gonçalves Freire, Zenaide de Fatima Dante Correia Rocha e Daniel Guerrini (2017) explicam que os produtos educacionais são ferramentas elaboradas pelos próprios profissionais com o objetivo de viabilizar a prática pedagógica, de modo que:

Na materialização dos produtos educacionais, o pesquisador e o público que dele se utiliza, precisam compreender que esses produtos não são receitas acabadas do como fazer (ensinar), mas ferramentas que indicam caminhos a serem percorridos,

considerando-se as mudanças necessárias conforme o contexto e o público aos quais esses produtos se destinam. Por conseguinte, responder à questão central da investigação requer uma análise mais profunda de produtos educacionais já elaborados, em um tempo e espaço próprios que conceba a formação contínua do professor pela pesquisa como ação necessária. (Freire; Roca; Guerrini, 2017, 380-381).

A seguir, apresento uma breve sequência com a qual busco especificar e delimitar o produto:

- a) tema: educação e dignidade menstrual;
- b) eixo temático: saúde e bem-estar, qualidade na educação e ações de equidade de gênero, com atividades que visam desenvolver o empoderamento das adolescentes;
- c) conteúdos a serem desenvolvidos: primeira menstruação, sistema reprodutor, ciclo menstrual, tabus e mitos sobre a menstruação, possibilidades de engajamento da comunidade escolar, dentre outros.

O objetivo geral desse produto é estimular que o máximo de profissionais da área de educação e membros da comunidade escolar tenham acesso a informações sobre a temática e possam interagir e debater a respeito dela nas escolas. Alguns objetivos específicos do produto são: disponibilizar conteúdo para desenvolver uma visão abrangente sobre educação e dignidade menstrual; apresentar um material com conceitos didáticos de modo a facilitar a efetivação da Lei nº 11.407 nas escolas municipais de Belo Horizonte. Finalmente, é importante reforçar a compreensão da sociedade como campo para o desenvolvimento dos processos educativos voltados para as práticas da liberdade, de modo a garantir acessos equânimes a direitos que incluam todas e todos e contribuir para a concretude nos processos contínuos de luta pelos direitos sociais.

Entretanto, na perspectiva formativa do mestrado profissional, o objetivo é que o produto educacional “se constitua em material que possa ser utilizado por outros profissionais” (Moreira, 2004, p. 134). Portanto, percebe-se que a divulgação desses produtos é uma tarefa necessária após a sua elaboração e a sua aplicação (Freire; Roca; Guerrini, 2017, p. 380).

Ao pensar no acesso livre e gratuito ao *e-book*, a exemplo da professora Magna Angélica Oliveira Rodrigues (2021), que orienta as(os) educadoras(es) a disponibilizarem o e-book na plataforma calameo.com, publiquei o e-book com o título *Ciclo da Dignidade: promovendo a educação menstrual nas escolas* (2024), que pode ser acessado, pois está disponível no endereço eletrônico: <https://www.calameo.com/books/0077198161b1b76a0856b>.

Rodrigues (2021, p. 59) explica que o site <https://pt.calameo.com/> viabiliza “a criação, a hospedagem e a publicação de conteúdo digital de diversas formas”, uma vez que

A empresa Calaméo desenvolve um serviço acessível, que propõe a criação on-line automatizada de uma publicação que pode incorporar diferentes formatos de documentos. Disponibiliza a publicação de e-book na internet, fornece acesso a todas as publicações públicas e privadas publicadas em seu site. É um sistema de comunicação inovadora, original e lúdica, que capta imediatamente a atenção do leitor, possibilita criar uma agência de empresa on-line, facilita o acesso e armazenamento de arquivos acessíveis na internet a qualquer momento. Fornece relatório de audiência, estatísticas sobre o universo de leitores e outras funcionalidades de marketing que permitem medir eficácia das publicações (Rodrigues, 2021, p. 59).

As páginas do *e-book* se encontram também no Apêndice J desta dissertação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação investigou a atuação da gestão escolar na implementação da política de dignidade menstrual na RME-BH, focando especificamente no acesso a direitos menstruais em três escolas prioritárias. Os resultados deste estudo oferecem *insights* significativos sobre os desafios e as oportunidades encontradas nesse contexto complexo.

Diante dos dados apresentados, podemos inferir que o período menstrual gera um incômodo para as estudantes e isso tem reflexos na sua rotina diária, em casa e na escola, além de prejudicar a frequência às aulas e contribuir para o desejo de não estar na escola nesses períodos. Entretanto, as escolas não estão devidamente preparadas para apoiar materialmente as pessoas que menstruam. As instituições ainda deixam a desejar, pois as estudantes, em sua maioria, afirmam que já faltaram itens para apoiá-las em situações relacionadas à menstruação, além disso, uma parcela da amostra afirmou que não participou de palestras e atividades na escola sobre o tema. Esse quadro gera danos psicoemocionais nas pessoas envolvidas no cenário de precariedade, assim como representa um fator de exclusão.

Ficou evidente que a gestão escolar desempenha um papel importante na efetivação da política pública voltada para a dignidade menstrual. A liderança proativa e comprometida é essencial para estabelecer um ambiente escolar que promova não apenas a disponibilidade de produtos de higiene menstrual, mas também a educação e o apoio necessários para que todas as estudantes se sintam confortáveis e respeitadas durante seu ciclo menstrual. As escolas estudadas demonstraram diferentes níveis de engajamento nesse sentido, evidenciando que a sensibilidade e a capacitação dos gestoras(es) são determinantes para o sucesso dessas iniciativas.

É possível concluir que, mesmo que a Lei nº 11.407/2022 tenha impulsionado práticas importantes em relação à dignidade menstrual, há espaço para aprimoramentos. A interação com as gestoras evidenciou a importância de tornar os processos mais fluidos e inclusivos, incentivando um diálogo aberto e a autonomia das estudantes. A busca por uma abordagem mais dinâmica e envolvente parece ser o próximo passo para fortalecer ainda mais o apoio às pessoas que menstruam em suas necessidades de saúde menstrual.

Também é possível afirmar que o presente estudo sublinha a importância de um monitoramento contínuo e de avaliações periódicas para garantir a eficácia e a sustentabilidade das políticas de dignidade menstrual. A aprendizagem contínua e a adaptação às necessidades mutáveis das comunidades escolares são essenciais para assegurar que todas as pessoas que menstruam possam desfrutar plenamente de seus direitos, contribuindo, assim, para um

ambiente educacional mais justo, inclusivo e transformador. É fundamental que políticas sejam implementadas de maneira inclusiva e participativa, levando em consideração as especificidades de cada contexto escolar e as vozes das estudantes que são diretamente afetadas por essas medidas.

Por fim, sabemos que o estudo apresentou algumas limitações. A primeira delas diz respeito ao seu universo e a segunda, à escassez de pesquisas já publicadas. O universo da pesquisa pode ser considerado um limitador, pois a RME- BH é composta por 178 escolas que atendem estudantes que potencialmente pertencem ao grupo das pessoas que menstruam. Assim, é preciso admitir que se trata de uma pequena amostragem, que precisa ser ampliada. Outro aspecto relevante é a escassez de pesquisas sobre o tema, o que prejudica a comparação de métodos e resultados, tornando o estudo pouco dialógico no universo dos estudos acadêmicos. Nesse sentido, o presente estudo configura-se como um ponto de partida para futuras pesquisas e ações, destacando a necessidade de políticas mais robustas, recursos adequados e um compromisso renovado com a saúde e o bem-estar das pessoas que menstruam. Abre-se, portanto, a possibilidade de novos estudos e pesquisas.

A elaboração do *e-book* proposto foi um trabalho de criação revelador, que assinala a importância da formação continuada em um ambiente digital em constante evolução. Ao enfrentar desafios, além dos limites da formação, reconheci a necessidade de explorar novas mídias e tecnologias para alcançar o meu objetivo. A colaboração eficaz em equipe se tornou essencial quando me deparei com questões técnicas que exigiam expertise específica. Assim, contar com o trabalho técnico de um diagramador foi essencial para garantir a apresentação visualmente atraente e funcional do conteúdo. Este processo ampliou meu conhecimento prático e sublinhou a importância da cooperação, quando não se tem uma formação especializada em mídias necessária para alcançar um produto final de qualidade e relevância no cenário digital contemporâneo.

De todo modo, ressaltamos que a presente dissertação contribui especialmente na questão da análise de fatores que auxiliam na compreensão da menstruação como um fenômeno natural e da necessidade de oferecer condições adequadas para o bem viver das pessoas que menstruam nas escolas. Essa análise, que faz um recorte da realidade de BH, tendo em vista a implementação da Lei nº 11.407/2022, poderá auxiliar novos estudos no que diz respeito à dignidade menstrual. Assinalamos que se trata de um campo potencialmente relevante para pesquisas no universo da EJA, focalizando as experiências das estudantes trabalhadoras e sua relação com a menstruação na escola.

Ademais, a conscientização e a sensibilização da comunidade escolar emergiram como pilares fundamentais na promoção da dignidade menstrual. Reduzir estigmas, desconstruir tabus e criar um ambiente acolhedor e seguro para todas as estudantes são desafios que requerem não apenas ações pontuais, mas um esforço contínuo de educação e de diálogo dentro das escolas. A gestão escolar, portanto, tem a responsabilidade de liderar esse processo, envolvendo as estudantes, os professores, as famílias e demais membros da comunidade educativa.

No contexto específico das três escolas pesquisadas de BH, foi possível observar que há disparidades significativas entre elas, não no que diz respeito aos recursos disponíveis para a implementação das políticas de dignidade menstrual, mas, pelo comprometimento da intersetorialidade como prática de gestão na educação. O que permite o estabelecimento de espaços compartilhados de decisões entre instituições de diferentes setores do governo que atuam no território com o olhar para as estudantes na centralidade, na perspectiva de uma educação integral. Enquanto algumas escolas possuem estruturas e apoios ideais, outras enfrentam desafios logísticos que limitam suas ações para atender plenamente às necessidades das estudantes nesse aspecto importante da saúde e bem-estar.

Portanto, o avanço na promoção da dignidade menstrual nas escolas de BH requer um compromisso renovado das autoridades educacionais e dos gestoras(es) escolares no sentido de mobilizar recursos adequados e a criação de parcerias estratégicas com organizações da sociedade civil e com outros setores existentes no território. O desenvolvimento integral das estudantes não pode ser enfrentado sem um trabalho articulado de atores sociais e institucionais, ou seja, entre as pessoas, instituições e políticas que constituem a vida dos estados, municípios e comunidade. E é o diálogo entre esses diversos setores que permite construir um conjunto de ações integradas, capazes de responder com maior eficiência aos desafios propostos pela educação integral.

Para que territórios, escolas e instituições educativas respondam a esse desafio, é necessário que se forme uma rede intersetorial capaz de olhar para as diversas dimensões de um indivíduo: física, intelectual, social, afetiva e simbólica.

É fundamental que políticas sejam implementadas de maneira inclusiva e participativa, levando em consideração as especificidades de cada contexto escolar e as vozes das estudantes que são diretamente afetadas por essas medidas.

Por fim, este estudo sublinha a importância de um monitoramento contínuo e de avaliações periódicas para garantir a eficácia e a sustentabilidade das políticas de dignidade menstrual. A aprendizagem contínua e a adaptação às necessidades mutáveis das comunidades

escolares são essenciais para assegurar que todas as estudantes possam desfrutar plenamente de seus direitos menstruais, contribuindo assim para um ambiente educacional mais justo, inclusivo e transformador.

Em síntese, a gestão escolar na RME-BH tem um papel decisivo a desempenhar na promoção da dignidade menstrual e tem muito que buscar no sentido de garantir o direito à dignidade menstrual. Este estudo oferece um ponto de partida para futuras pesquisas e ações, destacando a necessidade de políticas mais eficientes, recursos adequados e um compromisso renovado com a saúde, o bem-estar e a formação de todas as estudantes diariamente.

Assim, avaliamos que o presente estudo pretende lançar luz sobre a questão e ser referência para gestões escolares de BH e de outras cidades sobre as possibilidades e a necessidade, já legislada pelo poder público, de oferecer condições materiais e ambientes saudáveis para as pessoas que menstruam. Acreditamos que estamos apontando caminhos para a construção de uma sociedade mais humana, com justiça social, principalmente no que se refere a pessoas vulneráveis econômica e socialmente. Que assim possa se realizar.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Clara Estanislau do. **Percepção e significado da menstruação para as mulheres**. 147f. 2003. Dissertação (mestrado) — Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.

BAHIA, Letícia. **Livre para menstruar: pobreza menstrual e educação de meninas**. São Paulo: Girl Up Brasil, Herself, 2021.

BELO HORIZONTE. **Projeto de Lei nº 196**, de 1 de setembro 2021. Dispõe sobre o Programa de Dignidade Menstrual. Disponível em: <file:///C:/Users/magna/Downloads/Projeto%20de%20Lei%20196-2021%20-%20Inicial.PDF>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BELO HORIZONTE. **Glossário equidade na educação**. Belo Horizonte: PBH-SMED, 2023.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 11.407**, de 20 de setembro de 2022. Institui o Programa de Dignidade Menstrual na rede pública municipal de ensino. 2022. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2022/1141/11407/lei-ordinaria-n-11407-2022-institui-o-programa-de-dignidade-menstrual-na-rede-publica-municipal-de-ensino>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BOBEL, C.; FAHS, B. The Messy Politics of Menstrual Activism. **Nevertheless, They Persisted**, p. 151–169, 2019.

BOFF, Leonardo. **Fé, Política e Sociedade nas eleições de 2024**. Filmagem, Edição e Divulgação: Frei Gilvander Moreira2024. YouTube. 04 de abril de 2024. Disponível em: <https://youtu.be/7ecVhykUM2g?si=ojzzDR4sd2RzYeMC>. Acesso em: 26 mai. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil** (1988). Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.379**, de 15 de dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15379.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.379%2C%20DE%2015%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201967.&text=Prov%C3%AA%20s%C3%B4bre%20a%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20funcional,continuada%20a%20adolescentes%20e%20adultos. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Apresentação. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 20 jun. 2024.

COSTA, Yasmin Oliveira. **Cartografias Menstruais: pensar a menstruação como um diálogo de saberes e manifestações de modos de viver na escola no município de São Sepé/RS**. 2024. 102 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) — Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, 2024.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. 1989. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/KimberleCrenshaw.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2024.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. O conceito de política pública. *In*: DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2017.

DIVINÓPOLIS. **Lei nº 8.848**, de 22 de junho de 2021. Dispõe sobre as diretrizes para as ações de Promoção da Dignidade Menstrual e o fornecimento gratuito de absorventes higiênicos no Município de Divinópolis, e dá providências correlatas. Disponível em: https://www.divinopolis.mg.leg.br/leis/copy_of_legislacao-municipal. Acesso em: 15 ago. 2023.

FIGUEIREDO, Maria do Socorro Lages. **Ciclo da Dignidade: promovendo a educação menstrual nas escolas**. Calaméo.com. e-book. 2024. Disponível em: <https://www.calameo.com/books/0077198161b1b76a0856b>. Acesso em: 01 jul. 2024.

FORMIGA. **Lei nº 5.671**, de 7 de julho de 2021. Dispõe sobre as diretrizes para as ações de Promoção da Dignidade Menstrual e o fornecimento gratuito de absorventes higiênicos no Município de Formiga, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camaraformiga.mg.gov.br/legislacaomunicipal/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

FREIRE, Gabriel Gonçalves; ROCHA, Zenaide de Fatima Dante Correia; Daniel Guerrini. Produtos educacionais do Mestrado Profissional em Ensino da UTFPR – Londrina: estudo preliminar das contribuições. **Polyphonia**, v. 28/2, p. 375-390, jul.-dez. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/magna/Downloads/admin,+Outros+Artigos+1+-+FREIRE+et+al+-+Produ%C3%A7%C3%B5es+Educacionais.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. UNICEF. **Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos**. 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf. Acesso em: 14 ago. 2023.

GÓES, Ângela Cristina Fagundes. **Adolescências: olhares sobre teorias, dados empíricos e políticas públicas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea). Universidade Católica do Salvador, Bahia, 2006.

HERSELF. **O que é educação menstrual e por que precisamos dela**. 2021. Disponível em: <https://herself.com.br/blog/educacao-menstrual/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras**. Brasília: IPEA, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

- LIMA, Ana Isabel Sodré *et al.* Pobreza menstrual entre adolescentes de uma escola estadual em Rio Verde – Goiás. **Research, Society and Development**, [S.l.], v. 12, n. 5, p. e15112541629, 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/magna/Downloads/41629-Article-442669-1-10-20230515.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- LUGONES, M. Colonialidad y genero. **Tabula Rasa**, Bogotá, Colômbia, n. 9, p. 73-101, jul-dez. 2008.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, São Paulo, n. 5, 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- NATANSOHN, L. Graciela. O corpo feminino como objeto médico e “mediático”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 13, v. 2, p. 287-304, mai-ago. 2005.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para a América Latina E o Caribe. **Pandemia provoca aumento nos níveis de pobreza sem precedentes nas últimas décadas e tem um forte impacto na desigualdade e no emprego**. 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precedentes-ultimas-decadas-tem-forte>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU Mulheres. **Financiamento Transformador pode acabar com a desigualdade de gênero até 2030**, destaca ONU Mulheres. 2015. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/financiamento-transformador-pode-acabar-com-adesigualdade-de-genero-ate-2030/>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **COVID-19 eliminou uma década de progresso na expectativa de vida global. 2024**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/24-5-2024-covid-19-eliminou-uma-decada-progresso-na-expectativa-vida-global>. Acesso em: 26 jun. 2024.
- OZELLA, Sergio. Adolescência: uma perspectiva crítica. *In*: CONTINI, M. L. J.; KOLLER, S. H.; BARROS, M. N. S. (orgs.). **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002. p. 16-24.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo e formação profissional em Lazer. *In*: ISAYAMA, Hélder Ferreira (org.). **Lazer em estudo: currículo e formação profissional**. Campinas: Papirus, 2010.
- PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, São Paulo, n. 5 e 6, p. 15-24, 1997.
- QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- REYES, Gabriela Bieger; SILVA, Denise Regina Quaresma; JUNG, Hildegard Suzana. Reflexões sobre a pobreza menstrual de estudantes na educação básica brasileira. **Ambivalências**, [S.l.], v. 11, n. 21, p. 40 -60, Jan-Jun. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003.

RODRIGUES, Magna Angélica Oliveira. **Rádio escolar**: práticas de letramento na Educação de Jovens e Adultos. 2021. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Letramentos) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

RÖHR, Ferdinand. **Educação e espiritualidade**: contribuições para uma compreensão multidimensional da realidade, do homem e da educação. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

RUSKY, R. Mulheres conectadas com o próprio ciclo. **Correio Brasiliense**. 29/11/2020. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/revista-do-correio/2020/11/4891680-mulheres-conectadas-com-o-proprio-ciclo.html>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SALABERT, Duda. Prefácio. *In*: FREITAS, Luciana; PINHEIRO, Rodrigo Carlos; MIRANDA, Dayse Garcia (org.). **Educação inclusiva e diversidade**. Belo Horizonte: Mazza, 2022. p. 7.

SÃO JOÃO DEL-REY. **Lei nº 5772**, de 7 de julho de 2021. Dispõe sobre a política municipal de combate à pobreza menstrual no município de São João Del Rey e dá outras providências. Disponível em: https://www.saojoaodelrei.mg.gov.br/Salvar_arquivo_Leis.php?INT_ARQ=65849. Acesso em: 20 ago. 2023.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 42-100, 1995.

SILVA, Natalino Neves da. **Juventude, EJA e Relações Raciais**: um estudo sobre os significados e sentidos atribuídos pelos jovens negros aos processos de escolarização da EJA. 127f. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

TRAVALHA, Conceição Clarete. **Veredas da Educação e da Espiritualidade**. Belo Horizonte: Appris, 2022.

WEISS-WOLF, Jennifer. **Periods gone public**: taking a stand for menstrual equity. New York: Arcade Publishing, 2017.

APÊNDICES

Apêndice A — Carta de apresentação do(a) pesquisador(a) à escola à Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte

À Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte

Caros Senhores (as)

Tenho a honra de apresentar a mestranda **Maria do Socorro Lages Figueiredo**, matriculada no Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional Educação e Docência – PROMESTRE sob o registro n. 2022658250, a qual vem desenvolvendo a pesquisa intitulada **A ATUAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NA POLÍTICA DE DIGNIDADE MENSTRUAL NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE**: Um estudo sobre o acesso a direitos menstruais em três escolas prioritárias da cidade de Belo Horizonte

A pesquisa tem por finalidade compreender como se dá a atuação da gestão escolar na política de dignidade menstrual na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Identificar as ações voltadas para a promoção da dignidade menstrual realizadas pelas gestões de três escolas municipais situadas em territórios vulneráveis da cidade, avaliar, a partir dos dados referentes à frequência escolar, se houve mudanças com a implementação da política de dignidade menstrual, verificar, em torno do tema, como tem ocorrido a implementação da lei nas escolas municipais de Belo Horizonte, buscando comprovar como a escola agia, se organizava e tratava o tema e como o faz após a sanção da lei e compreender, até que ponto, a lei sancionada passou a ser ou não incorporada a um comportamento coletivo de proteção, criando uma mentalidade de valorização da saúde da mulher. No intuito de alcançar os objetivos propostos, o presente projeto adotará a pesquisa quanti e qualitativa, a adoção de entrevistas semiestruturadas como instrumento de coleta de dados dos gestores e das estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental de três escolas localizadas em áreas de alta vulnerabilidade.

Nesse sentido, o presente estudo propõe a elaboração de um e-book explicativo e interativo sobre educação e dignidade menstrual para gestores escolares e demais profissionais da educação, a fim de que possam ter subsídio para a implementação de ações educativas e formativas.

Assim, solicito-lhes anuência para o desenvolvimento da pesquisa em escolas da Rede Municipal. Desde já agradeço vossa preciosa colaboração,

Belo Horizonte, 27 de abril de 2023.

Apêndice B — Carta de apresentação da pesquisadora à escola

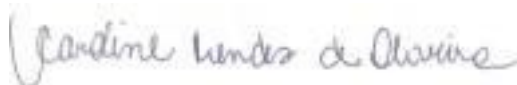
BELO HORIZONTE, 03 DE MAIO DE 2023.

A/C Exmo.(a) Sr(a).
Diretor(a) de Escola Municipal

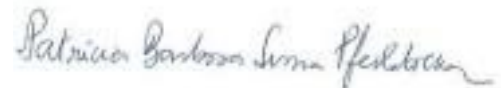
A mestranda Maria do Socorro Lages Figueiredo, orientada pela professora Conceição clarete Xavier Travalha, apresentou à Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (Smed) a proposta de Pesquisa intitulada “A Atuação da gestão escolar Na política de dignidade menstrual na Rede Municipal de Educação De Belo Horizonte: um estudo sobre o acesso a direitos menstruais em três escolas prioritárias da cidade de Belo Horizonte” a ser realizada com Direção, Estudantes em Escola(s) Municipal(is) de Belo Horizonte. Após a análise do Projeto pelo Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (Cape), pelo Appia: horizontes da adolescência, pelo Appia: consolidando projetos de vida e pela Diretoria de Políticas Intersetoriais, a Smed declara estar ciente e de acordo com a realização desta pesquisa, após aprovação pelo Comitê de Ética ao qual o estudo foi submetido. Entretanto, ressaltamos a necessidade da responsável pelo projeto fazer contatos prévios com a direção da escola, apresentar a proposta de metodologia e necessidades do projeto; verificar os(as) profissionais/estudantes e seus responsáveis/pais que se mostrem interessados(as) e disponíveis a colaborar com o mesmo; respeitar aqueles(as) que optarem por não participar; respeitar a confidencialidade dos dados, de modo a não expor a escola, profissionais, crianças e seus responsáveis. Solicitamos ao(à) diretor(a) receber, apresentar a mestranda e a proposta aos profissionais, orientar, acompanhar e viabilizar o acesso consentido.

Agradecemos desde já sua atenção e

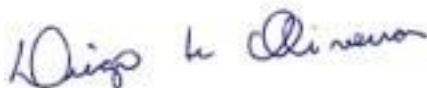
encaminhamentos, Atenciosamente,



Caroline Mendes de Oliveira
Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação



Patricia Barbosa Lima
APPIA: horizontes da
adolescência



Diego de Oliveira

Appia: consolidando projetos de vida
Marília de Dirceu Salles Dias Diretoria de Políticas Intersetoriais (DPIN)

Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED) Rua Carangola, 288 - 7º andar - sala 721- Bairro Santo Antônio
-30.330-240 - Belo Horizonte - MG 3277-6055 -
cape.smed@pbh.gov.br

Apêndice C — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para gestor/a

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do Projeto: A POLÍTICA DE DIGNIDADE MENSTRUAL NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE

Prezado(a) Sr(a),

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que estudará a política de dignidade menstrual na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, tendo em vista a implementação da Lei n. 11.407/2022.

Você foi selecionado(a) porque é gestor(a) de uma escola municipal inserida em território de maior vulnerabilidade, de modo que deve lidar com um público que está mais exposto à pobreza menstrual e, por conseguinte, é beneficiário direto da referida lei. A sua participação neste estudo consiste em responder a um questionário para coleta de dados.

Sua participação é muito importante e voluntária e, conseqüentemente, não haverá pagamento por participar deste estudo. Em contrapartida, você também não terá nenhum gasto.

As informações obtidas neste estudo serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as fases da pesquisa e quando da apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa, uma vez que os resultados serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa. Você poderá se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se essa for a sua decisão.

Como toda pesquisa, essa, poderá oferecer alguns riscos. Possíveis desconfortos podem surgir, a partir do questionamento sobre o papel da gestão escolar na implementação da Lei de Dignidade Menstrual. Entretanto, as pesquisadoras irão tomar providências no sentido de minimizar os riscos de ansiedade, medo ou angústia porém caso sinta desconforto ao responder ao questionário ou à entrevista você não se sinta confortável, poderá interromper sua participação e faremos também todo o possível para acolher seus sentimentos e desconfortos, os participantes, como disposto anteriormente, estão sendo informados de que, em qualquer tempo, podem desistir da participação e reforçamos que o estudo não visa qualificar o trabalho do gestor, mas produzir dados para ampliar e socializar práticas exitosas voltadas para a implementação da lei. Por outro lado, como benefícios, podemos citar a possibilidade de reflexão sobre a importância da dignidade menstrual para o bem-estar das estudantes na escola e, conseqüentemente, para a melhoria da aprendizagem.

Todo material coletado durante a pesquisa ficará sob a guarda e responsabilidade da pesquisadora responsável pelo período de 5 (cinco) anos e, após esse período, será destruído.

Os resultados desta pesquisa servirão para acompanhar a implementação da Lei n.11.407/2022 nas escolas do município de Belo Horizonte, além de contribuir para elaboração de um produto pedagógico, um e-book com orientações e dicas para a implementação da referida lei no ambiente escolar.

Para todos os participantes, em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa, será observada, nos termos da lei, a responsabilidade civil.

Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação.

Em caso de dúvidas sobre aspectos éticos relacionados a essa pesquisa, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG:

CEP-UFMG - Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627. Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005. Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901. E-mail: coep@prpq.ufmg.br. Telefone: 34094592

Orientadora Responsável: Conceição Clarete Xavier
Trabalha Endereço: Rua Agostinho Bretas, nº 74
Bairro Caiçaras Cep: 30775520
Belo
Horizonte,
MG Telefone:
31996452925
E-mail: tecaxavier@uol.com.br

Pesquisador responsável: Maria do Socorro Lages
Figueiredo Endereço: Rua São Lázaro, nº 1301,
apto 303
Bairro Sagrada
Família Belo
Horizonte, MG
Telefone: 31-
986788614

O presente termo será assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Belo Horizonte, _____ de agosto de 2023.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

Nome do participante (em letra de forma)

Assinatura da participante

Data

Eu, Conceição Clarete Xavier Travalha, comprometo-me a cumprir todas as exigências e responsabilidades a mim conferidas neste termo e agradeço sua colaboração e confiança.

Assinatura do pesquisador 1

Data

Eu, Maria do Socorro Lages Figueiredo comprometo-me a cumprir todas as exigências e responsabilidades a mim conferidas neste termo e agradeço sua colaboração e confiança.

Assinatura do pesquisador2 Data

Apêndice D — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
(Para participantes entre 10 e 15 anos)

Título do Projeto: A POLÍTICA DE DIGNIDADE MENSTRUAL NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE

Prezado(a) Sr(a),

A sua filha está sendo convidada a participar de uma pesquisa que estudará a Política de Dignidade Menstrual na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, tendo em vista a implementação da Lei n. 11.407/2022.

Ela foi selecionada por ser estudante de uma escola municipal inserida em território de maior vulnerabilidade e estar exposta à pobreza menstrual e, por conseguinte, ser beneficiária direto da referida lei. A participação da sua filha neste estudo consiste em responder a um questionário e uma entrevista para coleta de dados.

A participação da estudante é muito importante e voluntária e, conseqüentemente, não haverá pagamento por participar deste estudo, em contrapartida, também não terá nenhum gasto.

As informações obtidas neste estudo serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as fases da pesquisa e quando da apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa, uma vez que os resultados serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa. A sua filha poderá recusar-se a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se essa for a sua decisão.

Como toda pesquisa poderá oferecer alguns riscos. Possíveis desconfortos poderão surgir durante a entrevista ou no momento de responder ao questionário, entretanto, as pesquisadoras irão tomar providências no sentido de minimizar os riscos de ansiedade, medo ou angústia. Porém, caso isso aconteça, sua filha poderá interromper sua participação e faremos também todo o possível para acolher seus sentimentos e desconfortos.

As participantes, como disposto anteriormente, estão sendo informadas de que, em qualquer tempo, podem desistir da participação e reforçamos que o estudo visa produzir dados para ampliar e socializar práticas exitosas voltadas para a implementação da lei. Por outro lado, como benefícios, podemos citar a possibilidade de reflexão sobre a importância da dignidade menstrual para o bem-estar das estudantes na escola e, conseqüentemente, para a melhoria da aprendizagem.

Espaço para rubrica

Todo material coletado durante a pesquisa ficará sob a guarda e responsabilidade da pesquisadora responsável pelo período de 5 (cinco) anos e, após esse período, será destruído.

Os resultados desta pesquisa servirão para acompanhar a implementação da Lei n.11.407/2022 nas escolas do município de Belo Horizonte, além de contribuírem para elaboração de um produto pedagógico, um e-book com orientações e dicas para a implementação da referida lei no ambiente escolar.

Para todos as participantes, em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa, será observada, nos termos da lei, a responsabilidade civil.

Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação.

Em caso de dúvidas sobre aspectos éticos relacionados a essa pesquisa, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG:

CEP-UFMG - Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627. Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005. Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901. E-mail: coep@prpq.ufmg.br. Telefone: 34094592

Orientadora Responsável: Conceição Clarete Xavier

Trabalha Endereço: Rua Agostinho Bretas, nº 74

Bairro Caiçaras Cep: 30775520

Belo

Horizonte,

MG Telefone:

31996452925

E-mail: tecaxavier@uol.com.br

Pesquisadora responsável: Maria do Socorro Lages

Figueiredo Endereço: Rua São Lázaro, nº 1301, apto

303

Bairro Sagrada

Família Belo

Horizonte, MG

Telefone: 31-

986788614

Espaço para rubrica

O presente termo será assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Belo Horizonte, ____ de Agosto de 2023.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participação da minha filha neste estudo.

Nome do pai/responsável da participante

Data

Assinatura do pai/responsável da participante

Data

Eu, Conceição Clarete Xavier Travalha, comprometo-me a cumprir todas as exigências e responsabilidades a mim conferidas neste termo e agradeço sua colaboração e confiança.

Assinatura do pesquisador 1

Data

Eu, Maria do Socorro Lages Figueiredo comprometo-me a cumprir todas as exigências e responsabilidades a mim conferidas neste termo e agradeço sua colaboração e confiança.

Assinatura do pesquisador 2 Data

Apêndice E — Termo de assentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Caso você não queira, não há problema algum. Você não precisa me explicar por que, e não haverá nenhum tipo de punição por isso. Você tem todo o direito de não querer participar do estudo.

Caso você queira participar, eu irei te informar sobre todos os procedimentos da pesquisa. Depois de passar todas as informações e você aceitar meu convite, será necessário que você assine todas as folhas deste documento. Eu também irei assinar todas as folhas dele, assim como você. Este documento está em três vias. Uma delas é sua, outra é dos seus pais ou responsável legal e a outra é minha.

O nome do estudo é **A POLÍTICA DE DIGNIDADE MENSTRUAL NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE** e quer identificar as ações voltadas para a promoção da dignidade menstrual realizadas pelas gestões escolares, a fim de acompanhar a implementação da Lei n. 11.407/2022 nas escolas municipais, bem como entender as percepções em relação à menstruação e sua relação com a aprendizagem escolar e o bem-estar na escola. Você participará de uma entrevista com duração de cerca de uma hora, além de responder a um questionário.

Como já foi dito, a participação é voluntária e não haverá pagamento por participar deste estudo. Por outro lado, você também não terá nenhum gasto. As informações obtidas neste estudo serão confidenciais e ninguém saberá que você participou.

Você poderá se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, se essa for a sua decisão. Tenho que explicar que não há riscos ao participar da pesquisa. Caso você se sinta desconfortável, com algumas questões que podem lhe trazer lembranças ruins, você poderá pausar a conversa, não responder à questão ou desistir da participação, sem qualquer penalidade, mas se lembre-se de que está contribuindo para que ações para promover o bem-estar das estudantes na escola durante o período menstrual sejam cada vez mais eficazes.

Todo material coletado durante a pesquisa ficará comigo por um período de 5 (cinco) anos e, após esse período, será destruído.

Ao longo do trabalho, caso haja qualquer dúvida, você pode me procurar, por meio do telefone (31)986788614. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais. Em caso de dúvidas sobre aspectos éticos relacionados a essa pesquisa, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG:
CEP-UFMG - Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627. Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005.
Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901. E-mail:
coep@prpq.ufmg.br. Telefone: 34094592

ASSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como participante. A pesquisadora me falou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa e o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. A pesquisadora me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que essa decisão não me trará nenhum tipo de penalidade.

Assinatura do participante

Data

Eu, Maria do Socorro Lages Figueiredo, comprometo-me a cumprir todas as exigências e responsabilidades a mim conferidas neste termo e agradeço sua colaboração e confiança.

Assinatura do pesquisador

Data

Espaço para rubrica

Apêndice F — Questionário para as estudantes

QUESTIONÁRIO PARA AS ESTUDANTES

- 1- A menstruação não é um problema para mim. () Sim () Não
 - 2- Deixei de ir à escola porque estava menstruada. () Sim () Não
 - 3- A menstruação prejudica meus afazeres diários. () Sim () Não
 - 4- Fiquei menstruada na escola e foi constrangedor. () Sim () Não
 - 5- A menstruação afeta o meu lado emocional () Sim () Não
 - 6- A menstruação é um problema para mim, pois afeta meu lado emocional. () Sim () Não
 - 7- Recebi orientação sobre ciclo menstrual na escola. () Sim () Não
 - 8- Utilizei produtos inadequados para a minha menstruação. () Sim () Não
 - 9- Utilizei absorventes oferecidos pela escola. () Sim () Não
 - 10- Fiquei menstruada na escola e faltaram itens de higiene que eu pudesse utilizar. () Sim () Não
 - 11- Prefiro ficar em casa nos dias em que estou menstruada. () Sim () Não
 - 12- Tenho efeitos relacionados à menstruação que me aborrecem (cólicas, ânsia de vômito, dores no corpo, diarreia etc.). () Sim () Não
 - 13- Participei de palestras e atividades sobre ciclo menstrual. () Sim () Não
 - 14- Faço todas as coisas normalmente quando estou menstruada. () Sim () Não
 - 15- Sou uma pessoa () Preta () Parda () Branca
- Sou beneficiária do Programa Bolsa Família () Sim () Não

Apêndice G — Roteiro – Roda de conversa com as estudantes

ROTEIRO – Roda de conversa com as estudantes

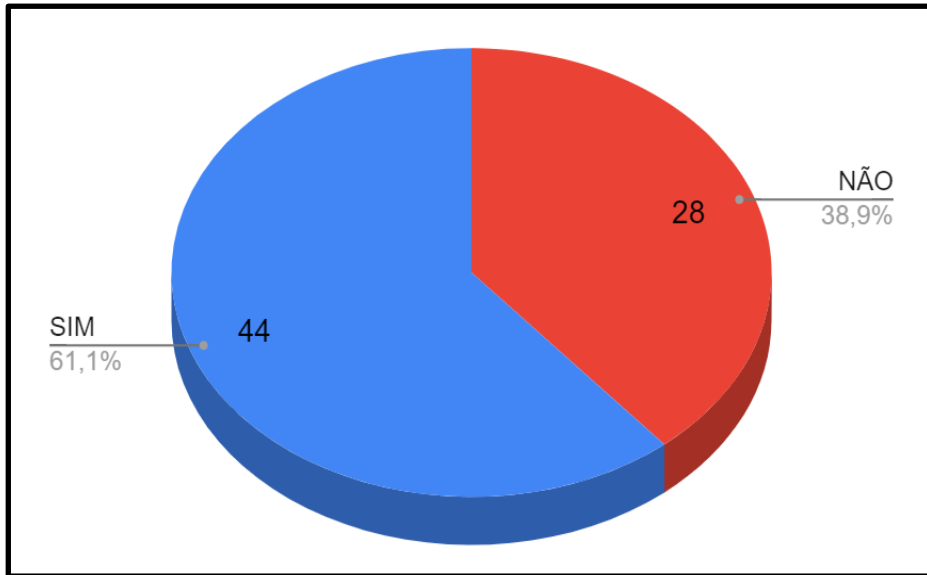
- 1- Com qual idade você ficou menstruada pela primeira vez?
- 2- Houve alguma mudança significativa na sua vida após ficar menstruada pela primeira vez?
- 3- Qual a sua relação com a menstruação? Você sente que esse período é um problema para você? Por quê?
- 4- Você já ficou menstruada na escola? Como se sentiu?
- 5- Se já ficou menstruada na escola, foi fácil contornar a situação? Você teve ajuda ou resolveu a situação sozinha?
- 6- Você se sente disposta para ir à escola quando está menstruada? Tem sintomas físicos relacionados à menstruação (cólicas, enjoo, dor de cabeça, dores no corpo, diarreia etc.)? Quais?
- 7- Você já passou por alguma situação constrangedora em seu período menstrual? Você consegue contar como foi?
- 8- Você já faltou à escola porque estava menstruada?
- 9- O que você acha que poderia ser feito para favorecer seu bem-estar na escola durante seu período menstrual?
- 10- Você já usou algum produto inadequado para coletar sua menstruação. Você pode contar como foi?
- 11- O que você diria para meninas que ainda vão menstruar?
- 12- Você acha que também é importante para os meninos saberem sobre o ciclo menstrual?
Por quê?

Apêndice H — Questionário para as gestoras

- 1- O que mudou na prática da escola a partir da promulgação da Lei nº 11.407/22 ?
- 2- Você reuniu o pessoal da escola, estudantes, professores, funcionários, coordenadores para informar da lei?
- 3- Como você orienta a distribuição dos absorventes e quem é referência para essa ação na escola?
- 4- Quanto à estrutura física dos banheiros, modificou alguma coisa?
- 5- Você tem conhecimento de quantos absorventes foram distribuídos?
- 6- Existe algum projeto com esse tema em desenvolvimento na escola?

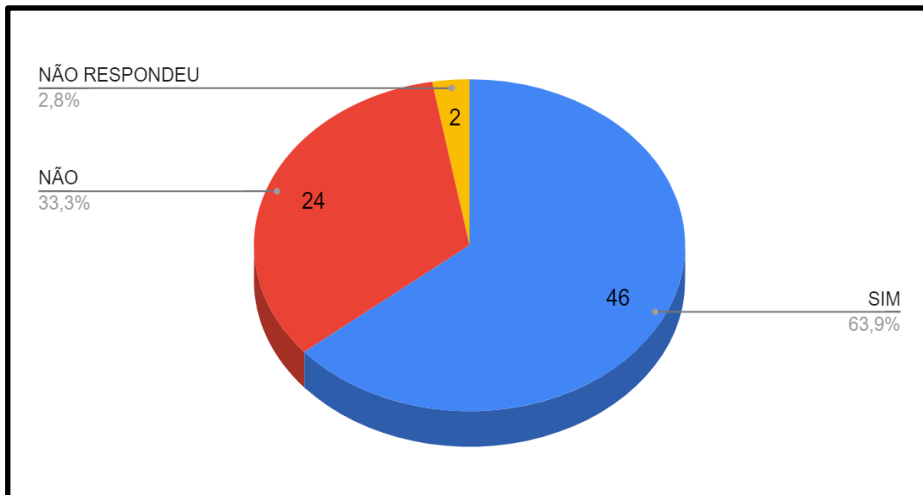
Apêndice I — Demais gráficos

Gráfico 9 – A menstruação é um problema para mim



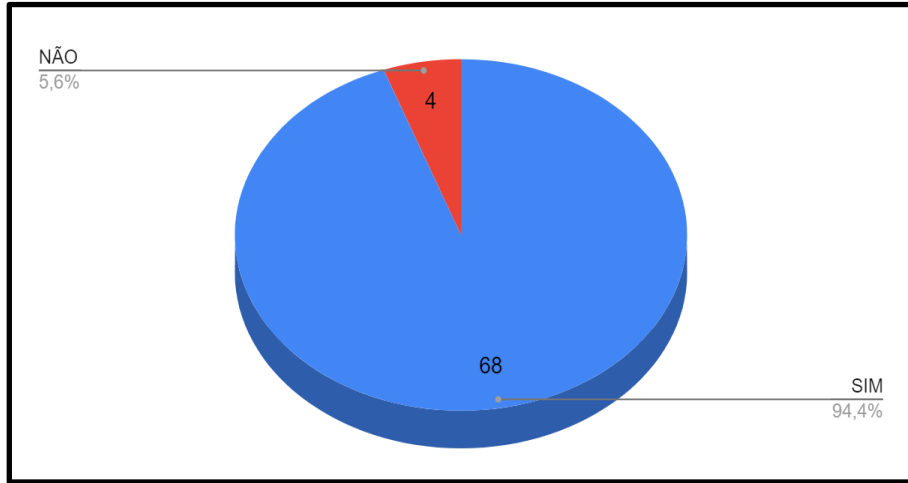
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Gráfico 10 – A escola está preparada para me apoiar caso fique menstruada na sala de aula



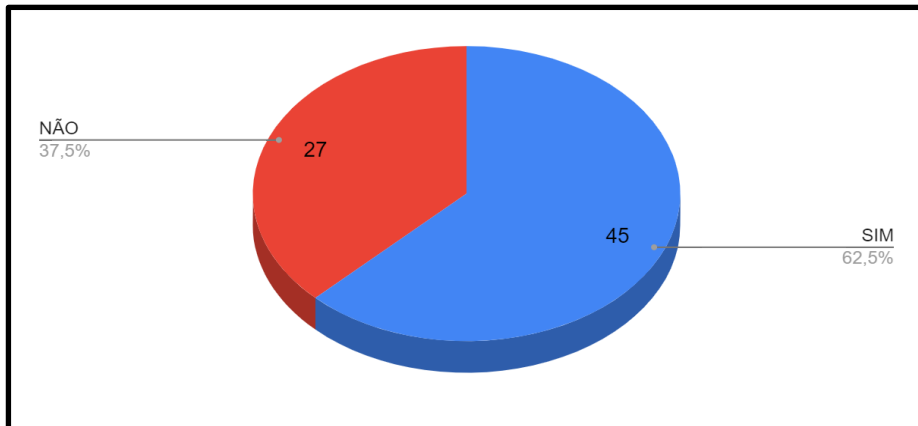
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Gráfico 11– Utilizei absorventes oferecidos pela escola



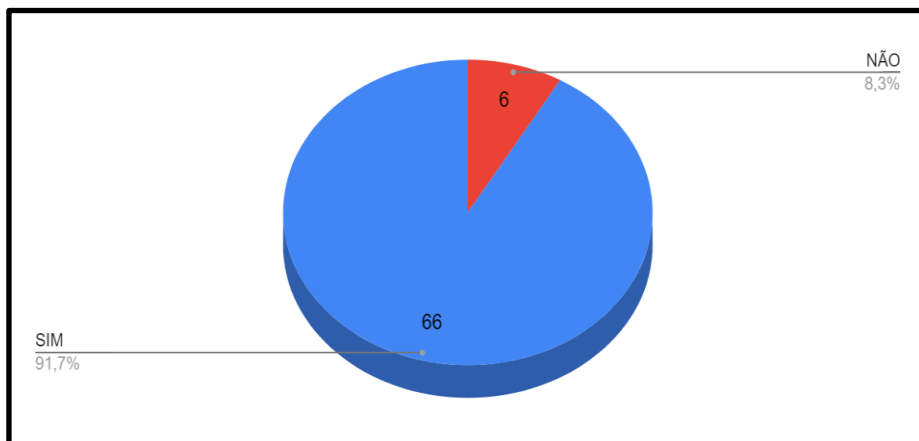
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Gráfico 12– Prefiro ficar em casa nos dias em que estou menstruada



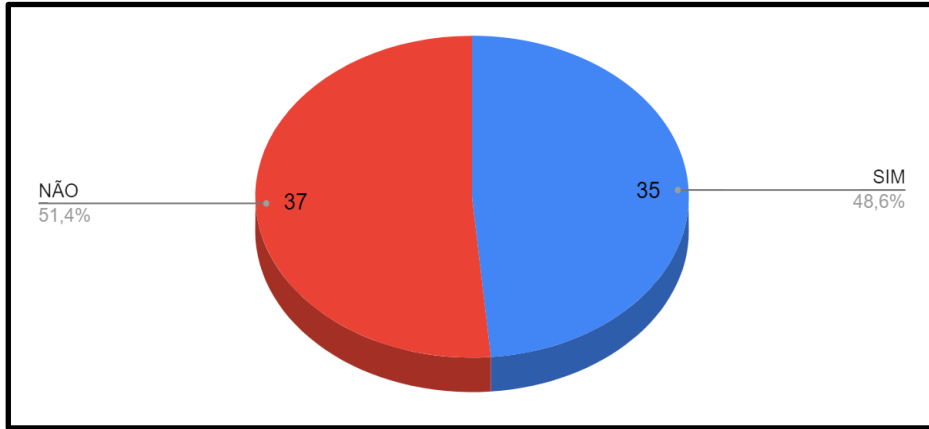
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Gráfico 13 – Sinto efeitos relacionados à menstruação que me aborrecem (cólica, ânsia de vômito, dores no corpo, diarreia etc.)



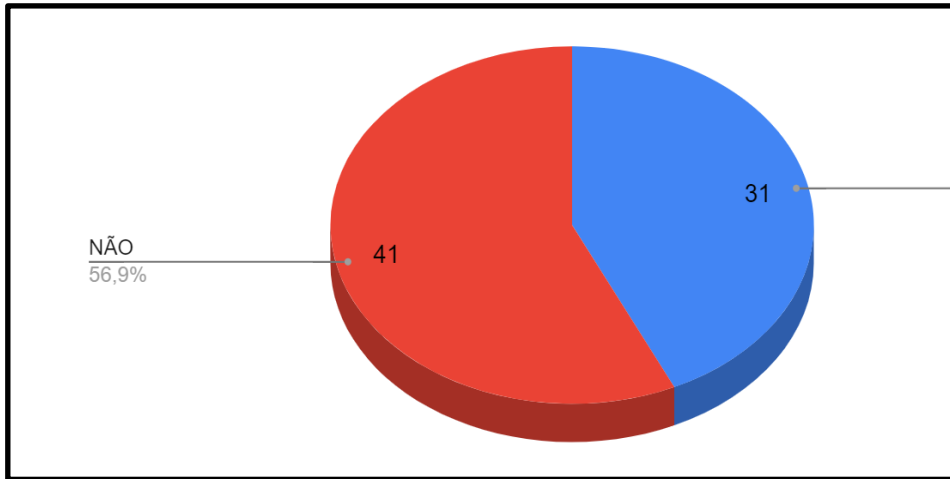
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Gráfico 14 – Participei de palestras e atividades na escola relacionadas ao ciclo menstrual



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Gráfico 15 – Faço todas as coisas normalmente quando estou menstruada



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Apêndice J — O recurso educacional: *e-book*

CICLO DA DIGNIDADE

Promovendo a educação menstrual nas escolas



Maria do Socorro Lages Figueiredo

Autorizamos a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte e respeitados os direitos autorais.



PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Autora

Maria do Socorro Lages Figueiredo

Orientadora

Dra. Conceição Clarete Xavier Travalha – FaE/UFMG

Revisão

Ma. Magna Angélica Oliveira Rodrigues

Ilustrações

Freepik Company S.L.

Diagramação

Raphael Magalhães Silveira

Belo Horizonte, 2024.

UF *m* G

Maria do Socorro Lages Figueiredo

**Ciclo da Dignidade:
promovendo a educação menstrual nas escolas**

Belo Horizonte, 2024

CICLO DA DIGNIDADE:
PROMOVENDO A EDUCAÇÃO MENSTRUAL NAS ESCOLAS

CICLO DA DIGNIDADE:
PROMOVENDO A EDUCAÇÃO MENSTRUAL NAS ESCOLAS



A escola tem que ser lugar de superação de preconceitos, da construção de significados, de paradigmas didáticos que propiciem o reconhecimento de quem sempre foi invisibilizado. O novo mundo tem que ser gestado nas escolas. As ações pedagógicas necessitam elaborar percursos para que o estudante se sinta parte.

Duda Salabert, 2022

CICLO DA DIGNIDADE:
PROMOVENDO A EDUCAÇÃO MENSTRUAL NAS ESCOLAS

CICLO DA DIGNIDADE:
PROMOVENDO A EDUCAÇÃO MENSTRUAL NAS ESCOLAS



Introdução

A promulgação da Lei n. 11.407/2022, cujo objetivo principal é proteger e promover a saúde menstrual e combater a evasão escolar, representa um marco significativo na luta pela promoção da dignidade menstrual nas escolas da cidade. Pioneira, essa legislação reconhece a importância de abordar a questão da menstruação de forma integral e transdisciplinar, legislando sobre o fornecimento gratuito de absorvente higiênico e a necessidade de que as pessoas que menstruam recebam, na escola, orientações sobre cuidados básicos relacionados à menstruação. Inspirado pela necessidade de promover o debate e suscitar ações na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte sobre a questão, este e-book pretende fornecer recursos práticos e teóricos para gestores, professores e demais profissionais que atuam na educação para que possam auxiliar na promoção da dignidade menstrual nas escolas.

¹ Utilizo as expressões “pessoas que menstruam” e “corpos que menstruam” por acreditar que elas dão conta de uma maior diversidade de realidades e vivências em relação à menstruação, visto que não apenas mulheres cisgênero menstruam, mas homens trans também - mulheres cisgênero que não menstruam mais, por qualquer motivo, também se encontram nessa categoria. A utilização desses termos também se baseia na discussão que problematiza a generalização e a universalização da categoria mulher e do que significa ser mulher.

CICLO DA DIGNIDADE:
PROMOVENDO A EDUCAÇÃO MENSTRUAL NAS ESCOLAS

Ao reconhecermos a importância de abordar esse tema de forma integral, sugerimos a incorporação de ferramentas como debates, rodas de conversa e a implementação de uma abordagem interdisciplinar, com ênfase na educação integral e na espiritualidade, inspirados pelos ensinamentos de Ferdinand Röhr (2013). O conceito de integridade do ser humano, defendido por Röhr (2013), diz respeito ao reconhecimento da importância de cada dimensão básica que constitui nossa humanidade. Para Röhr (2013), as dimensões básicas são aquelas que, sendo indispensáveis para a realização humana, constituem os sujeitos. O autor nos fala de cinco dimensões, a saber: física, sensorial, emocional, mental e espiritual. A dimensão física inclui a corporalidade físico-biológica, da qual temos maior percepção. A dimensão sensorial diz respeito à percepção que temos por meio dos nossos cinco sentidos. A dimensão emocional, por sua vez, corresponde à vida de nossa psique, diz respeito aos nossos estados emocionais, ao passo que a dimensão mental inclui o racional e o lógico, representando pensamentos universais como a lógica e a matemática, bem como nossa capacidade de reflexão, memória, imaginação, compreensão e intuição. Já a dimensão espiritual é a mais difícil de identificar, pois se trata de uma dimensão transcendental, que ultrapassa a realidade empiricamente verificável, embora se constitua realidade para quem se volta para ela. De acordo com Röhr (2013), abrangem a dimensão espiritual os valores éticos e metafísicos que compõem a integralidade do ser humano. Neste trabalho, pretendemos privilegiar a articulação de todas as dimensões, rumo à integração e à humanização da pessoa que menstrua. Ao explorar o ciclo menstrual com respeito e compreensão, tendo em vista o ser humano como um todo, buscamos criar um ambiente escolar inclusivo e empoderador para todas as pessoas que menstruam.

CAPÍTULO

1 A DESMISTIFICAÇÃO DA
MENSTRUÇÃO**1.1 Explorando crenças e tabus em torno da menstruação**

A menstruação, um fenômeno natural e essencial do ciclo reprodutivo feminino, tem sido historicamente envolta em crenças, tabus e estigmas que muitas vezes resultam em falta de compreensão e até mesmo em discriminação. Vejamos algumas dessas crenças e tabus, buscando propor ações com o intuito de desmistificar a menstruação e promover uma visão mais saudável e inclusiva desse aspecto fundamental da vida das pessoas que menstruam.

História cultural e religiosa

Ao longo da história, diferentes culturas e religiões desenvolveram crenças e rituais em torno da menstruação. Em algumas sociedades antigas, como ocorre na Índia ou entre os judeus ortodoxos, as mulheres eram isoladas durante seus períodos menstruais, consideradas impuras ou até mesmo perigosas (Sandenberg, 2013). Essa visão influencia profundamente a forma como a menstruação é vista até hoje em muitas partes do mundo, reforçando o fato de que ela não representa um simples fato biológico, mas um fenômeno de dimensões sociais e culturais.

Estigmas e preconceitos

Mesmo em sociedades modernas, persistem estigmas e preconceitos relacionados à menstruação (Sandenberg, 2013). Mulheres frequentemente são retratadas como irracionais ou emotivas durante

CICLO DA DIGNIDADE:
PROMOVENDO A EDUCAÇÃO MENSTRUAL NAS ESCOLAS

seu período menstrual, perpetuando estereótipos prejudiciais. Além disso, o desconforto de falar abertamente sobre o tema impede o debate, o acesso à informação é o apoio adequado.

Educação e conscientização

Desmistificar a menstruação começa com a educação e a conscientização. É fundamental fornecer informações precisas e acessíveis sobre o ciclo menstrual, seu propósito biológico e suas variações normais. A educação menstrual não apenas capacita para a compreensão do próprio corpo como desafia noções prejudiciais e promove uma cultura de respeito e dignidade.

Desconstrução de tabus

Para desmistificar a menstruação, é necessário desafiar os tabus que a cercam. Isso envolve abrir espaço para conversas francas e abertas sobre o assunto, tanto em casa quanto na escola. Ao naturalizar a discussão sobre menstruação, podemos ajudar a combater o estigma e a criar um ambiente em que as pessoas que menstruam se sintam confortáveis para buscar apoio e informação.

Aceitação e respeito

Desmistificar a menstruação também significa promover a aceitação e o respeito pelas experiências individuais. Cada pessoa pode vivenciar seu ciclo menstrual de maneira única, e é importante reconhecer e valorizar essa diversidade. Ao desafiar atitudes negativas e promover uma cultura de inclusão, podemos criar espaços em que as pessoas se sintam seguras e respeitadas em relação à sua menstruação.

Desse modo, buscamos lançar luz sobre as crenças e tabus que cercam a menstruação, reconhecendo a importância de desmistificar esse fenômeno não só biológico quanto social e cultural. Ao desafiar-

mos noções preconcebidas e promovermos uma compreensão mais aberta e inclusiva da menstruação, podemos trabalhar para criar um mundo onde seja possível viver a menstruação, objeto de interpretações e significações múltiplas, com dignidade e respeito.

1.2 Desconstrução de estigmas e preconceitos

A menstruação tem sido alvo de estigmas e preconceitos ao longo da história, alimentando uma cultura de desconforto, vergonha e discriminação em relação às pessoas que menstruam. Vejamos abaixo os estigmas e os preconceitos mais comuns associados à menstruação e para que possamos apontar possibilidades de como desconstruí-los para promover uma visão mais saudável e inclusiva desse processo natural.

Estereótipos e percepções negativas

Muitas vezes, a menstruação é associada a estereótipos negativos, como a ideia de que as pessoas que menstruam são emocionalmente instáveis ou menos capazes durante seu período menstrual. Essa percepção alimenta o preconceito e contribui para a marginalização das pessoas que menstruam em diversos contextos sociais, de modo que na escola não seria diferente.

Cultura do silêncio e da vergonha

Em muitas sociedades, falar abertamente sobre menstruação é considerado tabu, levando à perpetuação de uma cultura de silêncio e vergonha em torno do assunto. Isso pode fazer com que as pessoas que menstruam se sintam constrangidas e desconfortáveis em buscar apoio ou compartilhar suas experiências com outras pessoas.

Discriminação e exclusão

O estigma relacionado à menstruação também pode levar à discriminação e à exclusão das pessoas que menstruam em diversos aspectos da vida, desde o acesso a recursos básicos, como produtos menstruais, até oportunidades educacionais e profissionais. Essa discriminação é especialmente prevalente em comunidades vulneráveis e marginalizadas.

Desconstrução de preconceitos

Desconstruir os estigmas e preconceitos em torno da menstruação requer uma abordagem multifacetada. Isso inclui educar as pessoas sobre a biologia e o propósito da menstruação, atendendo ao disposto na Base Nacional Comum Curricular, que explica que, “ao estudar Ciências, as pessoas aprendem a respeito de si mesmas, da diversidade e dos processos de evolução e manutenção da vida, do mundo material [...] do nosso planeta no Sistema Solar e no Universo e da aplicação dos conhecimentos científicos nas várias esferas da vida humana (Brasil, 2018, p. 325).

Nos anos finais do Ensino Fundamental, a partir do desenvolvimento da unidade temática “Vida e evolução”, os estudantes são desafiados por questões relacionadas aos seres vivos (incluindo os seres humanos), suas características e necessidades, e a vida como fenômeno natural e social. Nessa etapa do ensino, tem lugar de destaque a discussão sobre a percepção de que o corpo humano é um todo dinâmico e articulado, e que a manutenção e o funcionamento harmonioso desse conjunto dependem da integração entre as funções específicas desempenhadas pelos diferentes sistemas que o compõem. Nos anos finais, também são abordados temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária (Brasil, 2018).

CICLO DA DIGNIDADE:
PROMOVENDO A EDUCAÇÃO MENSTRUAL NAS ESCOLAS

Ao trazermos a menstruação para o debate, colocamos em destaque aspectos relativos à saúde, compreendida não somente como um estado de equilíbrio dinâmico do corpo, mas como um bem da coletividade. Assim abrimos espaço para o debate sobre a promoção da saúde individual e coletiva, bem como desafiando estereótipos negativos e promovendo uma cultura de respeito e inclusão das pessoas que menstruam.

Promoção da empatia e da compreensão

É essencial promover a empatia e a compreensão em relação à experiência menstrual. Isso envolve reconhecer e validar as experiências individuais das pessoas que menstruam, bem como criar espaços seguros e acolhedores para que elas possam compartilhar suas preocupações, dúvidas e necessidades sem medo de julgamento.

Desconstruir os estigmas e preconceitos em torno da questão é um passo importante para promovermos uma cultura de aceitação e inclusão. Ao desafiarmos as percepções negativas e promovermos uma visão mais positiva e respeitosa da menstruação, podemos criar um ambiente em que todas as pessoas se sintam valorizadas e apoiadas em relação à sua saúde menstrual.

1.3 Promovendo uma compreensão saudável do ciclo menstrual

Uma compreensão saudável do ciclo menstrual é essencial para desmistificar a menstruação e promover uma visão positiva e inclusiva desse aspecto fundamental da saúde dos corpos que menstruam. A seguir caracterizaremos os diferentes estágios do ciclo menstrual e ações para promover uma compreensão saudável e informada entre todas as pessoas, independentemente de gênero.

Conhecendo o ciclo menstrual

O ciclo menstrual é um processo complexo que envolve uma série de mudanças hormonais e físicas no corpo que menstrua. Compreender os diferentes estágios do ciclo, incluindo menstruação, fase folicular, ovulação e fase lútea, é fundamental para uma compreensão completa da menstruação como fenômeno biológico. Além disso, é preciso encará-la numa perspectiva transcultural, atravessada por questões sociais e culturais que diferenciam corpos que menstruam e facilitam ou desfavorecem o bem-estar e a saúde menstrual. Esse aspecto é fundamental no dia a dia da escola e deve orientar o olhar do gestor para o público escolar e os desafios que podem afetar de forma diferente os corpos que menstruam, a depender dos aspectos sociais que também podem impactar a vida dos sujeitos, como gênero, raça e classe social.

Variações normais

É importante reconhecer que o ciclo menstrual pode variar de uma pessoa para outra e até mesmo de um ciclo para o outro na mesma pessoa. Variações no comprimento do ciclo, quantidade de fluxo menstrual e sintomas associados são normais e podem ser influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo idade, saúde geral e estilo de vida.

Saúde menstrual

Promover uma compreensão saudável do ciclo menstrual envolve também discutir a importância da saúde menstrual. Isso inclui práticas de autocuidado, como o uso de produtos menstruais adequados, muitas vezes inacessíveis a grupos vulneráveis devido à precariedade de alguns contextos sociais; adoção de uma dieta balanceada; prática regular de exercícios físicos e busca de assistência médica

CICLO DA DIGNIDADE:
PROMOVENDO A EDUCAÇÃO MENSTRUAL NAS ESCOLAS

quando necessário.

Mitos e realidades

Desmistificar a menstruação também significa abordar os mitos e equívocos comuns associados ao ciclo menstrual. Muitas vezes, ideias errôneas sobre a menstruação podem levar a preocupações desnecessárias e ansiedade. Explicar esses mitos com informações precisas e baseadas em evidências é essencial para promover uma compreensão saudável e positiva do ciclo menstrual.

Educação inclusiva

Promover uma compreensão saudável do ciclo menstrual requer uma abordagem inclusiva, que reconheça a diversidade de experiências e identidades. Todas as pessoas, independentemente de gênero, devem ter acesso a informações precisas e compreensíveis sobre o ciclo menstrual, permitindo que possam tomar decisões informadas sobre sua saúde menstrual.

Promover uma compreensão saudável do ciclo menstrual é fundamental para desmistificar a menstruação e favorecer o desenvolvimento de uma cultura de respeito e inclusão em relação à saúde dos corpos que menstruam. Ao fornecer informações precisas e acessíveis sobre o ciclo menstrual e seus aspectos relacionados à saúde, podemos capacitar toda a comunidade escolar a cuidar melhor de si mesma e uns dos outros.

CAPÍTULO

2 A DIGNIDADE MENSTRUAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA E INTEGRAL

2.1 Integrando a educação menstrual no currículo escolar

A integração da educação menstrual no currículo escolar é essencial para promover a dignidade menstrual e criar um ambiente educacional inclusivo. Entendemos currículo a partir do que foi proposto por Paraíso (2010), que o compreende um campo aberto de significação, onde domínio, regulação e governo se entrecruzam, e pessoas, forças e objetos se encontram, conquistam, experimentam, produzem, revitalizam, aumentam a potência de agir ou a força de existir. Como uma máquina na produção de significados e de verdades, no currículo, estão os sentidos a serem fixados e ensinados e as dimensões culturais a serem divulgadas e preservadas na formação das pessoas.

A seguir exploraremos como a inclusão da educação menstrual no currículo pode contribuir para uma abordagem mais abrangente da educação integral, fornecendo informações essenciais para compreender, valorizar e promover a saúde menstrual.

Reconhecendo a importância da educação menstrual

A educação menstrual desempenha um papel crucial no desenvolvimento pessoal e na saúde dos corpos que menstruam. Fornecer informações sobre ciclo menstrual, saúde reprodutiva e práticas de autocuidado menstrual não apenas capacita as pessoas que menstruam a entenderem seus corpos, mas também promove uma cultura de respeito e dignidade em relação à menstruação.

CICLO DA DIGNIDADE:
PROMOVENDO A EDUCAÇÃO MENSTRUAL NAS ESCOLAS

Integração no currículo escolar

A inclusão da educação menstrual no currículo escolar pode ocorrer de várias formas e em diferentes disciplinas. Por exemplo, a biologia pode abordar os aspectos fisiológicos do ciclo menstrual, enquanto a educação física pode discutir a importância do exercício físico para a saúde menstrual. Além disso, projetos multidisciplinares nas áreas de saúde, ciências sociais e até mesmo artes podem explorar temas relacionados à menstruação, como saúde emocional, estigma social e representações culturais.

Abordagem holística da educação integral

Integrar a educação menstrual no currículo escolar permite uma abordagem holística da educação integral, que reconhece a importância de atender as necessidades físicas, emocionais, sociais e cognitivas das pessoas. Ao incorporar a educação menstrual em diversas áreas de estudo, as escolas podem oferecer uma educação mais significativa, para que as pessoas que menstruam tenham uma vida mais saudável.

Envolvimento dos professores e da comunidade escolar

O sucesso da integração da educação menstrual no currículo escolar depende do envolvimento ativo dos professores e da comunidade escolar. Os professores devem receber formação adequada e recursos para abordar o tema de forma sensível e inclusiva, enquanto as famílias devem ser informadas sobre os benefícios da educação menstrual e encorajadas a apoiar a sua implementação.

Avaliação e acompanhamento

É importante avaliar regularmente a eficácia da integração da educação menstrual no currículo escolar e fazer ajustes necessários. Isso pode envolver a coleta de opiniões de estudantes, professores e

CICLO DA DIGNIDADE:
PROMOVENDO A EDUCAÇÃO MENSTRUAL NAS ESCOLAS

famílias, bem como a análise de elementos como frequência e rendimento escolar e de saúde das pessoas que menstruam ao longo do tempo.

Integrar a educação menstrual no currículo escolar é fundamental para promover a dignidade menstrual e criar um ambiente escolar inclusivo. Ao reconhecer a importância da educação menstrual e incorporá-la de forma holística no currículo, as escolas podem desempenhar um papel importante na promoção da saúde e do bem-estar dos corpos que menstruam.

2.2 Abordando aspectos físicos, emocionais e sociais da menstruação

A dignidade menstrual vai além do aspecto físico da menstruação e abrange também os aspectos emocionais e sociais associados a esse processo biológico. A seguir exploraremos como abordar de maneira integral os diferentes aspectos da menstruação dentro do contexto da educação, promovendo uma compreensão holística e empática desse fenômeno.

Aspectos físicos da menstruação

É fundamental fornecer, especialmente nas aulas de ciências e de educação sexual, bem como nos projetos interdisciplinares desenvolvidos nas instituições, informações precisas sobre os aspectos físicos da menstruação, incluindo funcionamento do ciclo menstrual, mudanças hormonais, sintomas comuns e cuidados com a higiene menstrual. Ao entender o processo biológico da menstruação, as pessoas que menstruam podem se sentir mais preparadas para lidar com as variações naturais do seu ciclo menstrual e adotar práticas de autocuidado adequadas.

Aspectos emocionais da menstruação

A menstruação pode estar associada a uma variedade de emoções, incluindo ansiedade, desconforto e até mesmo vergonha. Segundo Weiss-Wolf (2017), a combinação de sintomas físicos como cólicas e fadiga, juntamente com flutuações hormonais, pode desencadear mudanças de humor intensas, sensibilidade aumentada e até mesmo sentimentos de isolamento e de exclusão. É importante fornecer um espaço seguro e acolhedor para que seja possível expressar as emoções em relação à menstruação, discutindo temas como respeito, autoestima, autoaceitação e saúde mental. Estratégias de gestão do estresse e promoção do bem-estar emocional também podem ser incorporadas à educação menstrual.

Aspectos sociais da menstruação

A menstruação é frequentemente influenciada por fatores sociais, incluindo estigma, discriminação e falta de acesso a recursos adequados. É crucial abordar questões sociais relacionadas ao tema, como o impacto do estigma menstrual na autoimagem das pessoas que menstruam, as disparidades de gênero na distribuição de recursos menstruais e a importância da inclusão de todas as identidades de gênero na conversa sobre menstruação.

Promovendo a empatia e a compreensão

Ao abordar os aspectos físicos, emocionais e sociais da menstruação, é essencial promover a empatia e a compreensão em relação ao tema. Isso pode envolver atividades de grupo, discussões em sala de aula e projetos que incentivem a troca de experiências e a construção de conexões empáticas. Ao cultivar um ambiente de apoio mútuo, podemos promover uma cultura de respeito e solidariedade em relação à menstruação.

Educação como ferramenta de empoderamento

Finalmente, a educação menstrual pode ser uma poderosa ferramenta de empoderamento para as pessoas que menstruam matriculadas nas escolas, capacitando-as a compreender e a valorizar sua própria saúde menstrual, desafiar estigmas e preconceitos e advogar por mudanças sociais relacionadas à menstruação. Ao fornecer informações abrangentes e promover uma compreensão holística da menstruação, podemos favorecer que as pessoas tomem decisões informadas sobre sua saúde e bem-estar.

Abordar aspectos físicos, emocionais e sociais da menstruação dentro do contexto da educação integral é fundamental para promover a dignidade menstrual e criar um ambiente escolar inclusivo e empoderador. Ao reconhecer e abordar de maneira holística os diferentes aspectos da menstruação, podemos promover uma compreensão mais completa e positiva desse fenômeno natural dos corpos que menstruam.

2.3 Fomentando uma cultura escolar inclusiva e respeitosa

Uma cultura escolar inclusiva e respeitosa é fundamental para promover a dignidade menstrual e garantir que todos se sintam valorizados e apoiados em relação à sua saúde. A seguir, vamos explorar estratégias para criarmos um ambiente escolar que celebre a diversidade das experiências menstruais e promova o respeito mútuo entre os membros da comunidade escolar.

Educação para a empatia

Promover uma cultura escolar inclusiva começa com a educação para a empatia. Os estudantes devem ser incentivados a desenvolver uma compreensão empática das experiências menstruais de

CICLO DA DIGNIDADE:
PROMOVENDO A EDUCAÇÃO MENSTRUAL NAS ESCOLAS

seus colegas, reconhecendo que cada pessoa pode vivenciar seu ciclo menstrual de maneira única. Isso pode envolver atividades de sensibilização, como histórias pessoais, jogos de papel e simulações.

Desconstrução de estigmas e preconceitos

É importante desafiar ativamente os estigmas e preconceitos em torno da menstruação para promover uma cultura escolar mais inclusiva. Isso pode ser feito por meio de discussões abertas em sala de aula, campanhas de conscientização e inclusão de temas relacionados à menstruação em programas de educação para a diversidade e a igualdade.

Acolhimento e apoio

É importante que as escolas criem espaços que permitam que as pessoas se sintam confortáveis para buscar apoio e orientação em relação à sua saúde menstrual. Os profissionais da escola, incluindo professores, diretores escolares, coordenadores, monitores, assistentes sociais e psicólogos, devem estar preparados para oferecer apoio emocional e prático para as pessoas que precisam de assistência relacionada à menstruação. Além disso, os recursos e serviços voltados para saúde menstrual devem ser facilmente acessíveis.

Criação de espaços seguros

É fundamental criar espaços em que as pessoas que menstruam se sintam à vontade para discutir abertamente questões relacionadas à menstruação, sem medo de julgamento ou constrangimento. Isso pode incluir salas de apoio menstrual, clubes ou grupos de apoio em que seja possível compartilhar experiências, buscar informações e promover solidariedade entre colegas.

Liderança e protagonismo estudantil

Incentivar a liderança e o protagonismo estudantil em relação à dignidade menstrual é uma maneira poderosa de promover uma cultura escolar inclusiva e respeitosa. Todos devem ser encorajados a levantar questões relacionadas à menstruação, propor iniciativas de mudança e trabalhar em colaboração com a administração escolar para implementar políticas e programas que promovam a dignidade menstrual.

Fomentar uma cultura escolar inclusiva e respeitosa em relação à menstruação requer um compromisso coletivo de toda a comunidade escolar. Ao educar para a empatia, desafiar estigmas, oferecer apoio, criar espaços seguros e promover a liderança estudantil, podemos criar um ambiente escolar em que as pessoas que menstruam se sintam valorizadas, respeitadas e capacitadas em relação à sua saúde menstrual.

CAPÍTULO

3

 ATIVIDADES PRÁTICAS PARA
PROMOVER DEBATES E RODAS
DE CONVERSA

3.1 Exercícios de reflexão e discussão em sala de aula

A educação menstrual é uma parte fundamental da saúde e bem-estar das pessoas, especialmente de adolescentes em idade escolar. Promover discussões abertas e reflexivas sobre esse tema pode ajudar a dissipar estigmas, promover a igualdade de gênero e capacitar as pessoas a entenderem e cuidarem de seus corpos de forma mais consciente.

Roda de conversa:

Inicie a aula com uma roda de conversa aberta, em que os estudantes são convidados a compartilhar suas percepções, experiências e questões relacionadas à menstruação. Estabeleça um ambiente de respeito e confiança, encorajando todos a participarem ativamente da discussão.

Análise de textos e artigos:

Distribua textos e artigos que abordam diferentes aspectos da educação menstrual, incluindo sua importância para a saúde, os desafios enfrentados pelas pessoas que menstruam e as iniciativas de promoção da educação menstrual em escolas ao redor do mundo. Após a leitura, promova uma discussão em grupo para analisar e debater os pontos levantados nos textos.

CICLO DA DIGNIDADE:
PROMOVENDO A EDUCAÇÃO MENSTRUAL NAS ESCOLAS

Simulação de situações

Crie cenários baseados em situações comuns enfrentadas por pessoas que menstruam em ambiente escolar, como a falta de acesso a produtos de higiene menstrual ou o estigma associado à menstruação. Divida a turma em grupos e peça que eles simulem essas situações, propondo soluções e estratégias para lidar com os desafios.

Debate estruturado

Organize um debate sobre a inclusão da educação menstrual no currículo escolar. Divida a turma em dois grupos, um a favor e outro contra a inclusão, e atribua a cada grupo argumentos a serem defendidos. Estabeleça regras claras para o debate e reserve um tempo para que os alunos também possam compartilhar suas opiniões pessoais ao final.

Atividade criativa

Incentive os alunos a expressarem suas reflexões sobre a educação menstrual por meio de atividades criativas, como poesias, desenhos ou músicas. Essas formas de expressão artística podem ajudá-los a processar suas emoções e pensamentos de maneira mais profunda e significativa.

Conclusão

Ao implementar essas atividades práticas em sala de aula, os educadores podem criar um ambiente propício para promover discussões abertas e reflexivas sobre a educação menstrual. Essas discussões não apenas contribuem para a conscientização e o empoderamento das pessoas que menstruam, mas também promovem uma cultura de respeito, igualdade de gênero e integridade nas escolas e na sociedade em geral.

3.2 Estratégias para envolver estudantes, professores e comunidade escolar

Promover debates e rodas de conversa não é apenas uma tarefa dos estudantes, mas envolve toda a comunidade escolar, incluindo professores, funcionários e famílias. Aqui estão algumas sugestões de estratégias práticas para envolver todos os membros da comunidade escolar.

Formação de grupos de discussão multidisciplinares

Crie grupos de discussão compostos por estudantes, professores e funcionários da escola. Cada grupo abordará um tema específico relacionado ao currículo ou às questões pertinentes à comunidade. Esses grupos podem se reunir regularmente para discutir ideias, compartilhar perspectivas e propor soluções para desafios comuns.

Realização de fóruns abertos

Organize fóruns abertos ou assembleias escolares regulares em que estudantes, professores e membros da comunidade podem se reunir para discutir questões importantes, como políticas escolares, eventos da comunidade ou questões sociais relevantes. Esses fóruns oferecem uma plataforma para que todos os envolvidos expressem suas opiniões e contribuam para a tomada de decisões democráticas.

Promoção de projetos colaborativos

Incentive a realização de projetos colaborativos que envolvam estudantes, professores e membros da comunidade escolar trabalhando juntos para abordar questões específicas ou alcançar objetivos comuns. Esses projetos podem variar desde campanhas de conscientização até iniciativas de melhoria da escola ou da comunidade.

Implementação de programas de mentoria

Estabeleça programas de mentoria que permitam que estudantes mais experientes ou membros da comunidade possam orientar e apoiar os mais jovens. Isso não apenas promove a inclusão e o senso de pertencimento, mas também cria oportunidades para discussões significativas sobre questões relevantes para os estudantes.

Uso de tecnologia para engajamento virtual

Aproveite as plataformas digitais para promover debates e rodas de conversa on-line, permitindo que estudantes, professores e membros da comunidade participem e contribuam de qualquer lugar e a qualquer momento. Isso pode incluir fóruns de discussão on-line, salas de chat ao vivo ou redes sociais dedicadas à comunidade escolar.

Conclusão: Ao implementar essas estratégias, as escolas podem criar um ambiente inclusivo e colaborativo, em que estudantes, professores e membros da comunidade se sintam valorizados e engajados. Promover debates e rodas de conversa envolvendo todos os membros da comunidade escolar não apenas fortalece os laços entre eles, mas também contribui para um ambiente educacional mais rico e estimulante.

3.3 Criando um ambiente de diálogo aberto e acolhedor

Para promover debates e rodas de conversa eficazes, é essencial criar um ambiente em que os alunos se sintam confortáveis para expressar suas opiniões e ideias livremente. Aqui estão algumas atividades práticas para estabelecer um ambiente de diálogo aberto e acolhedor em sala de aula:

CICLO DA DIGNIDADE:
PROMOVENDO A EDUCAÇÃO MENSTRUAL NAS ESCOLAS

Estabelecer normas de participação

Inicie a aula discutindo e estabelecendo normas de participação que incentivem o respeito mútuo, a escuta ativa e a consideração pelas diferentes opiniões. Essas normas podem incluir regras básicas, como não interromper quando alguém estiver falando e tratar os outros com cortesia e respeito.

Praticar a escuta ativa

Promova atividades que incentivem os alunos a praticar a escuta ativa, como exercícios de pareamento, em que um aluno deve repetir o que o outro disse para garantir que tenha sido compreendido. Isso ajuda a desenvolver habilidades de comunicação eficaz e promove um ambiente de diálogo respeitoso.

Estimular a empatia

Realize atividades que promovam a empatia e a compreensão das diferentes perspectivas, como jogos de role-playing em que os alunos devem assumir o papel de personagens com pontos de vista diferentes sobre um determinado tema. Isso ajuda a cultivar a empatia e o entendimento mútuo entre os alunos.

Criar espaços seguros para discussão

Designe um espaço na sala de aula em que os alunos se sintam confortáveis para expressar suas opiniões sem medo de críticas ou julgamentos. Isso pode ser feito colocando uma caixa de sugestões ou criando um mural para que possam postar anonimamente suas ideias e preocupações.

Promover o jogo *Concordo, discordo, tenho dúvida*

Incentivar os alunos a fazerem perguntas ou divulgar uma ideia sobre educação menstrual, que deverão ser escritas e serão colocadas

CICLO DA DIGNIDADE:
PROMOVENDO A EDUCAÇÃO MENSTRUAL NAS ESCOLAS

na sacola de ideias. Cada aluno receberá papéis de três cores diferentes com os escritos: Concordo, discordo, tenho dúvida e será orientado a se posicionar sobre a pergunta/a ideia. Para manifestar a sua opinião, levantará um dos três papéis. A ideia apresentada irá a debate e os alunos poderão expor suas impressões sobre os temas levantados.

Celebrar a diversidade de opiniões

Incentive a celebração da diversidade de opiniões e perspectivas, destacando a importância de ouvir e aprender com pontos de vista diferentes. Isso pode ser feito por meio de atividades que destacam a riqueza da diversidade cultural, social e intelectual da turma.

Conclusão

Ao implementar essas atividades, os educadores podem criar um ambiente de diálogo aberto e acolhedor em sala de aula, de modo que os estudantes se sintam incentivados a compartilhar suas ideias e perspectivas livremente. Isso não apenas promove um aprendizado mais significativo, mas também ajuda a cultivar habilidades importantes, como empatia, respeito mútuo e pensamento crítico.

CAPÍTULO

4 A INTEGRIDADE COM A ESPIRITUALIDADE

4.1 Explorando a conexão entre espiritualidade e corporeidade

A espiritualidade é uma dimensão fundamental da experiência humana, muitas vezes negligenciada no contexto educacional. No entanto, o pensamento de Ferdinand Röhr (2013) destaca a importância de integrar a espiritualidade à corporeidade, reconhecendo que o corpo não é apenas um invólucro físico, mas também um veículo para a expressão espiritual. A seguir, exploraremos como essa integração pode ser promovida na prática educacional.

Práticas de mindfulness e meditação

Introduza práticas de mindfulness e meditação na sala de aula para ajudar os estudantes a cultivarem uma maior consciência de si mesmos e de sua conexão com algo maior do que eles mesmos. Isso pode ser feito por meio de exercícios simples de respiração consciente, meditação guiada ou momentos de reflexão silenciosa.

Exploração do significado do corpo

Promova discussões e atividades que incentivem os estudantes a explorarem o significado do corpo não apenas como um instrumento físico, mas também como um receptáculo de experiências espirituais. Isso pode incluir reflexões sobre como o corpo se relaciona com a identidade pessoal, a expressão emocional e a conexão com os outros e com o divino.

Integração de práticas corporais

Incorpore práticas corporais, como yoga, dança ou tai chi, que ajudem os estudantes a se conectarem mais profundamente com seus corpos e com sua espiritualidade. Essas práticas não apenas promovem a saúde física, mas também estimulam a consciência corporal e a integração mente-corpo-espírito.

Exploração de textos sobre espiritualidade

Leia e discuta textos sobre espiritualidade de diversas tradições religiosas e filosóficas, que abordem a relação entre corpo e espiritualidade. Isso pode incluir textos sagrados, escritos de místicos ou ensinamentos de filósofos que exploram a natureza do ser humano como um ser corpóreo e espiritual.

Cultivo de valores espirituais

Promova o cultivo de valores espirituais como compaixão, gratidão, amor e respeito pela vida, por meio de atividades práticas e exemplos concretos no dia a dia da escola. Isso ajuda os estudantes a reconhecerem sua interconexão com o mundo ao seu redor e a viverem de acordo com princípios éticos e espirituais.

Conclusão

A integração da espiritualidade com a corporeidade na educação oferece uma abordagem holística para o desenvolvimento dos estudantes, reconhecendo sua totalidade como seres humanos. Ao explorar essa conexão de maneira prática e significativa, os educadores podem ajudar os seus pares a desenvolverem uma maior consciência de si mesmos, dos outros e do mundo ao seu redor, promovendo assim um crescimento pessoal e espiritual mais profundo.

4.2 Buscando em Ferdinand Röhr (2013) fundamentação para promover uma visão holística da menstruação

O que entendemos como visão holística da menstruação leva em conta a possibilidade de transcender a compreensão puramente física desse fenômeno e reconhecê-lo como um aspecto sagrado e significativo da experiência humana. A seguir, exploraremos como podemos aplicar os ensinamentos de Ferdinand Röhr (2013) para promover uma visão mais ampla e espiritual da menstruação na educação.

Honrando a ciclicidade do corpo que menstrua

Inicie discussões em sala de aula que reconheçam a ciclicidade natural do corpo que menstrua e a importância de honrar os ciclos menstruais como parte integrante da vida. Isso pode envolver reflexões sobre o poder da fertilidade, da criatividade e da renovação associadas à menstruação.

Celebrando a conexão com a natureza

Promova atividades que ajudem os estudantes a reconhecerem a conexão entre os ciclos menstruais e os ciclos da natureza, destacando como a menstruação reflete os ritmos da terra, da lua e das estações. Isso pode incluir excursões ao ar livre, observação da lua e práticas de jardinagem ou agricultura.

Cultivando o autoconhecimento e a autoaceitação

Ofereça espaço para que as pessoas que menstruam explorem seus próprios ciclos menstruais de forma íntima e reflexiva, encorajando a prática de diários menstruais, meditação ou rituais pessoais que promovam o autoconhecimento e a aceitação do corpo em sua totalidade.

Desconstruindo estigmas e tabus

Facilite discussões que desafiem estigmas e tabus associados à menstruação, promovendo uma cultura de abertura e aceitação em relação a esse aspecto natural. Isso pode ser feito por meio de projetos de conscientização, campanhas educativas e atividades de sensibilização na comunidade escolar.

Integrando a espiritualidade feminina

Explore ensinamentos e práticas espirituais que celebram a feminilidade e a espiritualidade das mulheres, como a tradição dos ciclos lunares, rituais de passagem femininos e a conexão com divindades femininas. Isso ajuda a promover uma conexão com uma dimensão mais profunda e sagrada da própria experiência menstrual.

Conclusão

Podemos buscar nos ensinamentos de Ferdinand Röhr (2013) elementos que nos auxiliem na promoção de uma visão holística e espiritual da menstruação na educação, capacitando as pessoas que menstruam a reconhecerem e valorizarem sua própria experiência menstrual como parte integrante de sua jornada de autodescoberta e crescimento espiritual.

4.3 Integrando práticas espirituais para nutrir o bem-estar emocional e espiritual dos estudantes

Ferdinand Röhr (2013) nos ensina que a espiritualidade não está separada da vida cotidiana, mas permeia todas as nossas experiências, incluindo as emocionais e corporais. A seguir, exploraremos como integrar práticas espirituais para nutrir o bem-estar emocional e espiritual das pessoas.

CICLO DA DIGNIDADE:
PROMOVENDO A EDUCAÇÃO MENSTRUAL NAS ESCOLAS

Meditação e mindfulness

Introduza práticas de meditação e mindfulness na rotina dos estudantes, oferecendo momentos de silêncio e introspecção para cultivar a consciência do momento presente e promover a tranquilidade interior.

Grupos de apoio e partilha

Crie grupos de apoio que favoreçam o compartilhamento de experiências, preocupações e aspirações em um ambiente seguro e acolhedor. Esses grupos podem incluir momentos de reflexão ou simplesmente escuta ativa entre os participantes.

Exploração espiritual

Ofereça oportunidades para que os estudantes explorem sua espiritualidade de maneira pessoal e significativa, por meio da leitura de textos sagrados, práticas de contemplação ou participação em cerimônias religiosas de sua escolha.

Rituais de celebração e gratidão

Promova rituais de celebração e gratidão para reconhecer e honrar as bênçãos e desafios da vida, incentivando os estudantes a cultivarem uma atitude de gratidão e apreciação pelas pequenas coisas que trazem significado e alegria ao seu dia a dia.

Serviço e solidariedade

Encoraje os estudantes a se envolverem em atividades de serviço e solidariedade comunitária, oferecendo seu tempo e talento para ajudar aqueles que estão em necessidade. Isso não apenas promove o senso de propósito e significado, mas também fortalece os laços de solidariedade e compaixão entre os estudantes.

Conclusão

Ao integrar práticas espirituais na educação dos estudantes, podemos ajudá-los a nutrir não apenas seu bem-estar emocional, mas também seu crescimento espiritual. Essas práticas oferecem um espaço para a reflexão, o autocuidado e a conexão com algo maior do que eles mesmos, fortalecendo assim sua resiliência e capacidade de enfrentar os desafios da vida com serenidade e confiança.

CAPÍTULO

5 O TRABALHO INTERSETORIAL E PARCERIAS COMUNITÁRIAS

5.1 Construindo uma ampla rede de apoio e colaboração

Para promover uma educação mais abrangente e eficaz, é essencial envolver as famílias, os profissionais de saúde e as organizações locais em parcerias colaborativas. Este capítulo explora estratégias para promover engajamento na comunidade educacional.

Envolvimento das famílias

- Organize reuniões regulares com as famílias para discutir questões educacionais, compartilhar informações sobre o progresso acadêmico dos estudantes e promover uma comunicação aberta e transparente.
- Ofereça workshops e palestras sobre temas relevantes, como educação parental, saúde mental dos adolescentes, segurança na internet, entre outros.
- Crie oportunidades para as famílias se envolverem ativamente na vida escolar de seus filhos, participando de eventos, comitês de pais, mães e responsáveis e atividades extracurriculares.

Colaboração com profissionais de saúde

- Estabeleça parcerias com profissionais de saúde locais, como médicos, enfermeiros e psicólogos, para oferecer serviços de saúde preventiva, apoio emocional e educação sobre saúde aos estudantes, além de consultas de saúde reprodutiva e acesso a produtos de higiene menstrual.

CICLO DA DIGNIDADE:
PROMOVENDO A EDUCAÇÃO MENSTRUAL NAS ESCOLAS

- Realize palestras e workshops sobre temas relevantes para a saúde dos adolescentes, como nutrição, saúde mental, prevenção de doenças e sexualidade responsável, ciclo menstrual, higiene íntima, prevenção de infecções e saúde emocional durante o ciclo menstrual.
- Desenvolva programas de promoção da saúde dentro da escola, incluindo campanhas de vacinação, rastreamento de saúde e acesso a recursos de saúde mental.

Colaboração com organizações locais

- Identifique e estabeleça parcerias com organizações locais, como grupos comunitários e empresas, para oferecer recursos e oportunidades adicionais aos estudantes.
- Desenvolva programas de voluntariado e serviço comunitário que envolvam estudantes em projetos de impacto social, como limpeza de praças, arrecadação de alimentos para famílias necessitadas ou atividades de preservação ambiental.
- Colabore com empresas locais para oferecer estágios, oportunidades de emprego e programas de mentoria que preparem os estudantes para uma compreensão abrangente, de modo a situar os caminhos e as iniciativas focalizadas nos segmentos juvenis da sociedade, com base em uma concepção democrática de realização das políticas públicas e de uma clara defesa dos jovens como sujeitos de direitos.
- Colabore com organizações da sociedade civil que trabalham com questões de gênero e saúde feminina para desenvolver campanhas de conscientização, programas de educação menstrual e distribuição de produtos de higiene menstrual em comunidades carentes.
- Promova eventos comunitários, como feiras de saúde e workshops que possibilitem a disponibilização de informações

CICLO DA DIGNIDADE:
PROMOVENDO A EDUCAÇÃO MENSTRUAL NAS ESCOLAS

sobre saúde menstrual e favoreçam o acesso a recursos de higiene íntima de forma gratuita e confidencial.

Eventos e iniciativas comunitárias

- Organize eventos comunitários, como campanhas de conscientização e festivais culturais que promovam a integração entre a escola e a comunidade.
- Desenvolva iniciativas de revitalização urbana que envolvam estudantes, famílias e organizações locais na melhoria do ambiente físico e social da comunidade.
- Promova parcerias com instituições religiosas e grupos espirituais para oferecer apoio espiritual e orientação moral para os estudantes e suas famílias.

Apoio governamental e políticas públicas

- Interceda por políticas públicas que garantam o acesso universal a produtos de higiene menstrual em escolas, centros de saúde e comunidades carentes, garantindo que ninguém seja privado de seus direitos devido à falta de acesso a esses produtos.
- Trabalhe em parceria com governos locais e agências de saúde para desenvolver programas de saúde menstrual e políticas públicas que promovam a dignidade menstrual e combatam o estigma.

Empoderamento comunitário e advocacia

- Capacite pessoas que menstruam a se tornarem defensoras da saúde menstrual em suas comunidades, fornecendo treinamento em liderança, habilidades de comunicação e advocacia.
- Organize campanhas de conscientização e mobilização comunitária para promover a dignidade menstrual, desafiar estigmas e criar uma cultura de aceitação e apoio em torno da menstru-

CICLO DA DIGNIDADE:
PROMOVENDO A EDUCAÇÃO MENSTRUAL NAS ESCOLAS

ação.

Conclusão

Construir redes de apoio e parcerias comunitárias é fundamental para promover a dignidade menstrual e garantir que as pessoas que menstruam tenham acesso a informações, recursos e apoio necessários para viverem uma vida saudável e digna. Ao trabalhar em colaboração com diversos setores da comunidade, podemos criar um ambiente em que a menstruação seja vista como uma parte natural e normal da vida, sem estigma ou vergonha.

O engajamento de famílias, profissionais de saúde e organizações locais é essencial para a criação de uma rede de apoio abrangente, que promova o bem-estar e o sucesso dos estudantes. Ao investir nessa interlocução, as escolas podem ampliar seu impacto e oferecer uma educação mais enriquecedora para toda a comunidade.

CAPÍTULO

6

 A CONSOLIDAÇÃO DA MUDANÇA:
A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº
11.407/2022 EM BELO HORIZONTE

A promulgação da Lei nº 11.407/2022 em Belo Horizonte representa um marco significativo na luta pela promoção da dignidade menstrual e dos direitos humanos nas escolas da cidade. Essa legislação pioneira reconhece a importância de abordar a questão da menstruação de forma integral e transdisciplinar e oferece uma base legal sólida para orientar as ações dos gestores escolares e do corpo docente nesse sentido.

Ao longo deste e-book, exploramos uma série de propostas de ações para gestores escolares trabalharem com o corpo docente na promoção da dignidade menstrual à luz dos direitos humanos e da educação integral. Agora, com a Lei nº 11.407/2022 em vigor, essas propostas ganham ainda mais relevância e urgência.

A legislação oferece meios para a implementação de políticas e programas abrangentes que abordem a menstruação de maneira holística e inclusiva. Os gestores escolares podem utilizar essa lei como um guia para desenvolver estratégias transdisciplinares e interdisciplinares que promovam a educação menstrual, garantam o acesso a produtos de higiene menstrual, criem espaços seguros para discussões sobre menstruação e promovam a equidade de gênero em suas escolas.

Além disso, a Lei nº 11.407/2022 também oferece uma oportunidade para o fortalecimento da parceria entre as escolas e outras instituições, como órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e empresas privadas. Juntos, esses atores podem colaborar para garantir que as disposições da lei sejam implementadas de forma eficaz e que as necessidades dos corpos que menstruam sejam atendidas de maneira abrangente e sustentável.

CICLO DA DIGNIDADE:
PROMOVENDO A EDUCAÇÃO MENSTRUAL NAS ESCOLAS

No entanto, é importante ressaltar que a implementação bem-sucedida da Lei nº 11.407/2022 exigirá um compromisso contínuo e coordenado por parte de todos os envolvidos. Os gestores escolares devem liderar esse processo, envolvendo o corpo docente, os estudantes, as famílias e a comunidade em geral. É apenas por meio de uma abordagem colaborativa e inclusiva que poderemos alcançar uma verdadeira mudança em relação à dignidade menstrual nas escolas de Belo Horizonte, reconhecendo as especificidades do território e traçando caminhos para alcançar todos e os que mais precisam.

Alves e Lloyd (2022) explicam que o movimento das diferenças no território da escola destaca-se pela complexidade e pelo dinamismo das interações entre gênero e currículo. Os autores reforçam que as normas de gênero permeiam não apenas os conteúdos ensinados, mas também as práticas pedagógicas e as relações interpessoais dentro do ambiente escolar. Essa perspectiva crítica revela como as escolas podem reproduzir e reforçar estereótipos de gênero, influenciando não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também a identidade e a autoestima dos estudantes. Ao questionar e desconstruir essas normas, propõem-se a construção de um espaço educativo mais inclusivo e igualitário, onde as diferenças de gênero sejam reconhecidas e celebradas como fontes de enriquecimento para todos os envolvidos no processo educacional.

À medida em que avançamos nessa jornada, é importante manter em mente o objetivo final: criar escolas que sejam verdadeiramente inclusivas, empoderadoras e que respeitem plenamente os direitos humanos de todos os estudantes. Com a Lei nº 11.407/2022 como nosso guia e com o compromisso de todos os envolvidos, com a confiança de que podemos transformar essa visão em realidade, podemos construir um futuro em que a menstruação seja celebrada como parte da experiência humana, e todas as pessoas possam viver com dignidade e igualdade.

Conclusão

Ao adotar uma abordagem integrada e espiritualmente informada para promover a dignidade menstrual, as escolas podem desempenhar um papel fundamental na transformação de atitudes e práticas em relação à menstruação. Este e-book buscou oferecer ferramentas práticas e insights teóricos para capacitar gestores e professores a criarem ambientes escolares mais inclusivos, em que todos, indistintamente, possam viver sua menstruação com dignidade e respeito.

Referências

ALVES, Cláudio Eduardo Resende; LLOYD, Receba. Gênero e currículo: o movimento das diferenças no território da escola. In: FREITAS, Luciana; PINHEIRO, Rodrigo Carlos; MIRANDA, Dayse Garcia (org.). Educação inclusiva e diversidade. Belo Horizonte: Mazza, 2022.

BELO HORIZONTE. Glossário equidade na educação. Belo Horizonte: PBH-SMED, 2023.

BELO HORIZONTE. Lei nº 11.407, de 20 de setembro de 2022. Institui o Programa de Dignidade Menstrual na rede pública municipal de ensino. 2022. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2022/1141/11407/lei-ordinaria-n-11407-2022-institui-o-programa-de-dignidade-menstrual-na-rede-publica-municipal-de-ensino>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo e formação profissional em Lazer. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira (org.). Lazer em estudo: currículo e formação profissional. Campinas: Papyrus, 2010.

RÖHR, F. Educação e espiritualidade: contribuições para uma compreensão multidimensional da realidade, do homem e da educação. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

SALABERT, Duda. Prefácio. In: FREITAS, Luciana; PINHEIRO, Rodrigo Carlos; MIRANDA, Dayse Garcia (org.). Educação inclusiva e diversidade. Belo Horizonte: Mazza, 2022. p. 7.

Glossário

O glossário é uma lista alfabética de termos de um determinado domínio de conhecimento com sua definição. Tradicionalmente ele aparece no final de um livro e inclui termos que são introduzidos ao leitor ou são incomuns. Acreditamos que ele ajudara as pessoas a compreenderem o contexto em que alguns termos foram utilizados neste e-book.

Autocuidado

Engloba práticas e hábitos que uma pessoa adota para promover e manter sua saúde física, mental e emocional. Envolve a conscientização e a responsabilidade pessoal em cuidar de si mesmo de maneira integral, considerando aspectos como nutrição adequada, sono suficiente, exercício físico regular, gestão do estresse, manutenção da higiene pessoal e emocional, além do desenvolvimento de relacionamentos saudáveis e do equilíbrio entre trabalho e lazer. O autocuidado é fundamental para o bem-estar geral e a qualidade de vida.

Currículo

No campo de estudos críticos, é o conjunto de disciplinas, conteúdos, programas e campos de conhecimento. Já, no campo dos estudos pós-críticos, “currículo” é visto como uma prática cultural que ensina, educa, prescreve saberes, governa condutas e produz determinados tipos de sujeitos. O “currículo” se corporifica em instituições, normas, padrões e regulamentações. Nessa direção, um “currículo” está sempre em processo de produção, já que é entendido mais como uma criação e menos como um produto. Sendo um território almejado, cobiçado e disputado, um “currículo” também é um espaço incontroleável, no qual algo sempre escapa e foge ao planejado, abrindo-se para a novidade e para outras possibilidades de ser e estar no mundo (Belo Horizonte, 2023, p.11).

Dignidade

É qualidade inerente aos seres humanos, relacionada a tudo aquilo que não tem preço, isto é, que não pode ser substituído por outra coisa do mesmo valor. Pessoas e coisas se diferenciam: pessoas têm dignidade, coisas têm preço (Belo Horizonte, 2023, p. 14).

Dignidade menstrual

É um direito básico de toda pessoa que menstrua e significa ter acesso a produtos e condições de higiene adequadas. Visto que a menstruação é um processo natural, biológico e faz parte do desenvolvimento humano. É uma questão de saúde pública e de responsabilidade coletiva. Em setembro de 2022, foi sancionada a Lei nº 11.407/22, que instituiu o Programa de Dignidade Menstrual na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, com a distribuição de absorventes para estudantes que menstruam (Belo Horizonte, 2023, p. 14).

Discriminação - Comportamento objetivo contra um grupo-alvo ou contra as pessoas percebidas como pertencentes a esse grupo. A discriminação é referida na literatura especializada como um dos comportamentos que é consequência do preconceito. Enquanto o preconceito está no campo das ideias, a discriminação está no campo da ação (Belo Horizonte, 2023, p. 13).

Diversidade

É definida como “um substantivo feminino que caracteriza tudo aquilo que é diverso, que tem multiplicidade”, ou seja, é tudo aquilo que apresenta pluralidade e que não é homogêneo. No contexto social, a “diversidade” representa a convivência de indivíduos diferentes em relação à etnia, à cultura, à idade, à classe social, ao credo religioso, ao território entre outros marcadores sociais — em um mesmo espaço. O reconhecimento da diversidade possibilita o exercício da equidade

(Belo Horizonte, 2023, p. 16).

Educação

Processo de socialização das pessoas. A “educação” envolve uma sensibilização cultural e de comportamento que, de maneira intencional e sistemática, visa ao desenvolvimento humano, por meio de processos formativos que podem ocorrer na convivência familiar, nas instituições de ensino e pesquisa, no trabalho, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade e em manifestações culturais. Pela Constituição Federal de 1988, no Brasil, a “educação” corresponde a um direito fundamental, sendo um dever do Estado, da família e da sociedade (Belo Horizonte, 2023, p.16).

Educação sexual

É um processo educativo que visa proporcionar conhecimentos, valores e atitudes relacionados à sexualidade humana. Esse tipo de educação abrange informações sobre anatomia, fisiologia, reprodução, saúde sexual, contracepção, diversidade sexual, orientação sexual, relacionamentos interpessoais, consentimento, e outros temas relevantes para a compreensão e o respeito à sexualidade de forma saudável e responsável. O objetivo fundamental da educação sexual é capacitar indivíduos para que possam tomar decisões informadas, promover relações saudáveis e prevenir problemas relacionados à sexualidade, contribuindo para o bem-estar físico, emocional e social das pessoas.

Empoderamento

É a criação ou a socialização do poder entre as(os) cidadãs/cidadãos e o reforço da cidadania. O processo de empoderamento inclui a conscientização e a participação com relação às dimensões da vida social, antes desconhecidas e/ou negadas a determinado grupo ou ao

conjunto de uma sociedade. Nesse sentido, “empoderamento” está relacionado à conquista da condição e da capacidade de participação, inclusão social e exercício da cidadania (Belo Horizonte, 2023, p. 17).

Grupos vulneráveis

É conjunto de pessoas pertencentes às “minorias” que, por motivação diversa, tem acesso, participação e/ou oportunidade igualitária, dificultada ou vetada, a bens e serviços universais disponíveis para a população. São, pois, grupos que sofrem material, social, política e psicologicamente os efeitos da exclusão (Belo Horizonte, 2023, p. 20).

Inclusão

Significa, preliminarmente, deixar de excluir. Isso pressupõe que todas(os), independentemente da diversidade, fazem parte de uma mesma comunidade e, desse modo, não deve haver distinção de grupos. Assim, para se deixar de excluir e partir para o processo de inclusão demanda-se do Poder Público e da sociedade em geral as condições necessárias para se acolher as especificidades de toda(os). As ações de inclusão são um passo relevante e necessário rumo à garantia do direito à igualdade.

Mindfulness

É a prática de estar consciente e presente no momento presente, com uma atitude de abertura, aceitação e não julgamento. Originária das tradições budistas, mindfulness tem sido integrado em práticas contemporâneas de psicologia e bem-estar. Envolve cultivar uma consciência plena dos pensamentos, sentimentos, sensações corporais e do ambiente ao redor, sem se deixar levar por julgamentos automáticos ou distrações. A prática regular de mindfulness é frequentemente associada a benefícios para a saúde mental, redução do estresse e melhoria da qualidade de vida.

Precariedade

É a situação politicamente induzida, na qual, determinadas populações sofrem consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte (Belo Horizonte, 2023, p. 33).

Saúde menstrual

É o estado de bem-estar físico, mental e social durante o ciclo menstrual de uma pessoa. Isso inclui não apenas a ausência de doenças relacionadas ao ciclo menstrual, como cólicas intensas (dismenorreia), síndrome pré-menstrual (SPM) grave, ou distúrbios menstruais como a menorragia (sangramento menstrual excessivo), mas também abrange o acesso a cuidados adequados, educação menstrual, e suporte emocional para lidar com as variações hormonais e as necessidades específicas ao longo do ciclo menstrual.

Visão holística

É uma abordagem que considera os sistemas, elementos ou fenômenos como um todo integrado, em vez de partes separadas. Ela enfatiza a compreensão completa e integrada de algo, levando em conta todos os seus aspectos, conexões e interdependências. Na prática, uma visão holística pode ser aplicada a diversos campos, como saúde, educação, negócios e meio ambiente, buscando entender como as partes se relacionam e como influenciam o todo. Essa abordagem frequentemente valoriza a interconexão entre diferentes aspectos de um sistema ou problema, promovendo uma compreensão mais profunda e ampla.

